

**CONSTRUINDO A CIDADANIA: AVANÇOS E
LIMITES DO PROJETO DE COLETA SELETIVA EM
PARCERIA COM A ASMARE**

Sonia Maria Dias

Sonia Maria Dias

**CONSTRUINDO A CIDADANIA: AVANÇOS E
LIMITES DO PROJETO DE COLETA SELETIVA EM
PARCERIA COM A ASMARE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia .

Área de concentração: Geografia e Organização Humana do Espaço

Orientadora: Prof^a. Heloísa Soares Moura Costa

Belo Horizonte
Instituto de Geociências da UFMG
2002

Aos meus pais José Maria e Zenilca, pelo passado e o presente de luta e
tenacidade.

Aos meus filhos Pedro e Lucas, alegria de viver!!

Ao meu ex-marido, mas sempre companheiro, Robson, por ter acreditado sempre.

A todos os catadores que, cotidianamente, vêm recriando a vida, a luta...

AGRADECIMENTOS

Minha mãe achava
estudo a coisa mais
fina do mundo.
Não é.
A coisa mais fina
do mundo é o sentimento.

Adélia Prado

Esta dissertação de mestrado simboliza uma longa trajetória pessoal no fascinante “mundo do lixo”, iniciada na década de 80 pelas mãos de duas “engenheiras sociais” a quem gostaria de agradecer especialmente:

à **Ana Augusta**, que me convidou em 1985 para coordenar o trabalho de mobilização comunitária em um projeto pioneiro de implantação de coleta regular de lixo nas favelas do aglomerado da Serra, que envolvia a SETAS, GTZ, AVSI E SLU. Àquela época trabalhávamos na Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, no extinto Prodecom. Aqui começava meu namoro com a SLU. Desta época em diante o lixo entranhou de tal forma em mim, que creio ter se dado aí a passagem de socióloga para “lixóloga”;

à **Heliana Kátia**, com quem trabalhei de 1987 a 1989, em Ibirité pelo CETEC, com bolsa do CNPq e depois em Ipatinga, pela Ambiental Engenharia e, muitos anos mais tarde na SLU. Às duas, minha mais profunda admiração e o meu carinho: ai que saudades!

No lixo encontrei um sentido e um sentimento que o meu curso de sociologia não havia conseguido me prover. Pasmé! Passei a sonhar com o lixo: felizmente já levei para a análise!

Este período do mestrado coincidiu com grandes mudanças na minha vida, seja no campo pessoal, quanto profissional: um longo casamento desfeito... Uma reforma administrativa na Prefeitura que exigiu de todos nós da SLU e, principalmente, na mobilização social (base do Projeto de Coleta Seletiva), um

esforço hercúleo de re-engenharia institucional na tentativa de se criar instâncias (mesmo que não formalizadas) que fizessem contraponto à fragmentação e ao desmonte da SLU e à lógica de se pensar os “feudos locais” em detrimento do pensar a cidade que caracterizou esta reforma administrativa. Por outro lado, outra dificuldade, foi a impossibilidade de se criar um certo “distanciamento” do Projeto, que me permitisse criar um equilíbrio entre o meu comprometimento político e técnico com o mesmo e a reflexão acadêmica. Mas a lei da sobrevivência teve que falar mais alto e, assim, este trabalho padece dos limites que o real me colocou.

Para dar conta de todos os limites colocados acima, só mesmo com muito carinho e suporte dos amigos, família e colegas de trabalho. A lista não é pequena e com certeza não se esgota aqui.

Agradeço à minha, sempre presente, **família**: meus pais, meu irmão Elcimar, minhas irmãs Luciana, Simone (obrigado pelas transcrições), Cíntia e Suely. Quantas vezes eles vieram em meu socorro segurando a barra com os meus filhos quando eu precisava de um pouco mais de concentração!

Ah, os **amigos**! Muitos, “irão entrar e sair de sua vida, mas somente verdadeiros amigos deixarão pegadas no seu coração” eternizando-se dentro da gente. Tenho muitos a agradecer! À Soninha Lansky e Bernardo, cujo lar representou para mim um “sacred haven” nos momentos de tristeza. À Dilú e Regininha, ouvidos fiéis e presença solidária. À Anja e Maria Cristina, pelas cervejas e cineminhas inesperados... À minha doce Tereza, que mesmo à distância fêz-se sempre presente. À Aurora, pelos “livros de alma” e pela “conquista do pico da Lapinha”. Ao Cascão, pelo carinho e a Helô, sempre solidária Helô, com quem compartilhei muitas das discussões desta dissertação. À Fátima de Maceió, que me acolheu e cuidou de mim com carinho: obrigado pelo Reiki!

À Adriana Bizotto, Edna Fernandes, Maria José e Regina Vale: “my healers”. Ao Carlão, sopro de vida, “agasalhando-me” nos últimos meses...

Como não agradecer às minhas companheiras de Núcleo (Vitória, Maria Lúcia e Magna) na **SLU** e à Patrícia Garcia, por terem entendido a minha “meia presença” no trabalho nos últimos meses. E é claro aos nossos estagiários, dentre os quais destaco o Alexandre, pelo suporte ... A todos os meus colegas do Projeto de Coleta Seletiva, os que já saíram e os que ainda permanecem, pela construção coletiva: Mara, Fátima Abreu, Lúcia, Marcos, Aurora, Carla Márcia, Ivana, Rejane, Vladimir, Tonho, Ânia, Ali Rachid, Sônia Seger, Vanúzia... Agradeço, especialmente, os meus entrevistados: João Melo, Ali, Marco Túlio Palhares, Vicente, Ademir, Fábio e a todos os garis que apliquei questionários. Ao CEMP, pelos arquivos.

Me beneficieei do ambiente de troca e discussão de vários grupos ao qual tive a sorte de estar vinculada e aos quais gostaria de agradecer. À **FGV**, na pessoa da incansável Ilka Camarotti e do sempre bem humorado Peter Spink, pelos ricos debates travados no âmbito do Projeto Práticas Públicas e Pobreza. Aos colegas do **Collaborative Working Group on Solid Waste Management**, representados pelo sempre generoso Adrian Coad da SKAT que sempre me incentivou muito. Aos colegas do **Grupo de Trabalho em Resíduos Sólidos**, do Programa de Gestão Urbana/HABITAT no qual destaco o Professor Martin Medina (El Colegio de la Frontera Norte, Mexico) pela “cumplicidade” com os catadores.

Na **Pastoral de Rua**, pelas diferenças e pelas cumplicidades, agradeço ao Cido, Cristina, Suely, Marisleine e Naldo. À Vany, com quem compartilhei discussões...

Na **ASMARE**, agradeço a todos pelo carinho e respeito com que sempre fui acolhida. Com eles aprendi a compartilhar as dores e as alegrias e acreditar sempre na possibilidade de recriar a vida, apesar das dores e privações. À Dona Geralda, obrigado pelas benzeções e pelo exemplo de vida; ao Luiz, puxa como você vem crescendo! À Dona Lurdes, pelo carinho filial a mim dedicado; à Dona Maria Brás, força negra pulsante; ao Cláudio, ao Lima; ao seu Zezinho; ao Mauro, menino que já se foi levando para o céu o seu sorriso aberto; ao Índio e tantos outros ...

Ao **Pedro Jacobi**, agradeço pelo carinho, amizade e força.

Retomando Adélia Prado... Reaprendi nestes dois anos a força do sentimento. No **mestrado** redescobri a força dos “sentires”: o sentimento forte e envolvente de prazer das descobertas do estudo, apesar dos “penares”. Com o Prof. Cássio Hissa, aprendi muito sobre a natureza do pensamento geográfico. Com o Prof. Geraldo Magela, adentrei-me na discussão sobre as teorias espaciais e fui “apresentada” à Doreen Massey. A discussão sobre cidadania e política foi enriquecida a partir das contribuições do Prof. Sérgio Martins. Com a Prof. Heloísa Costa, a disciplina “população, espaço e meio ambiente” foi enriquecedora. A todos eles muito obrigado por me fazerem redescobrir a “poesia” do estudo.

A geografia me ajudou a redefinir alguns mapas interiores, logo eu que nunca soube muito bem como ler um mapa! Descobri muita gente nova neste processo: Paulo, Helena, Ção, Dani, Marcelo, Alexandre, Regina... A duas pessoas reservo um espaço especial por estarem me ajudando a usar o coração, ao invés da cabeça, para lidar comigo mesmo: **Adriana e Malba**. Com elas muito compartilhei das angústias do intelecto e do coração. Delas muito recebi: obrigada, de coração!

Por fim, mas com um lugar muito especial, agradeço a minha orientadora a **Prof. Heloísa Costa**, pela sua orientação segura, tranquila, sempre presente. Aprendi muito com sua sutileza e agudeza: obrigada!! Obrigado, também, Prof. João Antônio por ter me indicado a Heloísa, quando o mestrado era só uma vaga idéia na cabeça.

Entre lágrimas e risos esta dissertação foi tecida. Nos momentos de cansaço, o espírito do que Mandela escreveu vinha em meu socorro: "o que parecia fora de alcance esta manhã vai parecer um pouco mais próximo ao anoitecer, se você continuar movendo-se para a frente". É, a vida é movimento, foi o que aprendi! Viva a vida, viva o “movimento”!

*Gente é prá brilhar
não prá morrer de
fome*

Caetano Veloso

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	13
RESUMO.....	14
INTRODUÇÃO.....	15
A QUESTÃO AMBIENTAL E OS RESÍDUOS SÓLIDOS	15
EMBRIÕES DE UMA SOCIEDADE SOLIDÁRIA.....	22
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
CAPÍTULO 1 - CATADORES DE PAPEL - CATADORES DE CIDADANIA.....	38
1.1. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES	38
1.2. AFASTANDO A SUJEIRA PARA AS BORDAS DA CIDADE: AS OPERAÇÕES LIMPEZA EM BELO HORIZONTE	43
1.3. CONSTRUINDO UMA “PROMESSA DE FUTURO”: A GÊNESE DA ASMARE.....	56
1.4. DE INIMIGO DA LIMPEZA URBANA A PARCEIRO PRIORITÁRIO	62
1.5. CATADORES DE PAPEL: EXCLUÍDOS OU INCLUÍDOS SOCIAIS?	65
CAPÍTULO 2 - O PROJETO DE COLETA SELETIVA EM PARCERIA COM A ASMARE	76
2.1. HISTÓRICO DO PROJETO.....	76
2.1.1. 1ª Fase: diagnóstico da realidade – 1993.....	78
2.1.2. 2ª Fase: implantação dos galpões de triagem/disseminação dos levs/mobilização social : 1994-1996	81
2.1.3. 3ª Fase: ampliação e consolidação da parceria SLU-ASMARE: 1997- 1999	82
2.2. MUDANÇAS NO ARRANJO INSTITUCIONAL DA SLU.....	85
2.3. O PAPEL DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	88
2.3.1. Mobilização para a implantação dos Locais de Entrega Voluntária de recicláveis.....	89
2.3.2. Mobilização em espaços multiplicadores.....	90
2.3.3. Mobilização interna dos funcionários da SLU.....	91
2.3.4. Mobilização e capacitação dos catadores	93
2.4. PROCESSOS OPERACIONAIS DO PROJETO E INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE OPERACIONAL E FINANCEIRO DISPONIBILIZADO À ASMARE	95

2.5. O QUADRO DE PARCERIAS DO PROJETO.....	102
2.6. A FORMA DE GERENCIAMENTO DA ASMARE.....	108
2.7. O MUNDO DO TRABALHO DO CATADOR DA ASMARE: SOCIABILIDADES E TERRITÓRIOS	114
2.8. PRINCIPAIS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO DO PROJETO DE COLETA SELETIVA.....	135
CAPÍTULO 3 - CONSTRUINDO A CIDADANIA: AVANÇOS E LIMITES DO PROJETO DE COLETA SELETIVA EM PARCERIA COM A ASMARE	139
3.1. OS IMPACTOS DA PARCERIA COM O PODER PÚBLICO SOBRE A ASMARE.....	139
3.2. OS IMPACTOS DA PARCERIA COM A ASMARE SOBRE O PODER PÚBLICO E AS NOVAS SOCIABILIDADES URBANAS.....	145
3.3. A DINÂMICA DO RELACIONAMENTO PODER PÚBLICO/ASMARE: IMPASSES, AVANÇOS E LIMITES DO PROJETO.....	149
3.3.1. A evolução dos instrumentos legais de sustentação da parceria	150
3.3.2. Os limites da ação multisetorial no projeto	154
3.3.3. Os limites do associativismo entre os catadores	156
3.3.4. As lógicas e papéis diferenciados	157
3.4. AUTONOMIA X COOPERAÇÃO: POLOS EXCLUDENTES OU COMPLEMENTARES?	161
3.5. ASMARE: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO – DE MOVIMENTO REIVINDICATIVO A MOVIMENTO SOCIAL?.....	163
3.6. TRABALHO E CIDADANIA – ASMARE: CONTRAMÃO DA HISTÓRIA OU NOVA DIMENSÃO DA CIDADANIA?	170
3.7. DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
ABSTRACT	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	194
LISTA DE ENTREVISTADOS	195
anexo 1 – foto de levs.....	196
anexo 2 – foto galpão do triagem	197
anexo 3 – publicação interna da slu	198
anexo 4 – informativo da slu.....	199

anexo 5 – foto do carnaval dos catadores	200
anexo 6 – foto curso de capacitação de catadores	201
anexo 7 – foto catador com carrinho de tração humana.....	202
anexo 8 – norma de funcionamento do galpões.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMS- Assessoria de Mobilização Social da SLU.

ASMARE –Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável.

CBTU- Companhia Brasileira de Transporte Urbano.

CEMP- Centro de Memória e Pesquisa da SLU.

CEMPRE- Compromisso Empresarial para Reciclagem, ONG formada por grandes multinacionais como a Gessy-Lever, Brahma, Coca-Cola, entre outros que apóiam iniciativas de reciclagem.

COOPAMARE- Cooperativa de Materiais Recicláveis de São Paulo.

COSPE- Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti –agência da Comunidade Econômica Européia.

CWG- Collaborative Working Group on solid waste management, formado por instituições financeiras como o Banco Mundial, de agências de cooperação técnica e consultoria e especialistas da área de resíduos sólidos.

DANIDA- Agência de Cooperação técnica da Dinamarca.

FGV- Fundação Getúlio Vargas.

FNMA/MMA- Fundo Nacional do Meio Ambiente/ Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

GISRS- Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos

GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã.

LEV- Local de Entrega Voluntária de material reciclável.

SDC- Swiss Agency for Development and Cooperation, agência de cooperação técnica.

SLU- Superintendência de Limpeza Urbana.

SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

SKAT- Swiss Centre for Development Cooperation in Technology and Management, agência de cooperação técnica.

WASTE- Advisors on Urban Environment and Development, firma de consultoria holandesa.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos LEVS por regiões.....	98
Figura 2 - Evolução da Produção de Recicláveis 1997-2000	99
Figura 3 - Organograma da ASMARE	113
Figura 4 - Roteiro da coleta feita pelos catadores com carro de tração humana na área central de Belo Horizonte	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos Locais de Entrega Voluntária e contêineres instalados	85
Tabela 2 - Fluxo interno dos recicláveis nos galpões	100
Tabela 3 – Projeto de coleta seletiva - custo por tonelada	101
Tabela 4 – Evolução do percentual de participação dos parceiros na ASMARE	108

RESUMO

A questão do papel das políticas públicas no fortalecimento de uma ambiência favorável ao associativismo e ao alargamento da cidadania , é o eixo temático desta dissertação. Parte-se do pressuposto de que a relação Estado/sociedade civil não é de “soma-zero”. Ou seja, tanto a sociedade civil pode influenciar positivamente a gestão pública, quanto o poder público exercer uma influência fortalecedora da sociedade civil. O objetivo central é analisar os limites e avanços do Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte em Parceria com a Associação dos Catadores de Papel na construção da cidadania. A discussão apóia-se num trabalho de pesquisa documental aos arquivos da Superintendência de Limpeza Urbana para reconstituição das ações de retirada de catadores das ruas, empreendidas pelo poder público no período de 1979 a 1992; na realização de entrevistas semi-estruturadas com catadores e funcionários da limpeza urbana para resgate da relação entre ambos e na consulta de uma vasta documentação institucional do projeto. Pôde-se observar que, no estudo de caso em questão, a ação do poder público, através do fornecimento de infra-estrutura de suporte operacional à coleta seletiva e do aporte de recursos financeiros, permitiu à Associação dos Catadores oferecer incentivos que potencializaram o processo associativo, a melhoria das condições de vida e trabalho dos associados e a construção da cidadania deste segmento historicamente marginalizado. A participação cidadina dos catadores na co-gestão do projeto de coleta seletiva municipal, contribuiu na constituição de uma cultura institucional mais democrática na Superintendência de Limpeza urbana e potencializou o alcance da ação deste órgão no disciplinamento da atividade de catação no município. A capacidade do projeto em ampliar e consolidar a sua dimensão cidadã repousa no equacionamento de vários limites, dos quais se destaca aqueles relativos à ausência de uma política municipal e nacional de fomento às indústrias de reciclagem e aqueles circunscritos ao campo da política urbana de disciplinamento da atividade dos depósitos de recicláveis na cidade.

Palavras-chave: cidadania, gestão pública, gerenciamento de resíduos sólidos, coleta seletiva, catadores.

INTRODUÇÃO

A QUESTÃO AMBIENTAL E OS RESÍDUOS SÓLIDOS

A complexidade sócio-ambiental das cidades, fruto de um modelo predatório de apropriação da natureza, vem evidenciando os efeitos cumulativos das formas de organização do espaço, particularmente desde o início da década de setenta, em todo o mundo. Encontramo-nos diante de uma crise do projeto histórico da modernidade. Modernidade, cujas promessas não cumpridas incorporavam a “...construção de instituições, idéias, práticas, que desafiam a ignorância, a tirania, o sofrimento, a miséria” (Paula, 1997:202). É uma “lenta crise civilizatória” como aponta Altvater (1995:31), uma crise generalizada de toda humanidade na biosfera.

Se a discussão de algumas temáticas como a preservação de habitats selvagens e a poluição do ar podem ser classificadas de globais, a crise ambiental, no entanto, assume cores locais particularizadas, principalmente nos países do chamado terceiro mundo, onde meio ambiente e pobreza estão indissolivelmente imbricados. Hogan (1992:153), enfatiza o fato da poluição ser socialmente concentrada. Onde estão as áreas de pior qualidade ambiental? Quem são seus moradores?

Paula, observa o fato de que os problemas ambientais são gerados tanto pela modernidade expansiva, quanto pela pobreza, não estando os mesmos “...circunscritos nem geográfica nem socialmente”(op.cit.:206). E que se os imperativos éticos nos colocam a bandeira da extinção da fome e da miséria, isso não quer dizer que esses objetivos possam ser atingidos com a mera “...extensão do modelo de desenvolvimento vigente nos países do norte”. Isso pressupõe, segundo ele, uma nova economia, uma nova relação com a natureza, novas tecnologias, “...novas relações de trabalho e novas formas de propriedade”, configurando-se numa nova “Formação Econômico-Social Ecológica” centrada na “...busca da equidade e da sustentabilidade social e temporal” (p.206).

Diante dos graves problemas advindos da relação predatória homem e natureza, a questão do espaço assume dimensões jamais vistas. Santos, nos fala de uma história do homem sobre a terra como ruptura progressiva com o seu entorno, de uma natureza constantemente redescoberta desde a passagem da ordem religiosa, para a ordem racional, criando-se, assim, uma “Natureza Social” (1996:16). No início dos tempos históricos a organização da produção, do espaço e da vida social se dava de acordo com as forças, necessidades e desejos de cada grupo humano. Essa relação começa a se desfazer com a introdução do comércio entre as coletividades, correspondendo-se a isso novas lógicas e novas relações. Essa evolução culmina, no que ele denomina de “mundialização” da economia e na adoção de um modelo técnico mais ou menos único em contraposição à diversidade de recursos naturais e humanos existentes. Assim, Santos nos convoca a realocar o eixo do debate das questões relativas ao meio ambiente para uma ênfase na “...reflexão mais profunda sobre as relações, por intermédio da técnica, seus vetores e atores, entre a comunidade humana assim mediatizada e a natureza, assim dominada...” (p.65).

Claro está que é impossível um retorno àquela relação idílica, praticamente sem mediação, entre homem e natureza. No entanto, não se pode mais desconsiderar o impacto que a questão ambiental trouxe para a humanidade, com o despertar para a criação de novos valores, novas lógicas, novas disciplinas, novos olhares, nova ética enfim.

A idéia do uso equilibrado dos recursos naturais não é nova. Vaillancourt (1994), aponta para o fato de que ao longo da história da humanidade sempre houve aqueles que apregoaram o uso moderado dos recursos naturais. Ele cita, entre outros exemplos, a recomendação feita, em 1915, pela Comissão de Conservação do Canadá em relação ao respeito aos ciclos naturais e à manutenção do capital natural em condições intactas de uso para as gerações futuras e a publicação pela União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos do documento intitulado *The State of the Protection of Nature in the World* em 1951 (atualizado em 1954), considerado como o precursor do Relatório Brundtland (1987).

O conceito de crescimento zero veiculado pelo primeiro relatório do Clube de Roma em 1968, promoveu um acirrado debate entre duas correntes opostas: havia de um lado os que defendiam o crescimento a qualquer custo e que percebiam o meio ambiente como um obstáculo ou como mero capricho e, do lado oposto, os catastrofistas que previam o fim iminente seja através do esgotamento dos recursos naturais ou em consequência da poluição excessiva. Segundo Sachs, o Relatório de Founex, publicado em 1971, identificou os principais tópicos dessa problemática e “...traçou um caminho intermediário e equidistante entre as posições extremas” (1993:11).

A noção de ecodesenvolvimento surge como uma tentativa de reconciliação entre economia e ecologia e é apresentada na sua primeira versão por Maurice Strong em 1973, como uma alternativa para “...redirecionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento e sensível à preocupação ambiental”(Vieira, 1992:108). Sachs reelaborará essa noção, no ano seguinte, estendendo-lhe o domínio também para o campo dos projetos urbanos, com ênfase na busca de autonomia dos povos e pela satisfação das necessidades básicas das populações. Como ressaltado por Vieira, esse conceito, enfatiza a necessidade de identificação do potencial de recursos disponíveis através de pesquisa científica guiada por critérios de prudência ecológica. As dimensões de sustentabilidade no âmbito do ecodesenvolvimento são: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.¹

No entanto, o conceito que irá predominar e se transformar em slogan internacional é o de desenvolvimento sustentável, a partir da publicação do Relatório Brundtland (1987) e principalmente depois da ECO-92.² O objetivo almejado é a harmonização entre desenvolvimento econômico e preservação

¹ Para uma discussão mais detalhada sobre a gênese do ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e os postulados do conceito desenvolvido por Sachs, ver os artigos publicados em *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil- A contribuição de Ignacy Sachs*, Vieira et al (1998).

² Vieira, observa que a *Declaração de Cocoyoc* em 1974 e o relatório *Que Faire* em 1975 da Fundação Dag Hammarskjold reatualizaram os princípios desenvolvidos no ecodesenvolvimento, sem no entanto fazer menções explícitas ao termo, usando expressões como “um outro desenvolvimento” e “desenvolvimento sustentado”, provavelmente “... em função das conotações ideológicas supostamente menos radicais e mais coerentes com uma fase de experimentação com a idéia de uma nova ordem econômica internacional”(1992:109).

ambiental, de forma a não comprometer a satisfação das necessidades das futuras gerações.³

A literatura registra alguns autores que vêm problematizando o uso do termo desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Heloísa Costa, registra o fato de faltar precisão e conteúdo ao conceito e que o mesmo traz à tona “...um amplo debate tanto em torno da idéia de *desenvolvimento* como da noção de *sustentabilidade* (2000:61).

Martinez-Alier, observa que o termo desenvolvimento sustentável remete “...al concepto de ‘capacidade de sustentación’, próprio de la ciencia ecologica” (1995:68), sem no entanto deixar claro qual seria o “território-suporte”. De todo o planeta, ou de estados concretos? De outras espécies ou somente da nossa? Para ele os ricos alimentam a crença no crescimento continuado para manter os pobres em paz. Ainda, “...la creencia de que la pobreza puede ser eliminada por el crecimiento económico general, en lugar de por la redistribución, puede ser contraproducente ecológicamente (p.23). Ele critica a proposta social democrata de desenvolvimento sustentável, propondo em seu lugar o que ele chama de “Economia Ecológica”, uma economia que faz uso dos recursos renováveis num ritmo tal que sua taxa de renovação não seja excedida e que, usa os recursos não renováveis de uma forma compatível à sua substituição por recursos renováveis.

Kothari, observa com propriedade que o termo sustentabilidade tem sido usado como retórica e não como princípio reestruturante das relações dos homens com a natureza. Segundo ele, a economia de mercado tem assumido um papel extremamente importante na reorganização da natureza e da sociedade. “The environmentalist label and the sustainability slogan have become deceptive

³ Autores como Viola & Leis, apresentam três versões de desenvolvimento sustentável: (1) a estatista, que enfoca a qualidade ambiental enquanto bem público, exigindo, assim, uma ação normativa e reguladora do Estado; (2) a comunitária, que atribui às organizações de base um papel preponderante na transição para o desenvolvimento sustentável e a (3) de mercado, cujo enfoque acredita que a lógica intrínseca do mercado é capaz de exercer a regulação necessária da apropriação dos recursos naturais. Nesse enfoque a regulação estatal e a ação educativa das ONGs devem estar submetidos aos mecanismos de mercado (1992:79-81).

jargons that are used as convenient covers for conducting business as usual” (1990:27).⁴

Vaillancourt, observa que o conceito de desenvolvimento sustentável é “...mainly a vague and complex theoretical category, which also serves partly as an ideology, and partly as a loosely operationable concept, for various groups of interested actors” (1994:221).⁵

Como observam Viola & Leis, esse conceito obteve um reconhecimento que o conceito de ecodesenvolvimento nunca teve, mas ao mesmo tempo outorgou-lhe um caráter polissêmico justamente em função da atração por ele exercida junto a uma vasta audiência que vai de economistas, acadêmicos, gestores públicos, ONGs e políticos ao público em geral. Assim, o “...amplo espectro de suas significações tende a fortalecê-lo politicamente muitas vezes à custa do enfraquecimento de seus conteúdos científicos” (1992:77-78).⁶

No entanto, como pontuado por Almeida Jr., esta expressão foi capaz de catalisar os desejos, as aspirações e as necessidades de ricos e pobres, países desenvolvidos e em desenvolvimento (1993:43). O que julgo importante ressaltar é que, não obstante os seus limites operacionais esse conceito trouxe a discussão sobre meio ambiente, desenvolvimento e equidade para a agenda do debate internacional. Esse novo modelo depende, assim, da atuação de novos indivíduos, de uma nova ética, novas propostas terminológicas, de uma nova configuração do saber. Traz à tona a importância do “Princípio Responsabilidade” dos sujeitos individual e coletivo, que nos impõe as questões da cautela⁷, da equidade e do controle social como eixos norteadores do desenvolvimento.

⁴ Tradução: O rótulo ambientalista e o slogan da sustentabilidade se tornaram jargões enganadores que são usados de forma conveniente para conduzir os negócios da forma habitual.

⁵ Tradução: ...é basicamente uma categoria teórica vaga e complexa, que em parte serve como ideologia e em parte como um conceito operacional frouxo, para vários grupos de atores interessados.

⁶ Ver também os questionamentos colocados a respeito desse conceito em Simon (1999: 27-29) e Paula (1997:236-237).

⁷ A respeito da cautela, uma discussão consistente é feita por Altvater (1995) a respeito da irreconciliabilidade entre desenvolvimento e meio ambiente. Trazendo a contribuição da

Vários esforços vêm sendo empreendidos em diversas áreas do conhecimento, como resposta aos desafios colocados pela questão ambiental. É nessa esteira que surgem propostas como a do “ecoturismo”, do “ecodesenho urbano”, entre outras.

No âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos, o conceito de desenvolvimento sustentável irá se consubstanciar na acepção de *Integrated Sustainable Waste Management* (ISWM), Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos (GISRS). Esta concepção foi sistematizada pela primeira vez no artigo ‘Community and Private (Formal and Informal) Sector Involvement in Municipal Waste Management in Developing Countries’, apresentado no ‘Ittingen Workshop on Municipal Solid Waste Management’ na Suíça, em 1995 (Lardinois & Furedy, 1999). A concepção de GISRS, é decorrente da crescente consciência de profissionais envolvidos no gerenciamento de resíduos sólidos nos chamados países em desenvolvimento, de que tal gerenciamento ultrapassa os aspectos meramente tecnológicos.⁸

Lardinois & Klundert (1995), identificam os seguintes critérios distintivos do Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos:

- Social/cultural: os serviços de resíduos sólidos devem ser estendidos a todos os estratos sociais, independente da renda, do status social ou do grupo étnico;

termodinâmica à abordagem da questão ambiental, o autor nos alerta que para a natureza não há caminho de volta. Sua reflexão nos dá importantes elementos que reforçam a necessidade de se alterar completamente nosso padrão consumista, de se estimular estratégias de redução da produção de lixo, já que a reutilização e a reciclagem não passam de formas de adiamento da transformação de um objeto em lixo. Ao invés da “economização da ecologia”, o autor, defende a “ecologização da economia”.

⁸ A discussão sobre os aspectos ligados à participação da população e inclusão social está presente numa série de publicações, principalmente naquelas produzidas pelo *Collaborative Working Group on Solid Waste Management* (formado por várias agências de cooperação técnica e consultoria como SKAT, DANIDA, SDC, GTZ, WASTE e o Banco Mundial) como, entre outros, os Workshop Reports: Ittingen International Workshop on Solid Waste Management (Ittingen, 1995); Promotion of Public/Private Partnerships in Municipal Solid Waste Management in Low-income Countries (Washington DC, 1996); Planning for Sustainable and Integrated Solid Waste Management (Manila, 2000).

- Ambiental: implementação de sistemas de ciclo fechado, minimização de resíduos, recuperação de recursos e tratamento na fonte geradora;
- Institucional/político: co-responsabilidade entre parceiros, modelo regulador adequado, democratização dos processos decisórios e profissionalização da equipe;
- Financeiro: análise de custo, taxas de coleta (modificadas de tal forma que crie capacidade de pagamento), entre outros;
- Econômico: redução da pobreza através da geração de trabalho e renda;
- Técnico: tecnologia limpa e apropriada.

Como salientado por Lardinois alguns critérios da GISRS podem ser conflitivos, como por exemplo a preocupação com a melhoria do padrão de vida e a busca pela minimização dos resíduos, já que, como é sabido, a geração de resíduos aumenta à medida que o poder aquisitivo cresce. Mas, o que nos interessa salientar aqui é a dimensão cidadã presente nessa concepção de gerenciamento integrado, quais sejam os princípios da universalização dos serviços (contemplados nos seus aspectos sócio-culturais) e de geração de trabalho e renda (expresso no seu aspecto econômico). Presente, também, é a noção de governança através do critério institucional/político manifesto pelo princípio da democratização dos processos decisórios. Dentro do marco dessa concepção os elementos mencionados acima lhe confeririam o caráter de sustentabilidade.

O caráter “integrado” do gerenciamento de resíduos sólidos é conferido através do uso de uma gama de diferentes opções de coleta e tratamento de resíduos, obedecendo a premissa fundante de minimização da produção de resíduos na fonte geradora e do mínimo aterramento possível. Assim, a GISRS pressupõe necessariamente um enfoque multidisciplinar.

Creio ter exposto aqui, embora em caráter sucinto, um pouco da trajetória do debate em torno da questão ambiental e seu rebatimento específico no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos. Gostaria de mover-me agora para uma discussão acerca da emergência de práticas e experiências que reatualizam a “invenção democrática” que apontaram para a descoberta da lei e dos direitos,

sinalizando para uma mudança qualitativa na relação entre Estado e sociedade civil no Brasil (Telles, 1994:99).

EMBRIÕES DE UMA SOCIEDADE SOLIDÁRIA

Nas duas últimas décadas vem se assistindo a um processo de redefinição da ordem econômica mundial, de reorganização do capitalismo e de crise fiscal do Estado, com profundas mudanças no contexto social, cultural, da produção e do trabalho. As transformações que hoje vivenciamos decorrem do que vários autores associam com a chamada crise do fordismo, iniciada nos anos 60, cujos indícios, entre outros, teriam sido representados, entre outros aspectos, pela redução da mão-de-obra nas manufaturas, migração das multinacionais para o estrangeiro e pela queda da produtividade e da lucratividade com consequente retração da demanda, gerando um problema fiscal e um aumento da inflação nos EUA (Harvey,1992). A rigidez associada ao sistema fordista - rigidez de investimentos, de contratos de trabalho e dos compromissos do Estado (“Welfare State”) – dificultava a acumulação de capital. A isso se soma a crise do petróleo, na década de 70, que “...solaparam o compromisso fordista” (op.cit.:140), abrindo espaço para um novo regime de acumulação – a flexibilização.⁹

Existem, no entanto, controvérsias acerca da definição da produção flexível enquanto novo regime de acumulação imperante.¹⁰ Quaisquer que sejam as divergências acerca da predominância ou não do regime de acumulação flexível, um fato inegável é o da centralidade das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das tecnologias de transporte no processo de internacionalização e globalização da atividade econômica e das profundas mudanças por que passa a sociedade contemporânea.

⁹ A acumulação flexível é caracterizada “...pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”(Harvey, 1992:140).

¹⁰ Ver a esse respeito, por exemplo, a discussão de Boddy (1990) a respeito da abordagem regulacionista de Scott & Storper.

A globalização, vem se tornando possível devido à expansão, a nível mundial da ideologia neoliberal.¹¹ O ideário neoliberal fundamenta-se na liberdade econômica e tem o mercado como a força reguladora da sociedade. O Estado é visto, dentro desta perspectiva, como um problema, como ineficaz e incapaz de oferecer produtos e serviços de boa qualidade. Já o mercado, na ótica neoliberal, é visto como dinâmico, ágil e eficiente. É neste contexto, que ganha força a tese do Estado mínimo e do desmantelamento do Estado do Bem-Estar.¹² No Brasil, o conjunto de reformas de caráter neoliberal, consubstancia-se num programa de ajuste que tem como eixos a privatização, a descentralização e a restrição cada vez maior da ação social do Estado.

As tendências em curso, de flexibilização e precarização do trabalho, vêm colocando na ordem do dia a discussão sobre a democratização do poder local como espaço privilegiado para a "...construção de uma noção de bem público e de responsabilidade pública que tenham como parâmetro a garantia dos direitos básicos de toda uma população" (Telles, 1994:98). A sociedade brasileira vem, desde a democratização do país, dando sinais que apontam para a oxigenação da gestão pública.

Costa, nos lembra que o "...tema do poder local tem sido recorrente no pensamento político brasileiro" (1996:113).¹³ O local passa de "...espaço por excelência das relações coronelísticas de poder (...) a espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e do exercício da cidadania ativa" (p.113). Até os anos 80, a imagem do local é carregada de negatividade. Já a

¹¹ Viola (1996), faz uma discussão a respeito da multidimensionalidade da globalização que transcenderia a mera dimensão econômica, englobando várias dimensões interrelacionadas como, por exemplo, as dimensões cultural, religiosa, ecológica, militar e financeira.

¹² Para uma reflexão sobre o impacto das propostas neoliberais, ver também Maricato (2000) que desenvolve uma interessante discussão a respeito do desmonte da matriz de planejamento urbano funcionalista/modernista, matriz que, no entanto, foi aplicada a apenas uma parte da cidade - a cidade formal-, contribuindo para "...que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente"(p.130).

¹³ O autor reconstitui o movimento pendular de descentralização/centralização nas diversas constituições brasileiras, desde 1824 a 1988, que expressa as polarizações de cada conjuntura. Assim, constituições "centralizadoras" são seguidas por "descentralizadoras". No entanto, a estrutura de poder, as sociabilidades e o mando privado das elites locais não são alteradas, sobrepondo-se sempre ao texto constitucional na prática (p.116).

partir dos anos 80, o local¹⁴ passa a ter a sua imagem associada à positividade, ocorrendo uma “ressignificação” cuja gênese ocorreu “...durante a transição do regime autoritário para a democracia política, em que, impulsionado pelos novos atores sociais e políticos que emergiram no período, o tema do poder local incorporou-se à agenda política, articulado aos temas da democracia, da descentralização e da participação popular” (op.cit.:114).¹⁵

Assim, é que o surgimento de uma nova imagem do local constitui-se como um rebatimento da influência dos chamados “novos movimentos sociais” e de outros fatores como, por exemplo, as experiências das gestões democráticas inovadoras a partir de 1989.¹⁶

Novas práticas políticas e de gestão pública passam a ser implementadas no Brasil, procurando combinar eficiência da ação governamental, equidade e aquilo que vem sendo denominado como governança.¹⁷

Soares e Gondim (1998), registram a existência de três ciclos daquilo que eles chamam de novo modelo de “democracia urbana”. O primeiro ciclo, marcado pela retomada das eleições diretas para prefeito nas capitais em 1985, pode ser caracterizado por:

¹⁴ Ver também, em Doimo (1995), uma discussão complementar a respeito da reelaboração do conceito de comunidade, de conotação fortemente conservadora no pensamento político clássico, como o “...locus de conflitos voltados à transformação social” (p.88) e sua influência nos “novos movimentos sociais”. Ver também a reflexão feita por Massey (1994), onde a mesma resgata o “lugar” e o “local” da associação imediata com o reacionarismo, dando-lhes novos significados.

¹⁵ Há que observar, no entanto, que o tema da participação vem sendo apropriado pelo discurso neoliberal como uma forma de se desobrigar dos encargos sociais transferindo o ônus para o nível local, a sociedade e o mercado. A esse respeito, é interessante registrar, também, como o termo participação é usado muitas vezes como sinônimo de privatização, em documentos de agências de cooperação técnica e do Banco Mundial no tocante à incorporação das chamadas micro-empresas no gerenciamento de resíduos sólidos, ocultando sob a face das possibilidades de geração de renda para segmentos carentes, na verdade um velado intento de abertura à privatização dos serviços municipais de limpeza pública.

¹⁶ Vários autores, entre eles, Lesbaupin (2000), Ribeiro (1995) e Costa (1996), destacam as administrações de Lages (SC), Boa Esperança (ES) e Piracicaba (SP) como as primeiras experiências inovadoras em termos de participação popular e gestão social que ocorreram ainda em plena ditadura militar (gestão 1976-82).

¹⁷ Melo (1995), faz uma distinção desse conceito em relação ao de governabilidade: “...enquanto a governabilidade se refere às condições do exercício da autoridade política, *governance* qualifica o modo de uso dessa autoridade (p.30).

valorização da participação dos movimentos sociais na definição das políticas públicas locais; a hegemonia de uma frente política democrática com que combinava a condenação ao autoritarismo com propostas de uma democracia substantiva que ultrapassasse os marcos da representação parlamentar; mudanças no comportamento de segmentos da esquerda quanto à validade de as organizações da sociedade civil abandonarem uma postura meramente contestatória, passando a combinar reivindicação com interlocução direta com as agências estatais (p.65).

O segundo ciclo é marcado pelas eleições de 1988, onde o Partido dos Trabalhadores conquista cerca de 20% do eleitorado brasileiro. O discurso da participação direta ganha maior radicalidade com ênfase nas propostas dos “conselhos populares deliberativos”. Como observam os autores, as dificuldades enfrentadas na implementação desses conselhos, principalmente em São Paulo e Campinas, chegaram a colocar em xeque a viabilidade das propostas alternativas nas gestões municipais.¹⁸ Esse ciclo, contudo, aponta para o começo de mudanças significativas no discurso de governos eleitos pelos partidos de esquerda. “Em lugar da proposta dos chamados “conselhos deliberativos”, algumas prefeituras consagraram um novo estilo de negociação, por intermédio da discussão do orçamento municipal, que passaria a ser *marca das administrações inovadoras* no poder local” (op.cit., p.67).

O terceiro ciclo de gestões locais inovadoras reforça a idéia de orçamento participativo e incorpora os conceitos de parceria e desenvolvimento econômico local como condições para uma administração bem sucedida (p.67).

¹⁸ Tome-se como exemplo a proposta dos conselhos populares. Apesar de algumas experiências bem sucedidas, pelo menos por um certo período, a experiência dos conselhos trouxe à tona algumas problematizações sobre a tentativa de se “governar com a participação popular”. Como observa Doimo (1995) a respeito dos conselhos populares, o “...que não se percebeu durante esse processo é que o espaço da política não pode ser um mero prolongamento dos movimentos sociais, sob pena de se trocar o velho clientelismo por um corporativismo movimentalista que, proclamando-se auto-abrangente, repõe novas formas de distribuição seletiva dos bens públicos. Regras procedimentais devem se interpor entre esses dois espaços, pois eles são regidos por lógicas distintas e até mesmo contraditórias”(p.183).

Spink (1999), ao analisar iniciativas de governos subnacionais inscritas no programa *Gestão Pública e Cidadania*¹⁹, da Fundação Getúlio Vargas observa algumas tendências de mudança que apontam para o “...reposicionamento no campo das políticas públicas em que novas áreas estão sendo incluídas e outras transformadas...”, particularmente no campo social e para mudanças na “...forma da organização dos serviços e na operacionalização das políticas – o “como” do agir público. São estas as mudanças que ao se unir com o “que focalizar” talvez sinalizem a construção de uma nova esfera pública – ou pelo menos esta possibilidade”(p.198).

A noção de esfera pública, segundo Coelho (1996), “...incorpora e impõe uma ação que trabalhe a diversidade de atores, suas estratégias, as parcerias possíveis e as novas formas de gestão” (p.59). A construção da esfera pública passa pelos temas da apropriação privada do território, da subordinação da localização dos bens públicos à lógica do mercado, da regionalização do orçamento, das representações territoriais e da desproporcionalidade da representação política no Congresso Nacional (p.60).

Spink, salienta o fato de que a reconfiguração do local pode estar ocorrendo por opção política ou por competência técnica, ou, meramente, pela “...razão pragmática de que o mesmo metro quadrado de chão público municipal, estadual e federal acaba sendo assumido no horizonte do cotidiano pelo primeiro” (p.204).

Mas o que pode o local, tanto no campo do desenvolvimento quanto no da constituição de novos espaços públicos? Mas primeiramente, qual a concepção de local que nos norteia?

Como visto em Costa (1996), a construção do poder local tem passado por constantes ressignificações. Spink observa que a construção do poder local passa atualmente por uma “... democratização e re-ancoragem num conceito de cidadania também em transformação e em relação a uma noção do local

¹⁹ Programa da EAESP-FGV e Fundação Ford, criado em 1996, que tem como objetivo identificar e disseminar iniciativas de governos subnacionais que se destacam ao inovar, em relação à práticas anteriores, na gestão pública.

enquanto espaço subnacional” (1999:193), podendo ser às vezes municipal, outras intermunicipal ou metropolitano, às vezes regional ou estadual, ou mesmo incluir elementos de todos. Ou seja a noção de local pode ser vista, também, como lugar. Lugar que ao invés de ser visto como “áreas com fronteiras em torno”, pode ser compreendido como “...momentos articulados em rede de relações sociais e entendimentos, construídos numa larga escala que ultrapassa o próprio lugar, seja o mesmo a rua, ou a região ou mesmo um continente...” (Massey, 1994:156), lugar onde o “acontecer solidário” (para usar uma expressão de Santos) se dá, onde o confronto e o encontro são possíveis.

Mas voltando à questão anterior do que pode o local... Dowbor (1996), nos coloca que, no campo do desenvolvimento, a ação dos governos locais é limitada pelo seu poder restrito de intervenção em fatores vinculados diretamente à economia nacional e mundial e pela falta de recursos para investimentos (p.29). Contudo, ele aponta algumas das possibilidades de atuação dos governos locais, levando-se em conta, é claro, que as mesmas são condicionadas pela estrutura social e pela organização econômica local. São elas: intervenção sobre as condições de ambiente, articulando medidas propícias ao desenvolvimento local (incluindo-se aí programas de incentivo ao crédito comunitário, reversão de situações desfavoráveis em termos de infra-estrutura física, desburocratização etc); investimento na formação básica e profissional; intervenção em setores de grande efeito multiplicador; estímulo à novas formas de ajuda e cooperação; articulação do desenvolvimento local com atores e dinâmicas externas, incremento da produtividade social (ou seja promoção do uso racional dos recursos de uma determinada comunidade) e incentivo a novas formas de organização da produção (p. 30-39).

No entanto, há sempre que ressaltar que a dimensão que a pobreza e a desigualdade social vem assumindo nesse país, torna impossível desenvolver um modelo de gestão urbana empreendido em sua totalidade pelo poder municipal, como nos lembra Maricato (1999).

Se os espaços públicos são o *locus* da expressão das diferenças e da negociação possível, ou seja o *locus* da heterogeneidade social, o local tem se apresentado

como um campo de possibilidades não somente no campo das administrações municipais democráticas, mas também em diversas manifestações no campo da sociedade civil.

Nesse sentido, as administrações democráticas têm contribuído com experiências inovadoras de construção de espaços públicos. Um bom exemplo é a criação dos Fóruns da Cidade²⁰, como em Santo André e Santos e do Fórum de População de Rua de Belo Horizonte²¹, que ajudam a neutralizar resistências, a construir políticas públicas mais inclusivas, além de estabelecerem acordos que permitem o exercício da governabilidade. O mesmo se poderia dizer a respeito dos Conselhos Gestores²² das políticas nas áreas da saúde, da educação, da criança e adolescente entre outros. Talvez o exemplo mais emblemático de construção de espaço público, seja o Os Conselhos de Orçamento. Como bem observa Carvalho (1998), os orçamentos participativos, "...desde que realmente submetam parte substancial do orçamento à deliberação pública, são instrumentos com grande potencial de democratização do poder e inversão de prioridades" (p.13), constituindo-se em espaços de co-gestão.

As câmaras setoriais se apresentam, também, como uma interessante experiência de negociação entre trabalhadores e empresas, instituindo uma nova forma de gestão do processo produtivo.²³ Outro exemplo de inovação democrática é a campanha nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

²⁰ Esses fóruns têm a representação de empresários, sindicatos, movimentos populares e comerciantes.

²¹ Esse fórum congrega representantes do poder público como a SMDS, a SLU, a Secretaria Regional Centro-Sul, a Secretaria Municipal de Saúde, a Pastoral de Rua, a ASMARE, a Cáritas, entre outros. Ver também a esse respeito o capítulo 2 dessa dissertação.

²² A respeito dos avanços e limites dos Conselhos Gestores, ver Carvalho (1998).

²³ As câmaras setoriais têm uma composição tripartite: governo, empresários e trabalhadores e têm como função discutir as demandas de setores específicos da produção. A respeito das câmaras setoriais, Ribeiro (1995), alerta para o risco das mesmas reproduzirem a própria exclusão, pois somente os sindicalizados estariam habilitados para delas participar. Observa ainda, que apesar das mesmas resolverem "...o hiato entre formulação e implementação..." (p.145), as mesmas não devem ocupar o lugar do Estado e nem "...podem e devem exercer a prerrogativa de traçar políticas gerais" (p.145).

Alguns desafios poderiam ser arrolados para que uma nova contratualidade, calcada na noção de cidadania plena, seja construída. Um dos desafios é o da descontinuidade administrativa, que muitas vezes traz consigo uma ruptura com os processos participativos. Bava, registra a proposta do Prefeito Tarso Genro, de Porto Alegre, de construção de “esferas públicas não estatais” como uma estratégia de defesa das conquistas sociais em cenários de descontinuidade administrativa, já que essas esferas (um exemplo seria o Orçamento Participativo de Porto Alegre) podem se constituir num campo de exercício da crítica social a qualquer governo, seja qual for a sua coloração partidária (2000:16).

Outro desafio que se coloca, diz respeito à capacidade das administrações democráticas de conquistar a adesão dos diversos atores para o seu projeto de desenvolvimento local, o que em suma diz respeito ao exercício da governabilidade. Isso requer qualificação técnica dos atores envolvidos – governo e sociedade civil. Bava, salienta que

...se entendermos por governabilidade a capacidade de um governo implementar um determinado projeto de desenvolvimento, e se esse projeto de desenvolvimento depende da capacidade dos atores coletivos populares desenvolverem uma atuação propositiva nos espaços públicos municipais, cabe aos governos democráticos atuarem no sentido do fortalecimento dos atores coletivos populares e de sua capacidade propositiva (2000:19).

A importância da capacitação dos setores sociais excluídos também é reforçada por Maricato, que ressalta que tanto na elaboração do Plano Diretor de Angra dos Reis (89/82) quanto no de Diadema (93/96), “...a participação popular foi garantida e incentivada pela gestão municipal” (1997:124). A autora nos lembra que as políticas urbanas cobram um importante papel na ampliação da democracia e da cidadania (1999:142). A política urbana no Brasil, desempenhou um grande papel enquanto instrumento de exclusão e perpetuação de desigualdades. Maricato, registra quão abundante é o aparato regulatório normatizador da produção do espaço urbano no Brasil e como os códigos e leis existentes desconhecem a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana do país. Há um enorme fosso existente entre lei e gestão. A

aplicação da lei é um instrumento de poder arbitrário. A aplicação dos “planos” segue a lógica da “...cidadania restrita a alguns”: ou somente uma parte do plano é cumprida ou ele é aplicado apenas a uma parte da cidade (1997:123). Ou seja, cumpre o papel do “plano discurso”.

Maricato, nos diz que a crise pela qual passa o planejamento urbano²⁴ e *a busca de uma nova matriz teórica constituem um importante impulso para uma produção intelectual comprometida com a democracia no Brasil* (1997:127).

É nesse contexto da discussão sobre as chamadas questão ambiental e questão urbana, que se faz necessário aprofundar a reflexão sobre o papel das gestões locais na dinamização de movimentos sociais portadores de um potencial de mudança. Essa discussão poderá contribuir para o redesenho dos horizontes das temáticas ambiental e urbana dentro de uma ótica mais inclusiva.

Ribeiro, chama a atenção para a necessidade de se buscar um novo modelo de política urbana que se pautem pela idéia de políticas que “...habilitem as camadas sociais em situação de exclusão e vulnerabilidade para manter relações de integração com os circuitos de produção e distribuição de riqueza” (1995:153). Muitas prefeituras, afirma ele, poderiam “...reforçar a renda das pessoas envolvidas na economia do lixo, pela compra, por parte das empresas de limpeza pública, dos materiais recicláveis para revenda ou transformação, quebrando, assim, os vis laços de exploração organizados pelos atravessadores presentes nesses circuitos” (p.153).

Creio que é fundamental ressaltar que, mais do que simplesmente comprar os materiais recicláveis, as prefeituras podem incluir o segmento social que tradicionalmente vem se ocupando dessa atividade – os catadores – como parceiros prioritários de sua política de gerenciamento de resíduos sólidos.

²⁴ A respeito da crise da matriz funcionalista/modernista do planejamento ver Maricato (1997).

A atividade de catação, ilustra uma área que vem sendo paulatinamente explorada, que é o potencial gerador de renda de programas de reciclagem. Nos países do chamado terceiro mundo, a reciclagem ainda se sustenta mais no trabalho informal desse segmento do que na consciência ecológica – ainda incipiente – da população. Assim é que temos os “zabbaleen” no Cairo, os “ferrywallas” em Dhaka, os “recicladores” na Colômbia, os “badameiros” em Salvador e os “catadores de papel” em Belo Horizonte. Se a complexidade e intensidade do processo de catação varia de local para local, as condições de trabalho desumanas, o preconceito da população local e a falta de incentivo e apoio do poder público são elementos comuns em quase todos os lugares onde esta atividade está presente.

O caso dos catadores de papel de Belo Horizonte, representa no Brasil e no mundo, uma das raras exceções a essa situação de descaso, já que os mesmos estão inseridos, através de sua associação representativa a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE, no sistema de gerenciamento integrado da Superintendência de Limpeza Urbana –SLU²⁵, como parceiros prioritários do Projeto de Coleta Seletiva. Esta parceria se estabelece num contexto tanto de democratização da gestão pública no país, quanto, no âmbito mundial, de uma busca de estabelecimento de padrões ambientais sustentáveis, de uma busca por uma maior sintonia com os princípios veiculados pelo documento resultante da ECO- 92, a Agenda 21.

Essa dissertação de mestrado tem como objeto de estudo este Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE e tem como objetivo examinar os avanços e limites do projeto na construção de uma nova dimensão de cidadania.

Parto do pressuposto de que a influência da sociedade civil na oxigenação da gestão pública já é largamente discutida na literatura. Creio portanto, ser

²⁵ Apesar da Reforma Administrativa (Lei nº 1284 de 30/12/2000), que implantou o processo de descentralização da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ter repassado as atribuições do gerenciamento da limpeza urbana para a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana, continuaremos usando a denominação SLU tanto por que a maioria da documentação pesquisada refere-se ao período anterior da Reforma, quanto por razões afetivas.

necessário avançar mais na discussão sobre as habilidades das gestões locais na potencialização de movimentos sociais inovadores, no fortalecimento da sociedade civil.

Como sabemos, uma sociedade civil forte é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de um sistema democrático de governo. Mas como colocado por Hadenius & Ugglá, a relação “...between civil society and the state is of a mutual (or recursive) nature (...) the state has the ability to strengthen civil society” (1996:1628).

Trabalho com a hipótese de que a forma como se dá a participação popular, bem como a ação do poder público podem interferir no campo das oportunidades de crescimento associativo e na potencialização dos movimentos sociais. Assim, a parceria da SLU com a ASMARE potencializou o crescimento da ASMARE, dando conteúdo prático à luta da Associação pela afirmação do catador de papel enquanto profissional da coleta seletiva na cidade e enquanto sujeito de direitos, com reflexos positivos na melhoria das condições de vida dos catadores. No campo do poder público, essa parceria contribuiu para uma nova percepção, dentro da SLU, das possibilidades de inclusão social a partir da implementação de uma política de resíduos sólidos, com efeitos multiplicadores internos e externos à instituição.

Evans, observa que “while it is always fun and often useful to expose the perfidies of public sector actors, this kind of news is already in oversupply. What is needed is more research on positive cases” (1996:1131).²⁶ Esse é o propósito dessa dissertação.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, **Catadores de papel – catadores de cidadania**, discute: a representação social da figura do catador de papel no imaginário coletivo; reconstitui as ações de retirada de catadores da rua empreendidas pela SLU nas chamadas “operações limpeza”,

²⁶ Tradução: Apesar de ser sempre divertido e às vezes útil expor as perfidias dos atores do setor público, este tipo de notícia já temos em excesso. O que é necessário é mais pesquisa sobre os casos positivos.

bem como a gênese da ASMARE; apresenta o modelo de gerenciamento integrado da SLU, situando-o no contexto das políticas públicas urbanas que propiciaram a parceria SLU/ASMARE.

O segundo capítulo, **O estudo de caso: o Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE**: reconstitui a gênese do projeto com suas principais características e objetivos; discute a centralidade do trabalho de mobilização social dentro da concepção do projeto; avalia quais foram as mudanças necessárias no arranjo institucional da SLU para viabilizar a coleta seletiva em parceria com os catadores e discute os aspectos relativos ao gerenciamento dos galpões de triagem de recicláveis (cotidiano de trabalho, territorializações, relações sociais estabelecidas).

O terceiro capítulo, **A coleta seletiva na construção da cidadania – Avanços e limites**, examina os avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE, tanto do ponto de vista social e técnico-operacional, quanto nos seus aspectos jurídico-legal; discute o papel dessa política pública no crescimento da ASMARE, bem como a influência da Associação na democratização da gestão pública; analisa a dinâmica de relacionamento poder público/ASMARE; e discute os principais desafios e perspectivas dessa parceria em termos de um maior alargamento da cidadania.

As **Considerações finais**, sumariza a discussão desenvolvida ao longo da dissertação e apresenta novos pontos de partida para o aprofundamento da reflexão sobre a temática.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como apontado por Brandão, uma das maiores dificuldades encontradas numa atividade científica cujo “...’outro lado’ é constituído também por pessoas, sujeitos sociais quase sempre diferentes do pesquisador...” (1984:8) é aquela associada a como tratar pessoal e metodologicamente a relação de alteridade estabelecida. Durante muito tempo acreditava-se que o caráter de cientificidade de uma pesquisa era conferido pela capacidade do pesquisador em abandonar qualquer

traço de subjetividade, de proximidade existente com o seu “objeto” de pesquisa. Quando mais tarde os “objetos” da pesquisa passaram a ser encarados como “sujeitos” da pesquisa, pôde-se então perceber que “...em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca *na* pesquisa e *através* dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga” (idem, p.8). É dentro desta perspectiva que se insere a discussão sobre estilos participativos de investigação social e ação educativa – como, por exemplo, a observação participante.

A observação participante implica num “...mergulho por inteiro no mundo do *outro*” e parte do pressuposto de que

...em todos os mundos sociais todas as instituições da vida estão interligadas de tal sorte e de tal maneira se explicam através da posição que ocupam e da função que exercem no interior da vida social total, que somente uma apreensão pessoal e demorada de tudo possibilita a explicação científica daquela sociedade. (...) também, o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu, o de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem (Brandão, 1984:12).

A minha inserção, como técnica do Projeto de Coleta Seletiva da SLU, já de antemão me posicionou no campo da observação participante do processo de implantação dessa política pública. Se por um lado, este tipo de inserção pode facilitar o acesso a informações e material de pesquisa, talvez, inacessíveis ao pesquisador “de fora” e mesmo uma maior compreensão da complexidade da temática estudada, por outro lado, pode representar, também, um enorme desafio à medida que exige uma redobrada disciplina intelectual do pesquisador no sentido de não cair numa postura acrítica. É necessário explicitar esse “lugar de onde falo” pois embora tenha havido um enorme esforço de fugir a um certo otimismo teórico em relação à essa política pública, a impossibilidade de se conseguir, por razões práticas, um certo afastamento do meu lugar de gestora

dificultou o meu objetivo de atingir aquilo que Escorel chamou de um “equilíbrio sutil entre distanciamento e envolvimento” (1999:93).

O caráter multifacetado de toda realidade social, implica na necessidade de um uso de técnicas, de métodos e fontes de dados variados, até mesmo porque toda metodologia de pesquisa possui suas próprias limitações. Portanto, recorri a vários procedimentos metodológicos.

Na tentativa de revisitar o passado da SLU, com o objetivo de encontrar os elementos presentes no imaginário institucional relativo aos catadores, que apontassem para o tratamento deste segmento enquanto somente um “caso de polícia”, realizei uma consulta aos arquivos do Centro de Memória e Pesquisa – CEMP, consultando todas as pastas (contendo documentos de circulação interna, ordens de serviço, recortes de jornal, etc) que fizessem menção aos catadores, num período compreendido de 1979 a 1992. Qual não foi a minha surpresa quando ângulos de uma certa forma inesperados se evidenciaram nesta consulta, que apontavam para a existência, também, de estratégias de solidariedade dos funcionários da SLU responsáveis pelas chamadas “operações limpeza” em relação aos catadores, conforme poderá ser visto no primeiro capítulo. Procurou-se com esta pesquisa documental reconstituir estas ações de retirada de catadores da rua, tentando apreender a lógica e a racionalidade institucional predominante à época em relação à atividade de catação. Ao fazer isto procurou-se não cair na armadilha de condenar a SLU do passado, ou de isentá-la completamente. O que se buscou foi situar as ações empreendidas pela instituição dentro do contexto da época.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com funcionários antigos da SLU que ocupavam cargos técnicos e/ou de chefia das divisões de limpeza pública e que integravam a “brigada de combate aos catadores” formada pela alta direção da instituição para coordenar as ações de retirada de catadores da rua. Além disso, para se entender como se dava e como se dá atualmente a relação do gari da SLU com os catadores, foi aplicado um questionário com os servidores da varrição e coleta da divisão de limpeza centro,

por ser esta a região onde a concentração de catadores fazendo triagem nas ruas, era maior, no período anterior ao ano de 1993, e onde os conflitos catador/SLU se davam. Foi feita uma amostragem aleatória de 25% do universo de 42 funcionários que trabalhavam no hipercentro no período pré-1993.

Dando voz aos catadores, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 3 catadores membros da diretoria da ASMARE e coordenadores dos galpões de triagem da Av. do Contorno, da Rua Curitiba e da Rua Itambé. Além disso, fez-se extenso uso das falas dos catadores registradas no decorrer do acompanhamento do Projeto em questão, propiciadas pelo lugar ocupado enquanto observadora participante. Também foram entrevistados dois agentes técnicos: um da Pastoral de Rua e outro do grupo teatral Cênica Balaiuô, que assessora a ASMARE na área de arte-mobilização.

Tentando identificar as territorializações dos catadores de tração humana, foi realizado um levantamento dos roteiros de coleta dos mesmos que consistiu na aplicação de um questionário em 65 catadores distribuídos aleatoriamente pelos três galpões de triagem (o da Av. do Contorno, da Rua Itambé e da Rua Curitiba), o que significa cerca de 31% do universo de 210 associados (em 1999) da ASMARE. O questionário procurava identificar não somente o roteiro de coleta de cada catador, como também os principais problemas enfrentados pelos mesmos no seu trabalho cotidiano. Deste levantamento, produziu-se um mapa com o roteiro consolidado dos catadores de tração humana na área circunscrita à Av. do Contorno.

Ao longo dos capítulos, optei por identificar pelo nome ou apelido as citações tanto dos catadores, quanto dos garis da SLU por saber que isso para eles é simultaneamente fonte de orgulho e de “empowerment”²⁷, tendo, contudo, optado por me referir apenas à função exercida nos casos dos depoimentos dos agentes pastorais e dos funcionários técnicos e com cargos comissionados da SLU.

²⁷ Tradução: empoderamento.

Toda pesquisa envolve, num grau maior ou menor, o uso e a análise de documentos. No caso em questão, tive a acesso a uma vasta documentação institucional, primária e secundária, tanto da SLU quanto da ASMARE e Pastoral de Rua, consistindo os mesmos basicamente de relatórios estatísticos, relatórios de balanço de atividades, produtos de grupos de trabalho técnico, “clippings” jornalísticos, documentos com “histórias de vida” dos catadores, etc.

A despeito da “contaminação” do discurso, devido à minha inserção como gestora dessa política pública, espero que a presente dissertação colabore no sentido de, mais do que trazer à tona respostas acabadas às temáticas da gestão pública e cidadania, possa fazer emergir, enfim, outras indagações estimuladoras não só do debate teórico, mas da ação para a mudança social.

CAPÍTULO 1 - CATADORES DE PAPEL - CATADORES DE CIDADANIA

“Cidadania é uma palavra difícil, né? O que eu sei dela é que quando olho de onde eu vim e onde eu tô, eu me sinto cidadã”

(Maria das Graças Marçal, a Dona Geralda, catadora da ASMARE)

1.1. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES

A relação do homem com o lixo tem variado ao longo da história da humanidade²⁸. “The inhabitants of ancient Troy, around the year 1200 B.C., simply left their wastes on the floor of their homes or threw them into the streets”²⁹ (Downs & Medina, 2000:26). Já na Roma antiga, vários registros reportam à existência de leis que mencionam a limpeza das ruas. O nome antigo de Paris “Lutetia”, vem do latim lutum que significa lama. Seus habitantes conviveram durante muitos séculos com a sujeira em suas ruas desconhecendo as ligações entre sujeira e doenças. Lieberherr-Gardiol (1997), ao traçar a história do lixo em Paris (séc. XII ao XIX), observa que “... the only genuine change in waste policy came about under the influence of a key ideological factor, the public-health revolution brought about by Pasteur’s scientific research into pathogenic germs”³⁰(p.4).

Como nos aponta Mary Douglas, a sujeira é fundamentalmente, desordem. “Não há sujeira absoluta: ela existe aos olhos de quem a vê”(1976:12). Como a autora

²⁸ Para uma detalhada reconstituição de como o lixo e aqueles que com ele lidam são percebidos ver Downs & Medina (2000).

²⁹ Tradução: Os habitantes da antiga Troia, em torno do ano 1200a.c., simplesmente deixavam seus resíduos no chão de suas casas ou os jogavam nas ruas.

³⁰ Tradução: A única mudança genuína na política relativa aos resíduos se deu sob a influência de um fator ideológico chave, a revolução na saúde pública trazida pela pesquisa científica de Pasteur sobre os germes patogênicos.

observa, algumas crenças em poluições “...são usadas como analogias para expressar uma visão geral da ordem social”, podendo ser usadas num “diálogo reivindicatório e contra-reivindicatório de *status*”(op.cit.:14). Assim é, que da mesma maneira como falamos de coisas fora do lugar, podemos falar de ‘pessoas fora do lugar’ ou até mesmo, eu acrescentaria, de ‘pessoas no lugar certo’³¹. De uma maneira geral, as diferentes sociedades, no tempo e no espaço, têm uma relação de afastamento e estigmatização com os resíduos por ela produzidos. Sendo um produtor diário de resíduos, o cidadão comum quer, como brilhantemente nos lembra Italo Calvino, que aquilo que lhe remete ao que ele é, esteja bem distante, como se somente jogando fora aquilo que um dia fomos, pudéssemos estar seguros de que não estamos jogando a nós mesmos fora (1994:104). É importante observar que os estigmas associados ao lixo são deslocados para aqueles que com ele trabalha ou que lhe estão próximos, como por exemplo, garis e catadores.

A recuperação de materiais a partir do lixo é uma atividade milenar. Há registros arqueológicos que sugerem que a sucata de metal e objetos metálicos inúteis podem ter sido derretidos e reciclados já no ano 3000 A.C. Downs & Medina, argumentam que a catação é uma resposta adaptativa³² à escassez causada pela pobreza crônica, guerra e crises econômicas (2000:42). Como registra Lieberherr-Gardioli, “from ancient times, the socially deprived have managed to survive thanks to refuse”³³. No entanto, a autora continua, “at all times, the rag pickers of Paris were despised and marginalised as the lowest caste, subjected to

³¹ Na Índia, os “intocáveis” foram, historicamente, os responsáveis pela coleta do lixo de todas as castas. Na Roma antiga, essa atividade era atribuição dos escravos. Nos países islâmicos, ainda hoje, os não muçulmanos são os responsáveis pelo manejo do lixo (Downs & Medina, 2000). Como se vê, em algumas religiões o estigma que o lixo carrega determina quem são as ‘pessoas no lugar certo ou na função certa’.

³² Os autores observam que durante o período entre os séculos XIII e XVIII a demanda por papel era crescente, enquanto que o fornecimento de retalhos usados em sua produção era extremamente baixo, já que face a um quadro de pobreza crônica (na França do século XVIII, por exemplo, cerca de metade de sua população estava condenada à pobreza) as pessoas usavam seu vestuário o máximo possível (p.30). As vestimentas eram mesmo consideradas como “commodities” como podemos ver em *O casaco de Marx - roupas, memória, dor* de Peter Stallybras (1999), onde o autor nos conduz às idas e vindas do casaco de Marx da loja de penhores, quando as necessidades financeiras o compeliem a empenhar sua própria vestimenta.

³³ Tradução: Desde os tempos antigos, os destituídos sociais conseguiram sobreviver às custas do lixo.

social exclusion and harassment from officialdom (1997:2)³⁴. Ainda se referindo aos trapeiros parisienses, a autora observa que uma imagem social extremamente negativa reforçava e sustentava a marginalização dos trapeiros parisienses, sendo os mesmos retratados como vagabundos e bárbaros, sendo constantemente responsabilizados pelas doenças da sociedade: a violência e insegurança urbana, roubos e epidemias (p.3). Como colocado por Douglas, “...a reação à sujeira é contínua com outras reações à ambiguidade ou anormalidade...” e o reconhecimento dessa anormalidade ou anomalia “...conduz à ansiedade e daí ao ato de suprimir ou evitar”(1976:15-16).

Séculos e séculos mais tarde a história se repete: tanto em Madras quanto em São Paulo, no Cairo quanto em Medellín, em Manila quanto na cidade do México, aqueles que vivem das sobras humanas vêm sendo retratados como os párias da sociedade. Em Cali, Colômbia eles são apelidados de urubus. Também na língua inglesa eles eram designados como urubus (“scavengers”). A substituição do termo “scavenger” por “waste picker”, pela comunidade científica de língua inglesa é relativamente recente. Só recentemente, também é que o fenômeno da catação passou a ser estudado e valorizado pelo seu potencial ecológico e social.

Falar do lugar ocupado pelos catadores no imaginário social, implica, necessariamente, em falar, mesmo que muito sucintamente, sobre os estereótipos historicamente atribuídos à figura do pobre³⁵.

A substituição da idealização da pobreza (o seu sentido religioso e de redenção), característica da idade média, começa a se operar a partir do século XIV com a disseminação da ética protestante, que denegria a pobreza e valorizava a riqueza

³⁴ Tradução: Os trapeiros de Paris sempre foram desprezados e marginalizados como a casta mais baixa, submetidos à exclusão social e à perseguição oficial.

³⁵ Para uma discussão sobre as representações sociais da pobreza e o lugar ocupado pelo ‘pobre’ nas hierarquias simbólicas da sociedade, ver Escorel (1999). Ver também Patto (1999), Rago (1987) e Chalhoub (1996) e o panorama histórico do desabrigo e da pobreza traçado por Snow (1998).

mundana como um sinal divino³⁶. Essa mudança na percepção da pobreza é acompanhada por diferentes classificações dos pobres em categorias merecedoras e não merecedoras de apoio, como ilustra a evolução na Inglaterra daquilo que veio a ser denominado de Leis dos Pobres³⁷. A figura do vadio, emerge no contexto das sociedades pré-industriais, assim como as primeiras leis de vadiagem³⁸.

No Brasil, a estigmatização dos pobres como “vadios” é um dado que remonta ao período colonial. Como nos relata Patto, desempregados e subempregados aparecem nos relatórios oficiais como “vadios” e “incansáveis parasitas”, bastando “...ser pobre, não-branco, desempregado ou insubmisso para estar *sob suspeita* e cair nas malhas da polícia”(1999:175).

O processo de desqualificação dos pobres³⁹ na Primeira República, nos lembra Patto, encontrou um forte aliado na ciência da época, principalmente com o movimento higienista. A pobreza “...passou a significar sujeira, que significa doença, que significava degradação, que significa imoralidade, que significa subversão” (1999:184).

Chalhoub, ao analisar a destruição, em 1893, do mais famoso cortiço carioca do século XIX o Cabeça de Porco, localiza dois pontos fundamentais que situa esse episódio como emblemático de toda uma forma de gestão das diferenças sociais na cidade. O primeiro ponto, seria a construção da noção de que “classes pobres” e “classes perigosas” descreveriam a mesma “realidade”. O segundo, refere-se ao

³⁶ A Revolução Industrial, encontrará nessa mudança da representação social da pobreza o respaldo necessário ao estabelecimento de regulamentos punitivos e criminalizantes (Escorel, 1999:34).

³⁷ As Leis dos Pobres, na Inglaterra, remontam aos tempos elisabetanos. A Lei dos Pobres de 1834, por exemplo, classificava os pobres nas seguintes categorias: (1) os velhos e verdadeiramente incapazes; (2) as crianças; (3) as mulheres com capacidade física e (4) os homens com capacidade física, sendo este último, o grupo considerado como o mais “...moralmente defeituoso e considerado menos merecedor de apoio”(Snow & Anderson, 1998:28). Sobre as Leis dos Pobres, ver também Bresciani (1982).

³⁸ Snow & Anderson (1998:30) e Escorel (1999:34).

³⁹ Para uma discussão pormenorizada desse processo de desqualificação do pobre na Primeira República e o papel justificador da ciência da época, ver Patto (1999). Para uma discussão da gestão higiênica da miséria ver também os trabalhos de Chalhoub (1996) e Rago (1987).

surgimento da idéia de que uma cidade poderia ser administrada com base em critérios meramente técnico-científicos:

...trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas. Essas duas crenças, combinadas, têm contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos (1996:20).

Assim é, como registra Chalhoub, que a associação de pobreza e perigo repercutirá na história subsequente do Brasil.

Apesar das várias mudanças na configuração do fenômeno da pobreza urbana, ao longo do século XX, “...dois traços foram permanentes: a naturalização e a estigmatização da pobreza” (Escorel, 1999:38). Ou seja, o fenômeno aparecerá como desgarrado dos parâmetros que regem as relações sociais e como pólo de incivilidade.

O lugar ocupado pelos catadores no imaginário social é o de pobre e marginal. Apesar da importante função ecológica por eles desempenhada – enquanto “...mediadores na relação entre as sociedades e o meio ambiente” (Downs & Medina, 2000) - o descaso, o preconceito e a violência sempre permearam a relação da população e do poder público em relação à esse segmento.

Trabalhando de forma isolada e dispersa, vítimas da exploração dos grandes depósitos que intermediam a venda dos recicláveis junto às indústrias, a auto-imagem desses indivíduos também reflete o estigma dos “não sujeitos” ou “pré-cidadãos” (Telles,1992). Confundidos com a matéria prima da qual eles extraem a sua sobrevivência – o lixo -, a relação da sociedade com os catadores sempre esteve impregnada dos estigmas associados ao lixo e aos pobres:

Vivíamos sendo marginalizados, chamados de vagabundos, ladrões, ninguém, levava em conta o nosso trabalho. Éramos perseguidos pela prefeitura e pela polícia (...) trabalhamos no sol e na chuva, sem

*férias e nem descanso, a nossa casa era a rua, e nosso teto o carrinho...*⁴⁰

1.2. AFASTANDO A SUJEIRA PARA AS BORDAS DA CIDADE: AS OPERAÇÕES LIMPEZA EM BELO HORIZONTE

*...a ação predatória dos CATADORES DE PAPEL (...) porque suja o meio ambiente da sua ação criminosa⁴¹ (...) cresce em intensidade e perigo e será, por certo, catastrófica se o Poder Público não arregimentar forças, atos e procedimentos capazes de neutralizá-la a curto prazo.*⁴²

Assim se refere, em 1979, o ex-superintendente da SLU, a um personagem do cenário urbano que não habita as estatísticas oficiais – o morador de rua e dentro deste grupo, os catadores de papel.

A existência de moradores de rua, como vimos anteriormente, tem uma história longa em quase todo o mundo. No Brasil, o fenômeno vem se intensificando desde a década de 80, com especial agravamento na década de 90. A caracterização do perfil do morador de rua experimentou várias mudanças ao longo dessas últimas décadas: à figura do andarilho e do mendigo, desvinculados dos laços socio-familiares, somou-se um número crescente de desempregados e famílias inteiras que vêm fazendo da rua o seu habitat permanente e que nela vem encontrando - através da recuperação das sobras da sociedade - a sua fonte de sustento. Essa nova população de rua é uma expressão tanto do agravamento das desigualdades sociais, quanto da falência do poder público na promoção de políticas inclusivas. Bursztyn, registra a diferença entre a figura do *biscateiro* e do morador de rua atual. Enquanto aquele desempenhava um papel econômico dinâmico dentro de uma economia submersa, possuindo vínculos mais sólidos

⁴⁰ Depoimento do catador José Carlos, In Oliveira (1998).

⁴¹ Snow & Anderson (1998:26), observa como “papéis ou status estigmatizados, (...) conferem má reputação a seus detentores”.

⁴² Ofício GAB-3679/558/79.

com as cidades e endereço fixo (mesmo que em condições precárias de moradia), numa relação com a população não portadora de perigo, podendo mesmo adentrar as residências daqueles que estavam inseridos no circuito formal da economia, o morador de rua atual, apesar de possuir a mesma flexibilidade adaptativa às diversas possibilidades de trabalho que caracteriza o *biscateiro* não é assimilado ao mundo oficial e não tem, portanto, acesso às residências dos *incluídos* (2000:43).

Não é objetivo desse trabalho fazer uma discussão aprofundada da população de rua em geral, já que não é este o meu objeto, ou melhor, sujeito da pesquisa e sim um segmento, o catador de papel da ASMARE - que tem sua trajetória ligada à rua enquanto espaço de trabalho e moradia – mas que se destacou desse grupo mais geral, por desenvolver uma atividade regular que possui uma importante função ecológica, hoje extremamente valorizada, que é o reaproveitamento do lixo. Em oposição a indivíduos da população de rua que eventualmente catam algum reciclável, o catador regular tem nos recicláveis retirados da massa do lixo a sua principal fonte de sobrevivência. Os mesmos podem tanto trabalhar nos vazadouros a céu aberto, os chamados lixões, quanto nas ruas, retirando os recicláveis diretamente dos sacos plásticos dispostos para a coleta convencional de lixo ou recebendo-os diretamente de estabelecimentos comerciais e escritórios.

Há registros históricos de catação de lixo em Belo Horizonte que se remontam ao final da década de 30. Até 1975, com a criação do aterro sanitário⁴³ da cidade, a deposição do lixo coletado era feita a “céu aberto” na chamada “Boca do Lixo”, no bairro Morro das Pedras, onde mais de 300 pessoas disputavam o que podia ser aproveitado entre os caminhões coletores.⁴⁴ Portanto, desde meados da década de 70 a catação de recicláveis na cidade passa a ter no espaço da rua o seu

⁴³ O aterramento sanitário é uma técnica de disposição final de resíduos sólidos (lixo) urbanos no solo, com recobrimento diário de material inerte e a aplicação de uma série de procedimentos de engenharia sanitária que visam a minimização do seu impacto ambiental.

⁴⁴ “Era comum assistirmos cenas de briga entre mulheres e urubus na disputa de um pedaço de carne”: relato de um funcionário da limpeza urbana de então, In: *Limpeza Urbana na Belo Horizonte Centenária*, publicação da Superintendência de Limpeza Urbana, Prefeitura de Belo Horizonte, 2000.

locus privilegiado. Os catadores se destacavam, dentre os personagens que compunham a população de rua, por terem a catação de recicláveis como uma atividade regular, com uma territorialização e uma rotina de trabalho bastante definidas.

Outra característica desse grupo é que a maior parte desses catadores (83%)⁴⁵ possuíam moradia, dormindo em casa somente nos fins de semana, já que tinham que zelar pelo material reciclável recolhido durante a semana de trabalho por falta de um local para armazenamento. Os catadores dormiam amontoados em meio ao lixo recolhido, mimetizando-se à matéria –prima que lhes garantia a sobrevivência.

O cotidiano de vida e de trabalho do catador era impregnado de exploração, estigmatização e perseguição. A pesquisa⁴⁶ feita pela então Secretaria Municipal de Ação Comunitária, em 1989, permite traçar um perfil desse grupo à época. A maioria trabalhava sozinha (62%) ou com a ajuda de familiares (28%) e apenas um pequeno percentual (10%) em grupos, com uma jornada de trabalho diária de cerca de 12 horas. O material recolhido era vendido a depósitos particulares, que por sua vez o vendem aos grandes aparistas e estes às indústrias de reciclagem.

A exploração dos donos de depósito sobre o trabalho é reconhecida tanto pelo catador quanto pelo próprio poder público. Um ofício da SLU⁴⁷ assim se refere ao catador de papel: “...mendigo, via de regra que nada mais é que um preposto, explorado e desamparado, dos donos de depósito de papéis velhos, que se enriquecem à sua custa, à margem da lei...”. Outro ofício (datado de 03/04/84), relata os dados colhidos em visitas realizadas aos depósitos, constatando o caráter irregular de funcionamento dos mesmos (“...poucos são registrados e apresentam denominação relacionada com a compra ou venda de papéis

⁴⁵ Fonte: “Pesquisa e relatório feita pela equipe de assistentes sociais”, Secretaria Municipal de Ação Comunitária”, 1989 (CEMP/SLU).

⁴⁶ Essa pesquisa é fruto de uma das principais reivindicações da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, que já nessa época estava iniciando seu trabalho sócio-pedagógico com a população de rua de BH.

⁴⁷ Ofício GAB 3679/558/79.

usados...”), as condições precárias de funcionamento no tocante à segurança, a inexistência de “...área para os catadores fazerem triagem dos papéis recolhidos...” e a relutância em exercerem “...a menor influência sobre os catadores”. Ou seja, não havia nenhuma regulamentação da atividade no tocante à relação de trabalho com os catadores. Poucos catadores tinham carrinho próprio, atando-os aos depósitos que lhes emprestavam os carrinhos mediante o compromisso de compra e venda do papel com o respectivo atravessador (os donos do depósito chegavam mesmo a “segurar” os documentos de identidade do catador como medida coercitiva). Dona Maria Brás, catadora da ASMARE assim resume a relação com os atravessadores:

Dono de depósito só quer mesmo sugar o catador. A gente trabalhava o ano inteiro para eles e no final do ano a única coisa que levava pra casa era um garrafão de vinho ruim ou uma garrafa de cachaça pra encher a cara, enquanto eles enchia o bolso e comprava carro novo. Lucro?! Passava longe de nós.⁴⁸

Assim as dificuldades enfrentadas eram muitas: “a barra é pesada de noite”; “a gente passa o resto da noite debaixo do viaduto”; “dorme em cima do papelão”; “a gente faz a cama com papelão de geladeira”; “esquenta um fogo” e “muita gente toma uma pinga⁴⁹ prá enfrentar a dificuldade...”⁵⁰ As maiores dificuldades enfrentadas são assim caracterizadas na referida pesquisa:

*Os catadores afirmam que a incidência de alcoolismo é forte entre eles, bem como conflitos decorrentes de competição por companheiros. Outro fator de problemas, é o fato de serem **agredidos por fiscais da PBH, 53% apontaram esta dificuldade (grifo meu)**, enquanto que 23% citaram a polícia que os desconhecem como trabalhadores, pedindo explicações sobre a origem, identidade. Muitas vezes, vão até a delegacia, para depois*

⁴⁸ Depoimento In: Oliveira (1998).

⁴⁹ A pinga além de ajudar a anestesiar a dureza do cotidiano de vida cumpre também um papel socializador conforme registram diversos pesquisadores sobre a população de rua, como Escorel (1999), Snow (1998), pesquisa da Sebes/SP (1992).

⁵⁰ Depoimento de catador não identificado, In: “Pesquisa e relatório feita pela equipe de assistentes sociais”, Secretaria Municipal de Ação Comunitária”, 1989 (CEMP/SMLU).

serem liberados, quando conseguem comprovarem, através de depósitos e número de carrinhos que são catadores de papel. (...) Alguns citaram, 6,5% (sic) dificuldades com as formiguinhas, porque têm que separar o papel na própria rua”(p.5).

De fato o cotidiano de trabalho dos catadores era extremamente dificultado pela ação da Prefeitura, nas chamadas “operações limpeza” . Essas operações eram o resultado tanto da pressão colocada pelas reclamações da população quanto à limpeza das ruas, quanto da própria racionalidade técnica que permeava o imaginário dos funcionários da limpeza urbana, que viam a sua ação como saneadora, como imbuídas de ideais, digamos, higienistas. Chalhoub, referindo-se à erradicação dos cortiços no Brasil Imperial, observa que a alegação de “cientificidade” dessas ações “...traz sempre em seu cerne a violência contra a cidadania” (1996:58). No caso dessas operações da SLU, o suporte legal era encontrado no próprio Regulamento de Limpeza Urbana (RLU) conforme registra documento de circulação interna de 1979:

O trabalho exercido por esses indivíduos prejudica a SLU, atrapalhando em quase a sua totalidade, a preparação da limpeza de Belo Horizonte. Estatui o Regulamento de Limpeza urbana da SLU, em seu artigo 25, “in verbis”: “o lixo apresentado à coleta constitui propriedade exclusiva da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU.”⁵¹

Portanto, é dentro dessa ótica – do lixo enquanto patrimônio exclusivo da SLU⁵² – que se justificavam, à época, as ações de retirada, muitas vezes violenta, dos catadores, já que os mesmos eram “...indivíduos simples, sem nenhuma orientação, que seriam incapazes de medir qualquer atitude para que pudessem

⁵¹ Documento DI 004/ RD.

⁵² “...se trabalhava muito no imediato (sic) das coisas, ou seja, sujou, limpa, tira. O lixo é nosso, aquela coisa... O lixo não é de ninguém, o lixo é da SLU. Toda vez que tem o lixo a gente tem que ir JÁ e limpar. Então a filosofia que eu assim dei de cara vindo para cá era (...) sujou, vamos limpar (...) não era mais nada do que isso: a gente tem que fazer é manter a cidade limpinha, era varrer a Afonso Pena dez vezes por dia, lavar a Afonso pena, era manter a cidade limpa, enfim...” Entrevista com funcionário da SLU, integrante do grupo responsável pela “Operação Catadores”

ter direito ao fruto da catação, tornando assim o combate a esta atividade por demais **perigosa** (grifo meu).⁵³

“Perigo”, “ação criminosa”, “sujeira”, “atrapalha a limpeza”, “ação predatória”, “mendigos”, essas são as expressões e vocábulos mais recorrentes associados ao catador tanto nos documentos pesquisados , quanto nos questionários aplicados aos garis e nas entrevistas com os antigos chefes das divisões de limpeza da SLU.

Confundidos com o lixo pela população e pelo poder público, os catadores acabavam por internalizar as representações sociais presentes na sociedade conforme relata Dona Geralda, catadora da ASMARE:

*...era triste, porque nós também os próprios catadores via o trabalho como algo inferior...meu grande medo era de ver os meus filho passar fome, aí trabalhava, trabalhava. Bebia uma cachaça arretada: às vezes saía para a rua cambaleando com o carrinho, mas nunca parei de trabalhar. O que eu queria era garantir a comida para os meus filho. Eu não acreditava em nada! Achava que a gente não tinha valor. Não pensava que era possível melhorar a vida.*⁵⁴

Assim é, que trabalhando de forma isolada e fragmentada os catadores eram alvo certo das ações saneadoras da prefeitura. E elas foram muitas, como atesta a memória dos catadores e os próprios documentos internos da SLU.

O final da década de 70 e a década de 80, foram particularmente difíceis para os catadores pois coincidem com o maior número de registros relativos às “operações limpeza” realizadas por uma instituição preocupada em oferecer à cidade, um serviço de limpeza urbana “moderno”. Assim se expressa um funcionário da SLU que vivenciou esse período:

⁵³ Pesquisa documental: docto. DI 004/RD, arquivo CEMP/SMLU.

⁵⁴ Depoimento, In Oliveira (1998).

*...eu me lembro que o Ronaldo Rettore, ele era muito operacional, ele era um superintendente muito voltado para o visual, ele começou a criar uma espécie de uma milícia, vamos falar assim, se é que pode dizer isso, ele criou um grupo de trabalho envolvendo todos que ocupavam cargo de chefia para que fizessem “blitz” na cidade tirando os catadores das áreas né, **afastando** (grifo meu), pegando aquele material do catador né, para não sujar mais e pedindo que eles fizessem a triagem sem uma área determinada, faça fora da Contorno, **mas não tinha assim uma área determinada** (grifo meu). Então a gente se reunia, eu me lembro,(...) e a gente saía, um grupo de trabalho que realmente pegava, era um serviço noturno, na hora que eles faziam a triagem e tinha uma rota pré-determinada...⁵⁵*

Para essas “blitz”, a SLU ampliou o número de caminhões coletores no centro comercial com a coleta iniciando “...às 19:30 (...) com a finalidade de se evitar a exposição prolongada do lixo nas calçadas e a ação dos catadores...”. Colocou-se um quinto caminhão “...para coletar o lixo nos locais preferidos pelos catadores”. A SLU solicitou à fiscalização da Prefeitura maior rigor quanto ao cumprimento do horário de fechamento dos depósitos com vistas a dificultar o “...recebimento dos papéis dos catadores, enfraquecendo com isto sua atuação, pois não terão a quem entregar sua mercadoria”.⁵⁶

Mas os catadores reagem, ainda que de forma localizada, de várias maneiras à essas investidas. Alguns reagem com o confronto. O registro da operação do dia 19/12/79 reporta que “os filhos da D. Maria Angélica disseram que os catadores de papel haviam feito uma reunião e resolveram, caso continuasse a ação da SLU, eles colocariam fogo nos caminhões coletores no dia 26/12/79”. A operação do dia 28/12/79 relata que “...a catadora correu atrás dos coletores com faca em punho, sendo contida por dois policiais”. Assim registra o ofício de 21/01/80: “este elemento cheio de gírias, chegou a me mostrar uma arma branca tipo punhal dizendo que vai fazer a cabeça deste mencionado fiscal”. O documento interno de

⁵⁵ Ex -chefe de divisão de limpeza pública.

⁵⁶ Documento DI 002/DCP.

ocorrência do dia 21/08/80 reporta: “Rua Antônio de Albuquerque com rua Alagoas. Neste local foi solicitado a presença de um policial porque os catadores estavam querendo nos agredir. Foi apanhado uma viagem de papelão”⁵⁷.

Alguns procuram cooperar com a manutenção da limpeza nos passeios na expectativa de assim passarem despercebidos. “Em frente à loja PEG’s, na rua Guarani, ponto dessa catadora, estava tudo ok. Conversou-se com a catadora, elogiando o seu trabalho; ela também agradeceu à SLU” ou em 18/01/80 onde “foi elogiado o procedimento correto e pediu-se que continuasse na limpeza da cidade”. A operação do dia 24/01/80 registra: “ela disse que varreria todo o local, **mas a SLU não está ajudando em nada, só sabe recolher os papéis, etc** (grifo meu). Entrou-se em contato com o Sr. João, gerente da mercearia Bandeirantes, e esse, prometeu deixar a catadora fazer a triagem dentro da mercearia”.⁵⁸

Havia também algumas reações por parte da mídia. A reportagem “Vereadores saem em defesa dos catadores de papel”, do Diário da Tarde de 19/12/79 mostra a condenação do vereador Antônio Carlos Carone que afirma “não compreender um comportamento assim, pois o que os catadores de papel fazem é defender o seu pão de cada dia, o sustento de suas famílias”.

Há registros de funcionários que muitas vezes procuram evitar o confronto e o prejuízo do catador. Na ocorrência do dia 18/12/79 “recolheu-se algum material espalhado pelo meio fio, pois estava sendo feita a triagem no passeio. Novamente d.Maria foi orientada no que se refere ao procedimento de uso do carrinho, alertando-a também para o fato de não sujar a rua, sob pena de ser recolhido todo o material”. No dia 22/07/80: “Curitiba, 702 – catadora que transportava no carrinho deixou cair no chão. Ajudamos a colocar de volta ao carro. Sem problemas”. No dia 05/02/80, “foi dado um prazo de 20 minutos para a retirada das caixas; posteriormente de volta ao local, nada mais foi encontrado”.⁵⁹ O inspetor de serviço da SLU, Cordiolino Araújo procurava dar prazo para os

⁵⁷Documento: DI 001/OCP, pasta MC- Super 05.

⁵⁸Documento: DI001/OCP, pasta MC- Super 05.

⁵⁹Documento: DI 001/OCP, pasta MC – Super 05.

catadores desocuparem a área quando o pedido não era urgente, ou seja do próprio superintendente ou do prefeito.⁶⁰ Assim registra Dona Geralda : “...tinha fiscal que tinha dó da gente e passava na frente e dizia: vai embora que tem fiscal aí na frente; aí dava tempo prá gente correr pro depósito”.⁶¹

Mas como reporta o Sr. Cordiolino, “retirava um catador hoje, mas no outro dia o local era reocupado”.⁶² Alguns catadores tinham mesmo como estratégia o revezamento em relação à ocupação dos locais de triagem:

...devido à ação da SLU, no que se refere a esse Projeto, a catadora, com esperteza, muda os seus pontos de confinamento. Os mais comuns são:

- Igreja São José;

- Rua Tupis entre Av. Afonso Pena e Espírito Santo;

*- Rua Espírito Santo 1000 perto da Imprensa Oficial.*⁶³

Essa parece mesmo ser uma estratégia adotada pelas populações de rua, conforme atestam vários pesquisadores: “apesar de terem que se movimentar continuamente, os moradores de rua tendem a estabelecer um território de circulação” (Escorel, 2000:150). Escorel ainda observa, que o movimento constante e o isolamento são estratégias de diminuição da visibilidade na ocupação do espaço urbano e, conseqüentemente, da repressão. Ora, o catador de papel não concentra sua atividade na região central por um mero acaso. É ali que estão reunidas suas maiores chances de obtenção de rendimentos, pela própria natureza da atividade comercial que ali se desenvolve, com a maior concentração de escritórios e de bancos –grandes geradores da matéria-prima da qual o catador extrai a sua sobrevivência. Concentrados num espaço físico de alto poder simbólico para o cidadão “normal” – espaço da ordem e da civilidade – ele, o catador acaba aumentando a sua visibilidade, sendo alvo das reclamações dos

⁶⁰ Questionário aplicado aos garis em 14/02/01.

⁶¹ Entrevista em 14/08/01.

⁶² Questionário aplicado aos garis em 14/02/01.

⁶³ Notas da pesquisa documental: DI 001/OCP, pasta MC – Super 05, arquivo CEMP/SLU.

munícipes e com isso atraindo a repressão. É necessário, portanto, muita inventividade do catador para driblar a reação pública!

Apesar das permeabilidades existentes tanto catadores quanto funcionários da SLU, pareciam estar presos a uma teia de incompreensão mútua onde a ação de um, desencadeava uma reação violenta do outro. A uma agressão verbal “censurada” de uma catadora o funcionário sugere que o superintendente envie alguém da instituição “...para dar uma “prensa” na citada D. Jandira” (operação do dia 08/07/80). Ou então em 18/04/80, o funcionário registra: “...sabe-se, também, que a catadora correu atrás dos coletores faca em punho, sendo contida por 2 policiais”. Assim relata o então encarregado de coleta Sr. João Bittencourt:

Eu quase fui preso uma vez (1991): eu tive que bater num catador. Eu fui lá no ponto do catador pedir prá ele tirar a bagunça. Fui lá duas vezes e nada... Na terceira vez fui com o caminhão e retirei tudo. Aí o catador chegou aqui na divisão com a mulher me xingando, falando que eu levei tudo (fogão, documentos...). E aí ele foi xingando e eu almoçando... E aí eu tive que dar um tapa neles. Aí, meus colegas da Sul chamaram a polícia. Aí, eu mostrei prá polícia que não tinha nada no caminhão, só o papel.⁶⁴

Embora houvesse, por parte do funcionário da SLU, um certo desconforto em retirar do catador o seu ganha-pão, faltava-lhe os meios (sob o ponto de vista institucional) e/ou o necessário “know how” para lidar com esse segmento. A cooperação se dava avisando-os com uma certa antecedência das operações de retirada, para que os mesmos tivessem tempo de levar o material. Luiz Henrique, catador da ASMARE relembra: “...ia muito da consciência de cada fiscal, né? Porque tinha o fiscal que normalmente, e essa era uma questão de maior humanidade mesmo, ele (...) dava um toque, eles passavam antes de ter a operação, que era a operação de recolhimento e nos avisava”.⁶⁵ “Expliquei para eles”, diz um funcionário, “...que o nosso dever não é de prejudicar nenhum catador e sim, de orientá-los para uma maneira correta de seus serviços, evitando

⁶⁴ Questionário aplicado aos garis em 18/07/01.

⁶⁵ Entrevista em 21/08/01.

com isto prejuízo para com as nossas atribuições”. No entanto, havia poucas, ou nenhuma opção real oferecida ao catador como vemos em outro registro que reporta, em relação a uma catadora que “...ela pode recolher os papéis, **levar para casa** (grifo meu) e fazer a triagem. Só que os restos da triagem deverão ser novamente acondicionados em sacos plásticos e colocados em um ponto (onde o caminhão do lixo passa, uma hora antes da coleta)”.⁶⁶ Se essa catadora tinha casa, a probabilidade maior é que sua casa se situasse numa favela onde a cobertura da coleta convencional de lixo, à época, era praticamente inexistente. O que se observa aqui é a constante necessidade de deslocamento da sujeira para bem longe... As “operações limpeza”, se assemelham àquilo que Rago (1987) chamou de “desodorização do espaço urbano” ao se referir às estratégias sanitárias disciplinadoras da habitação dos pobres no Brasil dos anos de 1890-1930 com a necessidade de “...evacuação do lixo e dos pobres para longe dos espaços refinados da cidade” (p.165).

As iniciativas institucionais de disciplinamento da atividade de catação, tratavam de maneira indiscriminada aqueles que eram chamados, à época, de “catadores motorizados” (mas que se tratavam, na verdade, de funcionários dos depósitos de recicláveis) e o “pequeno catador”, identificando em ambos a ameaça do monopólio da instituição em relação ao lixo, qualificando ambas ações como “..predatória porque suja o ambiente de sua **ação criminosa** (grifo meu)”. Assim, os documentos pesquisados misturam ações direcionadas aos “catadores motorizados” (com catalogação de “...todas as placas dos veículos que clandestinamente coletam o lixo...”) com o “...combate enérgico e constante dos catadores clandestinos de lixo, em qualquer circunstância que ele se apresentar, isto é, a pé ou motorizado”, com o “esclarecimento da população para o perigo que constitui a ação do cata-papel clandestino, encarados os aspectos legal, sanitário e econômico do caso”.⁶⁷ Observa-se, aqui, o papel do poder público na consolidação de uma imagem do catador como marginal.

⁶⁶ Notas da pesquisa documental: DI 002/DCP. Pasta MC – Super 05, arquivo CEMP/SLU.

⁶⁷ Notas da pesquisa documental: DI 002/DCP, pasta MC – Super 05, arquivo CEMP/SLU.

Em dezembro de 1979, a SLU realizou um levantamento dos catadores na área central que constava de nome, endereço, destino, observações gerais quanto ao estado da limpeza no local e quantas vezes a pessoa havia sido abordada quanto à necessidade de se retirar do local. Aos catadores cadastrados foram oferecidos empregos na varrição e na coleta de lixo da SLU, “desde que não tenham problemas de ordem legal ou de saúde e que tenham os documentos indispensáveis à relação de emprego ...”⁶⁸

Ora, a maioria desses indivíduos vinha de uma longa trajetória de desvinculação ocupacional⁶⁹, muitos deles tendo já perdido os documentos que os conectavam à vida do trabalho formal. Ademais, eles estavam por demais impregnados do cotidiano e do tempo da rua, havendo mesmo naqueles que admitiam o sonho de uma carteira assinada, uma certa relutância a de novo se adequarem ao ritual estressante de horários rígidos do trabalho assalariado. Para as catadoras mulheres, então, a dificuldade ainda é maior já que a atividade informal da catação, oferece a liberdade de estabelecimento do seu próprio horário de forma a poder cuidar das crianças. A ocorrência do dia 28/11/79 registra: “...procuramos conversar com dona Enedina propondo-lhe emprego: ‘não posso trabalhar porque tenho 05 (cinco) filhos’ foi sua resposta”. Um funcionário da SLU, reconta o seguinte episódio: Um dia o Ricardo Moura que era o chefe do Departamento de Limpeza Pública falou: A senhora podia sair da rua e trabalhar lá com a gente! Nós damos emprego para vocês. Vocês vão ter INSS, uma segurança danada. Ela olhou bem para ele e perguntou: a sua mãe já está trabalhando lá?”.⁷⁰ Segundo depoimento do ex-chefe da Divisão de Limpeza Centro “...a adesão foi de no máximo cinco catadores”.⁷¹

⁶⁸ Jornal Diário de Minas de 02/12/79.

⁶⁹ A pesquisa da SMAC registra: 27% do universo pesquisado catava papel há aproximadamente 5 anos, 15% há 6-10 anos e 9% de 11 a 15 anos, sendo que os 35% restantes não souberam precisar o tempo. Arquivo CEMP/SLU.

⁷⁰ Entrevista realizada em 14/03/01.

⁷¹ Entrevista realizada em 20/06/01.

Em 26/07/84, já na gestão do então Prefeito Hélio Garcia, a SLU convocou os proprietários dos depósitos de papel (não há registro de que tivesse havido alguma representação dos catadores), para uma reunião tendo chegado ao seguinte acordo: os proprietários deveriam punir os catadores que não colaborassem com a limpeza urbana retirando-lhes os carrinhos; tanto SLU quanto os depósitos deveriam arrumar locais de triagem para os catadores (foi sugerido que fossem alugados lotes vagos próximos aos depósitos e também que a municipalidade liberasse um terreno público); ficou proibida a triagem em calçadas e lotes vagos que não fossem os designados oficialmente pela SLU (locais permitidos: calçada da Estação Central na Rua Aarão Reis, Rua interna da Estação Central e debaixo do viaduto Santa Tereza) e identificação dos catadores que triavam em locais indevidos tanto pela SLU quanto pelos depósitos. Esta reunião parece não ter surtido muito efeito, pois o ofício do chefe da fiscalização, datado de 18/12/84, solicita "...reunião com os donos de depósito no sentido de exigir dos mesmos que a triagem de materiais fosse feito apenas dentro dos depósitos".

A razão do malogro da iniciativa, parece ter se localizado na eterna dificuldade de uma ação concertada de outros órgãos da administração responsáveis pelo disciplinamento da atividade, como a concessão de alvarás e a realização de inspeção sanitária nos mesmos com a "...remoção das favelas que estão se instalando debaixo do Elevado Castelo Branco".⁷² Ademais, na tentativa de solucionar o problema da limpeza, a SLU mesmo ciente de que o catador é explorado pelo depósito propõe intervenções para solucionar o problema, mas sempre penalizando muito mais os catadores. Faltava à instituição a consciência da importância ecológica do trabalho do catador, como também faltava aos catadores uma organização representativa de base, como registra funcionário da SLU responsável na época pela retirada dos catadores:

...antes dessa administração belíssima que é a ASMARE, o catador de papel era super sugado por esses depósitos que nós temos até hoje na cidade, certo? Porque infelizmente eu já presenciei (...) catadores de papel que com muita luta, a noite toda, madrugada

⁷² Ofício DC AMA –141/84, pasta HG/ASS 07.

toda, ele recolhia o seu material e na primeira viagem que ele ia entregar no depósito ele recebia várias bebidas alcoólicas. Quando ele se sentia drogado, alcoolizado e aí não via o peso da balança e muitas vezes ele era sugado, naquela triste batalha do seu ganhapão. Felizmente, com a nossa bela ASMARE, isso veio a trazer para nós, para toda a comunidade dos catadores de papel, um benefício que só Deus poderá pagar a essas pessoas que tiveram essa feliz idéia que é a construção da ASMARE.⁷³

1.3. CONSTRUINDO UMA “PROMESSA DE FUTURO”: A GÊNESE DA ASMARE

“Essas pessoas que tiveram essa feliz idéia”, pertenciam a um grupo de irmãs beneditinas, que vieram para Belo Horizonte, em 1987, tendo em sua bagagem a experiência de organização dos moradores de rua e da cooperativa de catadores – COOPAMARE, de São Paulo. A Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, grupo formado por duas Beneditinas (Cristina Bove e Fortunata) e cerca de 10 leigos, trouxe “...um novo olhar e uma nova forma de lidar com a população de rua...”⁷⁴ Ao iniciar o seu trabalho sócio-pedagógico junto aos moradores de rua, a Pastoral percebeu que um grupo dele se destacava, por realizar um trabalho bem definido, que era o dos catadores de papel. A Pastoral, decide, então, concentrar os seus esforços nesse grupo por acreditar na possibilidade de construir com eles uma experiência, que a médio prazo, fosse capaz de construir o sentimento de dignidade, de cidadania e de resgatar a dimensão do sonho desses indivíduos.

A equipe da Pastoral passa, assim, a vivenciar o cotidiano de vida desse segmento, tendo como premissa fundante de sua metodologia de trabalho a idéia de que era preciso se misturar à “lida” desse grupo. Desta forma, a pastoral rompe com a prática tradicional da assistência, da doação de comida e começa o

⁷³ Entrevista do ex-chefe da Divisão de Limpeza Centro em 20/06/01.

⁷⁴ Entrevista com agente da Pastoral de Rua em 10/07/01.

seu trabalho de aproximação e de construção de relações de confiança mútua. Assim se refere Cido, a esse período:

*...o agente da Pastoral, ele ia prá rua, tentava de alguma forma, algum mecanismo de aproximação. E uma maneira interessante que a Pastoral conseguiu na época, foi a seguinte: na época do inverno a equipe fazia um chá na rua, e, enquanto os catadores paravam para tomar o chá, a equipe começava a conversar sobre a história de cada um (...), depois a Pastoral começou a propor: olha, a gente traz o chá que nós vamos fazer uma vaquinha entre o grupo, porque a gente vai comprar um lanche, vamos fazer um lanche comunitariamente (...), a base da metodologia é do estabelecimento de laços, de vínculo com os catadores para que a **confiança** (grifo meu) pudesse vir de maneira recíproca, e isso deu certo.⁷⁵*

A concepção metodológica da Pastoral, se pauta pelos princípios aplicados pela educação popular que reconhece os catadores e a população de rua como sujeitos de sua própria história. O objetivo da ação pastoral é o de ser uma presença solidária e evangélica junto a essa população historicamente excluída, fortalecendo o surgimento de novos sujeitos e valores.

A memória dos catadores históricos da ASMARE é povoada de lembranças desse tempo, de lembranças da ação da Pastoral. O catador Márcio José, recorda: “há dez anos atrás, antes de conhecer a Pastoral, na rua, naquele tempo, a gente não tinha segurança nenhuma. Eles nos viam como marginais”.⁷⁶ Dona Geralda confirma: “a Pastoral de Rua foi quem primeiro enxergou o catador de papel”.⁷⁷ Através das festas, jogos e celebrações ecumênicas, a equipe da Pastoral ia trabalhando várias questões com os catadores: a percepção das potencialidades individuais, a divisão de tarefas, a diferenciação da relação trabalho/rua/casa, a identidade de trabalhador, a percepção da importância ecológica do trabalho por eles desempenhado, a exploração do seu trabalho pelos intermediários, a

⁷⁵ Agente da Pastoral de Rua.

⁷⁶ In Oliveira (1998).

⁷⁷ Depoimento público em 25/04/00 no Workshop do Programa LIFE, Belo Horizonte.

construção de laços de confiança e solidariedade entre os próprios catadores e, enfim, a própria noção de cidadania.

Birkbeck (1978), em sua caracterização dos catadores de Cali, Colômbia, registra bem as dificuldades que limitam a capacidade organizativa desse segmento como, entre outros, o baixo nível de confiança mútua, a falta de suporte de agentes mediadores externos que ajudem a catalisar o processo organizativo, as pressões dos intermediários da reciclagem que obviamente não vêem com bons olhos essas organizações. Bursztyn (2000), em seu estudo sobre os catadores de Brasília, também confirma o baixo grau de associativismo como uma forte característica desse segmento. Daí a importância do trabalho da Pastoral de Rua em Belo Horizonte, centrar-se na construção de laços de confiança mútua e reciprocidade.

A aposta que a Pastoral de Rua fez, foi a de que era possível trabalhar com os recicláveis sem estar na condição de mendigo, organizar a produção dos catadores e lutar pelo reconhecimento do trabalho do catador enquanto categoria profissional, tanto pelo poder público quanto pela população.

Para isso era necessário, então, politizar a relação dos catadores com a cidade! A luta dos catadores de papel foi, desde o seu início, uma luta, usando uma expressão de Lefebvre, pelo “direito à cidade”, na medida em que a presença dos catadores nas ruas, como vimos, realizando a coleta e triagem dos recicláveis sempre foi um ponto de tensionamento, não somente com o poder público, como também com a população, em geral, que sempre os identificou como mendigos. Assim, é que sua primeira reivindicação, a partir do momento em que os mesmos começam a se constituir em sujeitos de direitos, é a garantia do direito de exercer o seu trabalho na cidade: qual seja o de realizar, em condições dignas, a coleta seletiva da cidade, passo inicial que viabiliza a reciclagem. E um marco dessa luta é a reação organizada dos catadores à famosa “operação limpeza” de 22 de agosto de 1988, impressa de forma vívida na memória dos catadores antigos.

Os catadores que haviam ocupado a área da antiga CBTU (à Av. do Contorno, 10.555, atual sede da ASMARE) e que ali moravam e triavam o seu material

(eram cerca de 50 a 60 barracos) foram expulsos numa violenta ação da Prefeitura e da Polícia: “a Prefeitura chegou no dia 22 de agosto com a PM e a Defesa Civil às quatro horas da manhã jogando os barracos para o chão com as coisas e todos nós dentro. A gente não teve nem tempo para tirar as coisas. Perdemos tudo que tínhamos: cobertores, documentos (...), também o papel, a sucata, (...), ferro que tínhamos para vender”.⁷⁸ A Pastoral de Rua foi acionada e conseguiu reunir os catadores dispersos em diversos pontos da cidade, em função da ação da Prefeitura, mobilizando-os para a redação de uma carta aberta à população de Belo Horizonte que denunciasse a repressão a que vinham sendo submetidos os mesmos.

Intensifica-se, a partir daí o processo de mobilização dos catadores com a realização de inúmeras reuniões que culminaria com a fundação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE, em assembléia de fundação no dia 27 de abril de 1990, com 10 associados. A oficialização e celebração do fato se deu numa festa no dia 01/05/90, no salão ao lado da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

A formação do capital de giro para a comercialização se deu a partir da estocagem do papelão. Dona Geralda relembra: “...aí começou cada catador deixar o papelão aqui e vender o papel branco pro depósito. Quando juntou o primeiro caminhão de papelão aí se formou o capital de giro, aí começou a funcionar”.⁷⁹ Essa “poupança” do papelão durou cerca de 3 meses e com a obtenção de algumas doações, pôde, assim, se iniciar o repasse semanal aos associados e a comercialização do reciclável feita diretamente para a ASMARE ao invés de com o depósito.

O período de 1990-92, como relembra Cido, foi de muito conflito “...até porque a Superintendência de Limpeza Urbana, ela não reconhecia o potencial dos catadores...” A primeira briga foi para que a Prefeitura estabelecesse um sistema de cadastro com um perfil sócio-econômico dos mesmos, que acabou sendo

⁷⁸ Trecho da CARTA ABERTA À CIDADE DE BELO HORIZONTE, 22/08/88.

⁷⁹ Entrevista em 14/08/01.

realizada pela Secretaria Municipal de Ação Comunitária, em 1989, conforme mencionado anteriormente. Depois foi a briga com o governo para que fosse construído um galpão para os catadores trabalharem e no “...final de 1992, foi inaugurado um galpão com infra-estrutura mínima, (...) para ligar a primeira torneira de água (...) foi preciso fazer uma ocupação do gabinete do Prefeito para que se pudesse garantir a ligação da água para que o galpão pudesse funcionar”.⁸⁰

Esse período foi também de muitas demonstrações da capacidade mobilizatória dos catadores. Houve, por exemplo, a ameaça de greve dos papeleiros em janeiro de 1990, onde os catadores prometiam não entregar os papéis aos depósitos caso não houvesse um reajuste de 100% nos preços praticados pelos intermediários. O jornal Estado de Minas de 27/01/90, registra muito bem o espírito que predominava na SLU, à época, frente à significância do trabalho dos catadores: “A ameaça de greve dos catadores de papel não preocupa a SLU, para quem os catadores mais sujam do que limpam a cidade espalhando o lixo”.⁸¹ Apesar da resistência inicial dos donos de depósitos quanto à negociação, os catadores acabaram obtendo um reajuste de cerca de 80% no preço do papel e com isso a paralização acabou não acontecendo de fato.

Em fevereiro de 1991, a diretoria da ASMARE se reúne com o Prefeito Eduardo Azeredo e denuncia as precárias condições da área ocupada, solicitando a construção de um galpão (inaugurado em 1992, conforme mencionado) e a colocação de um semáforo em frente a área, já que eram inúmeros os casos de acidentes envolvendo os papeleiros. Uma das maiores vitórias dos catadores à época foi a inclusão na nova Lei Orgânica do Município (que entrou em vigor em 1990) de uma normativa que assegurava que a coleta seletiva deveria ser feita preferencialmente por cooperativas de trabalhadores. Isto foi o resultado de muitas demonstrações públicas e de muitas articulações da ASMARE.

⁸⁰ Entrevista em 10/07/01.

⁸¹ Citado In: Oliveira (1998).

Uma demonstração pública histórica é a de seis de setembro de 1991, onde os catadores saíram em passeata até a Câmara Municipal (na época localizada à rua Tamoios) onde acontecia o “Seminário sobre Coleta Seletiva de Lixo em Belo Horizonte”. Os catadores temiam que a Prefeitura contratasse uma empreiteira para realizar a coleta seletiva na cidade, retirando, assim, dos catadores a sua fonte de sobrevivência.⁸² Assim, a aludida passeata era um momento de reivindicação, um momento de mostrar à cidade que o trabalho do catador cumpria uma importante função ecológica. E os catadores conseguem que a Prefeitura recuasse na sua intenção de implantação do projeto de um projeto de coleta seletiva terceirizada. Nessa passeata, os catadores lançaram a sua primeira camiseta. Dona Geralda relembra: *“a primeira luta foi para que a população reconhecesse nós como trabalhador. A gente teve até que usar camisa vermelha prá ser visto na rua e escrito COLETA SELETIVA, ESSE É O NOSSO PAPEL. A cor vermelha era prá chamar atenção que nós tava na rua e que nós era trabalhador”*.⁸³

No contato que vai se travando entre catadores e a administração pública, observa-se que, pouco a pouco, a relação começa por se humanizar e que as reivindicações dos catadores começam a encontrar alguma ressonância. Os técnicos da Secretaria Municipal de Ação Comunitária, responsáveis pelo cadastramento dos catadores (1989), começam a perceber a relação de exploração a que os catadores estavam submetidos, conforme atesta o relatório da pesquisa. O ex-chefe da Divisão de Limpeza Pública de Venda Nova, recorda que o diretor da Regional Centro-Sul dessa época tentava “...conversar, chegava lá e comprava o material do pessoal. ‘ Quanto é que vocês acham que tem aqui? Ah, tem tantos quilos? Então me dá isso aí, é meu, bota em cima do caminhão’.

⁸² Birkbeck, assim registra os riscos que a modernização traz à atividade de catação: “if modernization were to come, then the garbage pickers would not be able to participate, owing to their lack of access to the means of production – the garbage itself, and the capital necessary to technify its recuperation. Whilst the future of recuperation is assured, that of garbage picking is not “ (1978:1175).

⁸³ Entrevista em 14/08/01.

Botava tudo dentro do caminhão, se jogava fora. Só fazia uma compra, na realidade, não adiantava nada...”⁸⁴

Ao apoio dado pela Pastoral à sua causa, os catadores contaram também com importante suporte dado pela Cáritas, entidade ligada à Igreja Católica, e por ambientalistas que viriam, na gestão da Frente BH Popular, a ocupar cargos de direção na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e na SLU. Esses apoios contribuiriam no fortalecimento dos laços de solidariedade social internos à ASMARE e externos.

A construção pela Prefeitura, do que hoje é o galpão-sede da ASMARE, na gestão Eduardo Azeredo, em 1992, foi uma importante vitória do movimento dos catadores de papel. Em dezembro do mesmo ano, é assinado um convênio de cooperação entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana viabilizando, assim, a manutenção do referido galpão.

O surgimento da ASMARE, em 1990, assumindo um papel reivindicatório junto à municipalidade trouxe à cena novos sujeitos sociais que forçaram a administração pública, de então, a romper com a postura histórica em relação aos catadores como sujeito incapaz de intervir nas ações que lhe diz respeito. Entretanto, será a partir de 1993 que o poder público mudará de forma qualitativa a sua relação com esse segmento, incorporando-o como parceiro prioritário no Projeto de Coleta Seletiva, implementado a partir do Programa de Manejo Diferenciado de Resíduos Sólidos da SLU.

1.4. DE INIMIGO DA LIMPEZA URBANA A PARCEIRO PRIORITÁRIO

O contexto sócio-político que permitiu um novo olhar sobre a questão do catador, se insere no âmbito daquilo que vem sendo chamado de “gestões democráticas inovadoras”, ou seja, gestões públicas cujo projeto político pauta-se pela busca da combinação entre eficiência governamental, equidade e governança. E, coincide, também, com toda uma discussão mais ampla sobre a questão da

⁸⁴ Entrevista em 17/03/01.

compatibilização do trinômio meio ambiente/ desenvolvimento/equidade, a qual a noção de desenvolvimento sustentável conferiu maior visibilidade desde 1987.

Com a posse, em 1993, da Frente BH Popular (uma coligação de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores) há uma significativa mudança nas relações entre governo municipal e a população de rua. Dentro da perspectiva de “inversão de prioridades”, a nova gestão buscou construir, conjuntamente com a sociedade civil, projetos que garantissem o exercício da cidadania dos grupos sociais tradicionalmente marginalizados. Assim é que, por exemplo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social passa a assumir como um de seus programas básicos, o programa da população de rua.

Na SLU, inicia-se a implementação de um modelo de gestão que se enquadra no marco de um sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos que vê na reciclagem um instrumento de participação e inclusão social.

Façamos uma breve caracterização desse modelo. O modelo de gerenciamento de resíduos sólidos da SLU apoia-se no seguinte tripé: *Consistência Tecnológica, Valorização e Qualificação do Trabalhador e Cidadania e Participação Social*.

A Consistência Tecnológica traduz-se no constante aprimoramento dos serviços prestados, com adequação e inovação de instalações e equipamentos, bem como na universalização do atendimento a áreas excluídas ou mal atendidas. Um dos princípios norteadores é o máximo reaproveitamento dos materiais, a partir da reciclagem ou retornando-os ao meio ambiente após o tratamento. O sistema de reciclagem compreende a compostagem dos resíduos orgânicos de grandes produtores (feiras, sacolões e mercados), o entulho da construção civil em parceria com os carroceiros e a coleta seletiva de recicláveis de papel, metal, plástico e vidro (ver capítulo 2). A destinação final para o restante do lixo domiciliar e comercial é feita em um aterro sanitário celular associado à biorremediação.

A Qualificação e Valorização do Trabalhador envolve o desenvolvimento de ações que buscam conscientizar tanto a população, quanto o próprio funcionário

sobre a importância de se valorizar o trabalhador da limpeza urbana (principalmente o cidadão gari), promovendo o resgate da sua dignidade e revertendo o quadro de discriminação social. A SLU proporciona a seus trabalhadores diversos cursos, seminários e palestras, além de possuir projetos específicos que permitem o acesso ao conhecimento e à informação, no sentido de formar servidores que sejam também agentes de educação para a limpeza urbana. Alguns exemplos de programas multidisciplinares são o Programa de Alfabetização, O Programa de Orientação ao Servidor com Doenças Crônicas, O Projeto de Valorização da Imagem do Trabalhador e o Plantão Social do Servidor⁸⁵.

O componente Cidadania e Participação Social se expressa no trabalho de comunicação e mobilização social da SLU, cujo objetivo é educar, organizar e sensibilizar a população em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, e através das estratégias de inclusão social com a geração de trabalho e renda, principalmente, para os catadores de papel e carroceiros ⁸⁶da construção civil. Pretende-se sensibilizar a população para a noção da co-responsabilidade em relação à limpeza urbana e criar canais concretos de participação.

Para sensibilizar e motivar a população, e cumprir a função pedagógica necessária a esse processo, a SLU – através de sua Gerência de Mobilização Social– desenvolveu estratégias nas quais a arte e o lúdico são instrumentos prioritários de educação ambiental. A mobilização e a comunicação, entendidas como processo cotidiano, são realizadas, através de abordagens corpo-a-corpo de pedestres e motoristas, em eventos culturais tais como o carnaval dos catadores de papel, caminhadas ecológicas e ruas de lazer, através de treinamentos e oficinas, em reuniões com a sociedade organizada e em ações integradas em bairros.

⁸⁵ Para informações detalhadas quanto ao alcance, frequência e aceitação do componente de qualificação e valorização dos funcionários operacionais da SLU consultar os relatórios de atividade anuais produzidos pela instituição e disponíveis no seu Centro de Memória e Pesquisa.

⁸⁶ Para maiores informações sobre o trabalho realizado com os carroceiros ver a publicação do Programa Gestão Pública e Cidadania: “Histórias de um Brasil que funciona”, publicado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Ciclo de Premiação 2000.

Há que se ressaltar o pioneirismo da cidade de Belo Horizonte no que tange aos serviços de limpeza urbana, como atesta, por exemplo, a construção de seu aterro sanitário já em 1973. O que merece maior destaque em relação ao modelo implantado em 1993, é o salto que o mesmo dá ao incorporar os aspectos sociais e culturais aos já tradicionais componentes tecnológicos da gestão do lixo. Entende-se a reciclagem, dentro desta nova ótica, como um mecanismo de ampliação das possibilidades de inserção daquelas camadas da população historicamente destituídas. Ou seja, vê-se a reciclagem para além dos seus aspectos de preservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis.

A complexidade do problema da limpeza urbana caracterizado, paradoxalmente, de um lado, pela cultura do desperdício (65% do lixo doméstico é composto de restos orgânicos, um índice de desperdício de 30% na construção civil, 35% de perda da produção de hortifrutigranjeiros...) e de outro, de um crescente número de pessoas vivendo das sobras humanas é que norteou a implantação do Projeto de Coleta Seletiva tendo como parceiro prioritário a ASMARE, projeto cujas características veremos, mais detalhadamente, no capítulo 2. Por ora, o que é importante salientar aqui é que, o poder público ao reconhecer o catador como parceiro e não como inimigo a ser perseguido, passa a assumir um importante papel de fortalecedor da associação dos catadores de papel. Assim é, que à combatividade da ASMARE, veio somar-se uma nova mentalidade do poder público, a partir da implementação do modelo de gerenciamento integrado de resíduos sólidos na SLU, que se refletiu sobre a organização dos catadores, tendo contribuído no reconhecimento do caráter ecológico e social de suas atividades pela população belorizontina.

1.5. CATADORES DE PAPEL: EXCLUÍDOS OU INCLUÍDOS SOCIAIS?

A temática da pobreza⁸⁷ e da exclusão social é extremamente complexa e escorregadia. Correndo o risco de simplificação poderíamos dizer que, ao longo

⁸⁷ Para uma discussão consistente dessa temática ver a tese de doutoramento de Vera Telles (1992) *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza – Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*.

do século 20, três principais concepções de pobreza foram desenvolvidas: (1) a da sobrevivência; (2) a das necessidades básicas e (3) a da privação relativa.

Como aponta Telles, pobreza não se resume apenas à vivência de privações materiais, pois “...o trabalho desqualificado, a ocupação incerta, o desemprego e o subemprego condensam uma malha de preconceitos e estigmas que sedimentam desigualdades através de discriminações diversas” (1992:10). A concepção unidimensional da pobreza enquanto falta de acesso à renda monetária tem como base a ótica do mercado, ou seja a capacidade de consumo dos indivíduos. Erradicar a pobreza é muito mais do que fazer das pessoas meros consumidores. Quer dizer, inclui políticas de geração de emprego e renda, mas vai além delas. É preciso pensar a pobreza em termos de uma concepção de cidadania mais ampla, de acesso a serviços e políticas públicas e aos centros de tomada de decisões do processo político. No Brasil, os enfoques sobre a pobreza têm privilegiado a família como foco das atenções já que a mesma tem se apresentado, na ausência de um verdadeiro “welfare state”, como o “espaço que viabiliza a sobrevivência através do esforço coletivo de todos os seus membros” (Telles, 1992:10).

Assim, é que a pobreza não pode ser vista simplesmente como

...fruto de circunstâncias que afetam determinados indivíduos (ou famílias) desprovidos de recursos ou atributos que os qualifiquem para o mercado de trabalho. A pobreza - talvez mais correto dizer o pauperismo - está embutida nas regras que definem a “normalidade” da vida social. E é essa normalidade – precária e instável (...) – que permite dizer que a pobreza não é apenas uma condição de carência passível de ser medida por indicadores sociais, de renda e outros. É antes de mais nada uma condição de privação de direitos. Mas essa privação não pode ser compreendida apenas como uma ausência: está inscrita no modo como são definidos os lugares legítimos de pertencimento e nas formas como identidades são construídas e reconhecidas. Isso significa que a privação de direitos se projeta por inteiro nas formas de vida (op.cit.:325).

Como a literatura nos mostra, a questão social da pobreza não é novidade⁸⁸. Já a temática da exclusão, possui uma trajetória relativamente nova sendo, também, um tanto polêmica a sua possível aplicabilidade à realidade brasileira. O termo que invadiu a mídia e que está no vocabulário de todos, passou a ser usado para explicar tudo.

Segundo José de Souza Martins, a categoria (imprecisa e vaga) da exclusão vem substituindo a idéia sociológica de processos de exclusão “...entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização”(1997:16). Ele argumenta que , o que de fato ocorre não é um movimento de empurrar as pessoas ‘para fora’, mas ‘para dentro’, para a “...condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações , injustiças, carências” (p.17). Estaria ocorrendo, para ele, uma certa fetichização da idéia de exclusão social.

Sarah Escorel, considera a exclusão social⁸⁹ como “...um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício pleno das potencialidades da condição humana”(2000:140). A autora analisa a exclusão social, a partir da influência dos eixos de vinculação/desvinculação propostos por Robert Castel, quais sejam os eixos socio-familiar e econômico-ocupacional, considerando-a como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até mesmo ruptura dos vínculos, também, nas dimensões política (cidadania), cultural (valores simbólicos) e da vida humana em sociedade (p.141-143)⁹⁰.

⁸⁸ A pobreza , como registra Benévolo (1981) era uma “...condição suportada há séculos sem esperança de alternativas razoáveis” (p.44).

⁸⁹ Em Escorel (1999), a autora faz uma discussão conceitual e metodológica desse termo, revendo também as noções de marginalidade e “underclass”, traça a origem da noção de exclusão social na literatura francesa, bem como discute o seu valor e pertinência enquanto categoria analítica na compreensão do fenômeno da pobreza urbana no Brasil.

⁹⁰ Para Escorel, essa perspectiva de análise “... possibilita perceber a heterogeneidade das histórias de vida de pessoas que, no limite, na situação polar negativa, na condição de excluído, são jogadas numa ‘vala comum’ que homogeneiza sob um estigma, a pluralidade e a diversidade humanas e de grupos sociais” (2000: 141).

Como observa a autora, a exclusão social é um termo relacional, isto é, cuja definição de uma situação dada se dá em relação a outra. Assim, à exclusão no âmbito socio-familiar - fragilidade nos laços familiares, de amizade e vizinhança - opõe-se a inserção que os vínculos sólidos com a família e as relações de companheirismo oferecem na mobilização de "...apoios frente à situações de labilidade dos vínculos econômicos ou políticos"(op.cit.:142).

No eixo econômico-ocupacional, à inserção estável e regular expressa pelo binômio assalariamento/proteção social, típica das sociedades de trabalho dos países centrais, corresponde uma situação de exclusão que é

...mais do que ocupar uma posição marginalizada no processo de produção e acumulação capitalista – e é a condição contemporânea de ser supérfluo e desnecessário. Entre uma situação e outra há inúmeras possibilidades de vulnerabilidade, precarização, instabilidade, irregularidade, desemprego recorrente, ocasional, cíclico, rendimentos decrescentes e informalidade (p.142).

Assim, nessa esfera, o que confere a legitimidade e a dignidade do indivíduo é a existência do trabalho, devendo ser analisada tanto a posição que o trabalhador ocupa na estratificação socio-econômica quanto na estratificação simbólica, ou seja a valorização social da sua função (p.143).

Na esfera política (cidadania), analisa-se a "...formalização e a experiência dos direitos, identificando a amplitude de situações que são apreendidas e a igualdade no acesso e usufruto"(p.143). Integram, também este eixo, as possibilidades existentes aos diversos grupos de fazerem representar seus interesses e direitos na esfera pública, bem como a ação política. No lado oposto a esse espectro positivo que é a cidadania plena universal, estaria, então, o chamado "território da infracidadania" onde estariam situados certos grupos, em geral pobres, evidenciando-se a impossibilidade de instituição de regras igualitárias de reciprocidade. Ao longo desse processo, observam-se situações que revelam a existência de uma "cidadania fragmentada", como por exemplo, o usufruto de alguns direitos a partir da mediação daqueles que detêm poder (clientelismo).

Na dimensão cultural, as trajetórias de desvinculação podem levar à “...experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais, ou só encontrá-los em negativo” (Escorel, 2000:144). Os caminhos podem abarcar a indiferença, a discriminação, a estigmatização, o não-reconhecimento, a negação da identidade ou identidade negativa, a naturalização e a banalização. Segundo Escorel, as reações à radical diferença do outro vão da acentuação de similitudes (relações de proximidade e igualdade) à acentuação das diferenças (relações de distância e estranheza). A distância máxima é atingida ao recusar qualquer similitude – até a mais geral, a condição de pertencimento à comunidade dos homens, procedendo-se, assim, à desumanização do outro.

Na dimensão da vida, analisam-se os fenômenos ligados à saúde/doença e à violência. Entre uma vida saudável e longa e a morte encontram-se uma série de fenômenos (as diferenças de expectativa de vida, gravidade de patologias, incidência ‘preferencial’ de causas de doenças e mortes em determinados grupos sociais, as iniquidades existentes quanto ao acesso a serviços de saúde com qualidade) que revelam “...tanto a distinção que há entre viver e sobreviver quanto o grau de dificuldades encontradas por uns e por outros para permanecerem vivos. Eis que surgem então pessoas que sobrevivem de teimosas” (p.145), revelando sua forte determinação pessoal face às condições de vida precárias.

Nascimento, aponta para a existência de uma geografia da exclusão social, em um duplo sentido espacial. Em primeiro lugar, porque há lugares em que ela se processa com maior nitidez e em um outro sentido, porque os excluídos não têm lugar, “...vagabundeiam pelos interstícios das cidades ou entre cidades...” (2000:66).

Como observa Escorel, assim como há diferentes trajetórias de vida que permitem a vivência de experiências heterogêneas de exclusão, “...também há diferenciações de configuração do fenômeno da exclusão segundo os contextos sociais em que se desenvolvem”. Tomando-se a situação francesa como contraponto, nota-se que a problemática contemporânea é a “precarização do

trabalho conjugada com as crises financeira, ideológica e filosófica do Estado de Bem-estar Social”, já que neste país as referências de proteção próxima, família e território, foram substituídas pela “...proteção social secundária das ações públicas institucionalizadas, pelos direitos de cidadania relacionados com a inserção formal no mundo do trabalho” (p.146).

Já no Brasil, o fenômeno adquire especificidades devido à expansão e o aprofundamento de vulnerabilidades associadas à pobreza fruto do modelo de desenvolvimento econômico implantado. A família permaneceu como o

principal suporte das relações sociais da classe trabalhadora pobre, que nunca chegou a ser substituído ou significativamente complementado por ações públicas. A cidadania não foi universalizada e o mercado informal desempenhou um importante papel como mecanismo de inserção. Nesse contexto, a pobreza estrutural associada às intensas desigualdades sociais configuram o principal eixo de desvinculação (p.146-147).

O fenômeno em nosso país está extremamente vinculado às questões da desigualdade social e da pobreza. Nascimento, aponta para o fato de que os conceitos de desigualdade e pobreza são diferentes entre si e igualmente distintos do de exclusão social.⁹¹ Apesar do fato da pobreza e da desigualdade sociais serem elementos constantes na nossa história, o que diferenciaria os tempos atuais é “...a separação, pela crise do mundo do trabalho, entre os mundos da riqueza e da pobreza que se vai tornando *excluída*”, o que se

⁹¹ Segundo o autor, o conceito de desigualdade social refere-se à “...distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes”. Pobreza, significa a “...situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas”. O conceito de exclusão social estaria “...mais próximo, como oposição, do de coesão social ou, como sinal de ruptura, do de vínculo social. Por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menos, do de desvio. Neste caso, entre outras, a diferença reside no fato de que o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão (...). A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente” (2000:58-59). O autor, adverte ainda, que pobreza e exclusão são apenas aparentemente idênticas, não tendo havido no passado uma relação tão estreita entre os dois fenômenos.

diferenciaria do elo orgânico, no passado, existente entre os mundos da riqueza e o da pobreza (Bursztyn, 2000:36).

E ao perder os laços com o mundo do trabalho, as pessoas vão cada vez mais perdendo os vínculos que os conectam à família, aos vizinhos, à proteção social e a si mesmos, num processo de desvinculação e rebaixamento social cada vez maior. Ao serem desconectados do mundo oficial, passam quando muito a habitarem o mundo da caridade. Em países onde nunca houve um verdadeiro *welfare state*, a perda dos laços familiares assume uma dimensão dramática. A nova exclusão social, segundo Nascimento, se “...constrói num processo múltiplo, simultaneamente econômico (expulsão do mundo do trabalho), cultural (representação específica de não-reconhecimento ou negação de direitos) e social (ruptura de vínculos societários e, por vezes, comunitários)”. Essa nova exclusão, se constitui de grupos sociais que perderam qualquer função produtiva ou inseridos marginalmente no processo produtivo e que se tornam, assim, um peso econômico para a sociedade e para os governos, sendo considerados economicamente desnecessários e socialmente ameaçadores, ou seja a sua representação social é a de constituída por indivíduos que são perigosos (2000:68-69).

Escorel, se pergunta se essa categoria de análise, exclusão, poderia ser aplicada a uma sociedade, como a brasileira, que se pensa relacional e inclusiva. E afirma, ser a categoria pertinente em tal sociedade quando a mesma é

...abordada como um processo e não apenas em oposição à integração social, pois as múltiplas formas em que se expressa revelam precisamente que seus elementos integrantes “não estão polarizados mas contraditoriamente combinados” (Martins, J.S., 1993). A ‘combinação paradoxal de formação e ruptura de vínculos sociais possibilita compreender uma realidade que se apresenta fragmentada (e não dualizada) envolvendo diversas modalidades de processos de integração/exclusão social. A acentuação da exclusão social como um processo não lhe retira a característica de também designar um estado, mas este coexiste e está conjugado a diversas outras situações de vulnerabilidade e fragilização de vínculos que

não são necessariamente de ruptura total ou de exclusão. Essa coexistência de situações de vulnerabilidade se expressa com nitidez no âmbito da cidadania (1999:74).

Assim, como apontam diversos autores (Escorel, 1999; Telles, 1992; Nascimento, 2000) é que no Brasil as análises indicam a existência de formas diferenciadas de acesso e usufruto aos direitos sociais e civis, ocorrendo uma fragmentação de modalidades de cidadania, onde uns têm mais direito que os outros, enquanto outros, não têm, nem, o direito a ter direitos.

Birkbeck, refere-se aos catadores como “self-employed proletarians” já que, segundo ele, o auto-emprego não passa de ilusão. O catador pode estar na posição de decidir quando ou não trabalhar, mas o fator crucial é a questão do controle sobre o preço dos recicláveis e isso definitivamente está nas mãos da indústria. O autor registra a natureza contraditória da posição de classe do catador. Eles se auto-empregam, mas na realidade eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem contudo terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho oficial (1978). Na verdade, a catação barateia o custo de operação do intermediário e da indústria de reciclagem, já que a inserção informal do catador desobriga tanto a indústria, quanto o intermediário de suas responsabilidades sociais.

Os catadores podem ser vistos como como atores econômicos informalmente inseridos no circuito oficial da reciclagem. Eles estão inseridos numa economia que tende a crescer em visibilidade nesse contexto de crescente agravamento da questão da preservação ambiental. Paradoxalmente, este importante trabalho de forte conotação ecológica, historicamente não conferia a este segmento uma representação social positiva na sociedade. Ou seja, trata-se de um trabalho não legitimado socialmente e que sempre lhes imputou uma identidade negativa. Só recentemente, é que a importância do trabalho por eles desempenhado tem merecido a atenção de pesquisadores e do público em geral.

Dependendo do ponto de vista, os catadores podem ser considerados precariamente incluídos ou excluídos. Como apontado por Escorel, os indivíduos,

na zona de vulnerabilidade, podem estar inseridos em um dos eixos (econômico-ocupacional, familiar, político, cultural e de vida) e em processo de desvinculação no outro.

Explorando um pouco mais essa noção de zonas de vulnerabilidade, Jo Beall, em seu trabalho de campo com os catadores de Bangalore (Índia) e Faisalabad (Paquistão), coloca que a vulnerabilidade dos catadores não é relacionada somente com a natureza precária da atividade de catação enquanto estratégia de sobrevivência, mas também em relação a **quem** eles são e **onde** eles estão (1997:14). Em relação à quem eles são

...women and children appeared to be most vulnerable, not only because they had access to the least valuable waste which did not on its own provide a viable livelihood, but also because they were embroiled from a far less powerful position in networks of reciprocity and relationships of interdependence (p.14).⁹²

Em relação ao onde eles estão, a vulnerabilidade entre os catadores de Bangalore pareceu ser maior, onde a competição e os riscos eram maiores devido à magnitude do problema da pobreza nessa cidade e por causa de mudanças na estrutura familiar. A autora argumenta que apesar da atividade de catação ser convencionalmente associada com baixo status e pobreza, e de fato os catadores são indubitavelmente explorados dentro da economia informal, algumas pesquisas indicam que os catadores podem obter melhores condições de vida que certos trabalhadores casuais como por exemplo, operários da construção social. O que Beall quer salientar, é a natureza multifacetada tanto da pobreza, quanto da vulnerabilidade.

A história da constituição da ASMARE é a expressão da capacidade de reação de um segmento em cujas condições cotidianas de vida "...podem ser percebidos os elementos que configuram a materialização de processos de exclusão" (Escorel,

⁹² Tradução: Mulheres e crianças parecem ser os mais vulneráveis, não somente porque eles têm acesso aos resíduos menos valiosos o que por si só não lhes consegue assegurar os meios de sobrevivência, mas também porque estarem enredados em redes de reciprocidade e em relações de interdependência mais tênues.

2000). E a luta desse segmento teve como palco a cidade, que é ao mesmo tempo, espaço de controle e dominação mas, também, um espaço de construção de possibilidades. Possibilidades que começaram pela luta em torno do reconhecimento do direito ao trabalho como elemento fundamental na conquista da cidadania. Como bem expressou Dona Geralda, “...eu recebi cesta básica a vida toda e isso não me fez cidadã⁹³. A cesta básica, aqui representa a aceitação da condição que separa a “comunidade de cidadãos” da companhia dos indigentes objeto, no máximo, da caridade alheia.

E essa luta se constituiu em torno de toda uma linguagem “do direito a ter direitos” e da cidadania, representativas daquilo que vem sendo chamado de “novos movimentos sociais”, surgidos no final da década de 80 e que dominará o cenário dos anos 90. Doimo (1995), registra que nos anos 70/80, as palavras-chave dominantes eram “educação popular” e “direitos humanos”, já nos anos 90 “...passam a girar em torno da ecologia, da democratização, das diferenças inerentes à sociedade civil, da diversidade cultural e, enfim, dos direitos de cidadania” (p.209). A autora, reconstitui de forma detalhada como essa nova participação *movimentalista* contou com a “...própria institucionalidade organizativa, material e simbólica desta robusta instituição que é a Igreja Católica”. De fato, o surgimento da ASMARE está visceralmente associado à mediação dessa instituição religiosa, como registram os catadores históricos: “...através da pastoral de rua, a Cristina né, começou as reuniões nos espaços onde nós selecionávamos...” ou “...antes de conhecer a Pastoral, na rua, naquele tempo, a gente não tinha segurança nenhuma”. Foi a Pastoral de Rua, quem primeiro enxergou a dimensão do sofrimento vivido pelo catador e quem problematizou a relação que a sociedade e o poder público tinham com o mesmo. Foi a partir do seu suporte inicial, que uma grande rede de solidariedade a esse segmento foi articulada nas esferas pública e privada.

Trabalhos de campo em outras comunidades de catadores, apontam para a existência de diversos fatores limitantes da capacidade de organização desse segmento, como por exemplo, a tendência de trabalhar de forma isolada, o baixo

⁹³ Depoimento público em 25/04/00.

nível de relações de confiança e reciprocidade, entre outros.⁹⁴ Birkbeck, por exemplo, referindo-se ao processo de organização dos catadores de Cali afirma que “it is clear that outside agencies are essential in maintaining this kind of organization” (1978)⁹⁵. A complexa organização dos *zabbaleen*⁹⁶ no Cairo é testemunha da importância de agências externas propulsoras da organização desse segmento. No caso em questão, o agente mediador externo que ajudou a deflagrar o processo não é uma instituição religiosa, mas sim uma firma de consultoria, a *Environmental Quality International*, que associada a uma organização comunitária de base conseguiu aglutinar parceiros como a *Ford Foundation*, *OXFAM*, o Banco Mundial, a Comunidade Européia e *the Catholic Relief Services*, entre outros. Um outro caso também ilustrativo é o da cooperativa de catadores de São Paulo, a COOPAMARE, cuja gênese está associada à ação da Organização de Auxílio Fraternal – OAF.

Assim, a presença da Pastoral de Rua foi vital no processo de organização dos catadores da ASMARE. Ao trabalho da Pastoral veio se somar, anos mais tarde, a intervenção do Poder Público quando em 1993 assume a ASMARE como parceiro prioritário do Projeto de Coleta Seletiva da SLU. Com essa política pública, a intervenção do governo local traz a representação social do catador como importante para a limpeza urbana, possibilitando uma ressignificação do lugar ocupado por esse segmento no imaginário social da sociedade belorizontina. As características fundantes dessa parceria são objeto de discussão do próximo capítulo.

⁹⁴ O que não quer dizer que inexista situações de solidariedade entre os mesmos.

⁹⁵ Tradução: É claro que agências externas são essenciais na manutenção desse tipo de organização.

⁹⁶ Os *zabbaleen*, são catadores de lixo cuja origem remonta aos camponeses que, na década de 40, migraram para o Cairo, Egito, tendo posteriormente se misturado aos *wahi*, homens dos oásis do deserto ocidental que tinham na coleta de lixo a sua fonte de sobrevivência. Os *zabbaleen* foram com o passar dos anos se aglutinando numa área da periferia do Cairo, *Mokattam* conhecida por muitos como “uma visão do inferno de Dante”. Essa comunidade abriga cerca de 20.000 catadores vivendo quase que exclusivamente das atividades relacionadas à catação de lixo, cuja triagem durante décadas era feita em suas próprias casas. Ver, sobre os *zabbaleen*, a edição 3 da revista *Education to fight Exclusion*, da UNESCO, 1999.

CAPÍTULO 2 - O PROJETO DE COLETA SELETIVA EM PARCERIA COM A ASMARE

Vimos no primeiro capítulo, como a catação de recicláveis era realizada em Belo Horizonte no período anterior a 1993 e o imaginário social acerca daqueles que a realizavam. Reconstituímos a memória das “operações limpeza” empreendidas pelo poder público, compreendendo o período do final dos anos 70 até o fim da década de 80 e as tentativas de equacionar o problema da catação nas ruas, levadas a cabo pelo poder público de então. Traçamos, também, a gênese da constituição da ASMARE, bem como registramos a passagem do catador de inimigo a parceiro da limpeza urbana a partir do ano de 1993, com a implementação de um modelo de gerenciamento integrado de resíduos sólidos na SLU.

O presente capítulo, reconstitui o Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte em Parceria com a ASMARE nas suas características fundantes, avaliando as mudanças necessárias no arranjo institucional da SLU para viabilizar tal projeto, além de discutir os aspectos relativos ao gerenciamento dos galpões de triagem e ao cotidiano de trabalho dos catadores da ASMARE, suas territorializações e a dinâmica das relações sociais estabelecidas a partir dos seus espaços de trabalho.

2.1. HISTÓRICO DO PROJETO

Antes de resgatarmos a gênese do Projeto de Coleta Seletiva para se entender a dimensão cidadã que o permeia, vejamos as suas principais características:

- Adoção do sistema conhecido como “ponto-a-ponto”⁹⁷ para o recolhimento dos recicláveis com a instalação de Locais de Entrega Voluntária – LEVs

⁹⁷ No sistema ponto-a-ponto, o munícipe leva seus recicláveis a um local público onde contêineres de reciclagem estão disponibilizados 24 horas por dia. O recolhimento desses recicláveis é realizado em cada ponto onde esses contêineres estão instalados, diferentemente do sistema porta-a-porta onde o caminhão recolhe os recicláveis à porta das residências. Há municípios que adotam um sistema misto com a conjugação da coleta porta-a-porta com o ponto-a-ponto.

(anexo 1), que consistem de contêineres para recebimento do papel, metal, plástico e o vidro segregados, na fonte geradora, pela população. Um LEV pode ter de 2 a 4 contêineres para recicláveis. A outra forma de recolhimento de recicláveis, é a tradicional coleta feita pelos catadores da ASMARE, em carrinhos de tração humana, em “pontos” como estabelecimentos comerciais e bancários e instituições públicas e privadas ou pela própria ASMARE junto a grandes doadores, através de caminhões.

- Incorporação dos catadores de papel como parceiros prioritários da coleta seletiva, destinando à ASMARE, os recicláveis papel, metal e plástico⁹⁸ além de fornecer apoio logístico, operacional e sócio-educativo à associação.
- Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental e de mobilização social, buscando envolver a população como agente propulsor da coleta seletiva, estimulando adesões voluntárias, ações integradas e a constituição de parcerias com a sociedade civil.
- Formalização da parceria através de convênio - firmado entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana – que viabiliza o aluguel de galpões de triagem equipados com prensas, balanças e banheiros (anexo 2), o fornecimento de uniformes e vale-transporte aos associados e a prestação de assessoria técnica à associação.

O reconhecimento da importância do trabalho de coleta seletiva desempenhado, de maneira informal, pelos catadores norteou desde o princípio a concepção do projeto de coleta seletiva que começou a ser implementado pela SLU, através do modelo de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, a partir de 1993. Assim é que a definição do modelo de coleta seletiva a ser implementado foi, desde o seu nascedouro, um processo de construção coletiva entre a equipe técnica da SLU, a ASMARE, a Pastoral de Rua e a Cáritas.

Para fins de uma melhor compreensão acerca do histórico do projeto, dividiremos a sua evolução em três fases, a saber:

⁹⁸ O vidro recolhido é doado à Santa Casa de Misericórdia.

2.1.1. 1ª Fase: diagnóstico da realidade – 1993

Nesta fase, buscou-se caracterizar a problemática acerca dos catadores como forma de subsidiar a definição de um modelo de coleta seletiva que equacionasse tanto os aspectos ligados à limpeza urbana, quanto os de natureza social.

Esse processo de caracterização se deu em quatro níveis: (1) através da identificação dos pontos críticos de aglutinação dos catadores nas ruas do centro da cidade, onde a triagem do material coletado era feita (foram identificados 46 pontos críticos de triagem na rua); (2) a partir de reuniões com os representantes da Pastoral de Rua, da Cáritas e da ASMARE; (3) através das abordagens de rua aos catadores realizadas pelas equipes da Pastoral, SLU, SMDS e Cáritas nesses pontos críticos e (4) posteriormente, em discussões com as comissões de catadores criadas a partir das abordagens de rua.

A complexidade das questões referentes aos catadores de papel em particular e à população de rua de uma maneira mais geral, colocou a necessidade da criação, em julho de 1993, do Fórum de População de Rua, com vistas a contribuir na discussão de políticas públicas voltadas para esse segmento. Esse Fórum reunia em sua composição representantes da sociedade civil (Pastoral de Rua, Cáritas, Pastoral de Direitos Humanos) e das secretarias e órgãos da administração municipal mais envolvidos diretamente com a população de rua (a SLU, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Saúde, da Educação, da Indústria e Comércio e a Regional Centro-Sul).⁹⁹

Apesar da existência de um levantamento sócio-econômico elaborado, em 1989, pela então Secretaria Municipal de Ação Comunitária, a complexidade do universo sócio-econômico e cultural dos catadores demandou a realização de uma pesquisa de mapeamento e caracterização do universo cultural dos catadores de papel, que foi feita sob a consultoria do INAPP (Instituto Nacional de Administração e Políticas Públicas) e sob a coordenação geral do Fórum de

⁹⁹ Sobre o papel do Fórum de População de Rua na formulação de políticas sociais ver a dissertação de mestrado de Schmidt (2002).

População de Rua. Essa pesquisa foi realizada entre setembro e outubro de 1993, tendo sido realizada 411 entrevistas.

Apresentaremos uma caracterização sucinta do universo pesquisado à época, tendo estes dados contribuído na formulação da política pública de resíduos sólidos que se seguiria:

- A presença masculina representava 82% do universo pesquisado e a feminina 18%.
- Quanto à escolarização, 22% eram analfabetos e quase 60% possuíam o primário¹⁰⁰, a maioria incompleto.
- A maioria declarou trabalhar por conta própria (97,8%). No entanto, esta autonomia se revela ilusória quando se compara com o dado de que apenas 13,7% declarou possuir carrinho próprio (revelando, aqui, a sua dependência ao depósito que, ao fornecer-lhe o carrinho, acaba por controlar o preço pago ao material coletado).
- 17% dos catadores recebiam até ½ salário mínimo; 34% recebiam um salário mínimo ou quase um; 22% recebiam de 1 a 1 ½ salário mínimo; 9% até 2 salários mínimo e 10% acima de 2 salários mínimo e 8% não souberam informar¹⁰¹.
- Somente 46,3% possuíam ponto fixo de coleta, sendo que o restante dividia-se entre aqueles que tinham algum tipo de acordo de pagamento pelo material e os que só conseguiam coletar aquilo que estava no saco de lixo disposto nos passeios, representando 33,7% e 17,4%, respectivamente.
- Quanto ao material coletado, a maioria (93,4%) catava papel e papelão.
- Mais da metade dos entrevistados (56,6%), conhecia a ASMARE, mas somente 10% era associado. revelando um baixo grau de associativismo.
- Note-se aqui que a pesquisa revelou que, apesar de viverem nas ruas, 76% do universo possuía algum tipo de domicílio fixo (56% possuíam imóvel próprio, 13% alugado, 5% viviam de favor e 2% em regime de ocupação clandestina

¹⁰⁰ Corresponde ao atual ensino fundamental.

¹⁰¹ O salário mínimo vigente em setembro de 1993 era Cr\$ 9.606,00.

ou em pensões). Os que se diziam serem realmente moradores de rua abrangia 24% do universo pesquisado.

Em outubro de 1993, é assinado um termo aditivo ao convênio firmado, em dezembro de 1992, entre a Mitra Arquidiocesana, a ASMARE e a PBH ampliando o escopo de atuação da Prefeitura reconhecendo formalmente a Associação dos Catadores como parceiros prioritários da coleta seletiva de Belo Horizonte.

O reconhecimento da importância simbólica do carrinho de tração humana para os catadores, como o instrumento que sempre lhes garantiu a sobrevivência, aliado à inexistência inicial de uma estrutura operacional na SLU (como por exemplo, caminhões) para a coleta seletiva condicionou que a primeira experiência de instalação de contêineres específicos para a reciclagem tivesse a coleta dos recicláveis feita pelos próprios catadores com seus carrinhos. Os primeiros LEVs foram implantados em dezembro de 1993 em 5 locais ao longo da rua da Bahia.

O modelo de contêineres adotado era formado por uma haste e quatro tambores metálicos do mesmo tamanho nas 4 cores que simbolizam cada um dos materiais, ou seja o azul para o papel, o verde para o vidro, o amarelo para o metal e o vermelho para o plástico.

Sob o ponto de vista da mobilização da população para a coleta seletiva em parceria com os catadores, iniciam-se os primeiros trabalhos de mobilização em lojas, instituições públicas e privadas visando difundir a imagem do catador de papel como parceiro da limpeza urbana e otimizar as doações de recicláveis feitas diretamente àqueles catadores que trabalhavam com o carrinho de tração humana.

Essa primeira fase de diagnóstico e definição da política teve, também, como principal marco a realização do 1º Seminário organizado pelo Fórum de População de Rua, com o tema *População de Rua-Novos Sujeitos Emergentes*, em dezembro de 1993 com o objetivo de aprofundar o debate sobre esses atores

sociais, bem como contribuir na implementação das políticas públicas para esse segmento.

2.1.2. 2ª Fase: implantação dos galpões de triagem/disseminação dos levs/mobilização social : 1994-1996

Como já vimos no capítulo anterior, uma das principais reivindicações da ASMARE era a implantação de infra-estrutura para a triagem dos materiais coletados pelos catadores. O primeiro galpão de triagem alugado pela SLU (Rua Curitiba, 137), em julho de 1994, permitiu a eliminação de 46 pontos críticos de triagem nas ruas centrais, provendo espaço de trabalho para 85 catadores.

O galpão da Rua Curitiba, com 3.200 m², equipado com divisórias de telas metálicas que separam os boxes de triagem individuais, prensas, balanças, banheiros, cozinha e espaços coletivos de reunião, veio a se constituir na primeira “filial” da ASMARE em relação ao galpão já existente da Av. do Contorno.

Em julho de 1996, era alugado o segundo galpão com 600 m², localizado à Rua Itambé, 243 e destinado ao grupo de catadores identificados, pela equipe de abordagem, na chamada área do Perrela à Av. dos Andradas. Esse galpão também foi equipado com divisórias, balanças, prensas, etc. Ainda no mesmo ano, em outubro, a SLU construiu um galpão de 600 m² na área contígua ao galpão-sede da Av. do Contorno que permitiu a incorporação na ASMARE de um grupo de catadores que se concentrava em área do bairro Lagoinha.

Concomitantemente, as equipes da SLU, da Pastoral/Cáritas e a ASMARE foram avaliando a experiência piloto dos LEVs implantados na Rua da Bahia, constatando alguns problemas que demandavam mudanças tanto no que diz respeito aos contêineres, quanto à forma de coleta dos recicláveis. Observou-se que o modelo desses contêineres se mostravam inadequados pois desconsideravam as características específicas de cada material e eram muito semelhantes às lixeiras comuns, facilitando a mistura dos materiais e a deposição de lixo orgânico nos mesmos, desestimulando assim, a coleta regular dos recicláveis pelos catadores.

Assim, foram desenvolvidos e testados vários modelos de contêineres até que se chegasse ao modelo atual tipo gaiola, confeccionado em cantoneira e tela de arame galvanizado para o metal e o plástico e o modelo com chapa de acrílico para o papel. A coleta desses recicláveis passou a ser feita através dos caminhões da SLU, sendo os mesmos levados até o galpão-sede da ASMARE para realização da triagem fina. O imaginário social em relação ao catador como vadio e marginal, reforçado, é claro, durante décadas pelo próprio poder público, exigiu um grande trabalho de comunicação e mobilização social no sentido de mudar essa imagem. Um marco dessa fase foi a promoção, em 1994, do 1º Carnaval dos Catadores de Papel, uma importante estratégia de marketing social da nova imagem do catador, organizado inicialmente pela SLU, ASMARE, Pastoral e BELOTUR e que, atualmente, articula um “pool” de outros parceiros na sua realização.

Sob o ponto de vista da mobilização e do fortalecimento do processo organizacional dos catadores, a realização do 1º Curso de Capacitação de Catadores em parceria com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem - CEMPRE, também em 1994, foi extremamente importante no processo de formação do catador enquanto profissional da coleta seletiva da cidade.

Um marco importante é o recurso recebido pela SLU, para a compra de 110 contêineres (sendo 92 para o papel, metal e plástico), do Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal –FNMA/MMA. Internamente à SLU, este aumento no número de contêineres demandou um maior envolvimento do quadro de profissionais da Diretoria Técnica, à medida que se fez necessário a elaboração de um planejamento do roteiro da coleta seletiva com frequência regulares, a exemplo do que é feito para a coleta convencional de lixo domiciliar. O primeiro roteiro de coleta seletiva nesses padrões foi implantado em dezembro de 1996.

2.1.3. 3ª Fase: ampliação e consolidação da parceria SLU-ASMARE: 1997-1999

A ampliação do número de LEVs na cidade a partir do recurso do FNMA/MMA e a coleta desses recicláveis feita através dos caminhões da SLU, possibilitou a

criação de uma outra categoria de trabalhadores dentro da ASMARE – os triadores, responsáveis pela triagem fina dos recicláveis advindos dos contêineres. Isto possibilitou não somente o deslocamento de catadores idosos ou com problemas de saúde, da coleta manual para as áreas de triagem dos LEVs, como também a abertura de frentes de trabalho para pessoas com trajetória de rua.

Os limites colocados por uma coleta seletiva feita, pelo catador, apenas com o carrinho de tração humana, seja pelo desgaste físico imposto ao catador, seja pela real viabilidade desse sistema conseguir cobrir a cidade como um todo, principalmente, uma cidade com o relevo tão acidentado como o de Belo Horizonte, sempre foi uma preocupação. Apesar disso, era claro para a equipe do Projeto de Coleta Seletiva que em termos pedagógicos a substituição da tração humana pela mecânica, com conseqüente incorporação dos catadores na atividade de triagem interna dos recicláveis advindos dos contêineres, deveria ser feita de forma gradual e consensual.

A ampliação do número de Locais de Entrega Voluntária, a pressão colocada frente às oscilações do preço do papel e a crescente competição no mercado da reciclagem demandou da ASMARE uma agilidade e eficiência sem precedentes.

Frente a esses desafios, a ASMARE iniciou um processo de avaliação interna e de reestruturação administrativa e dos seus processos produtivos e de coleta. Sob o ponto de vista administrativo, houve um grande esforço de melhoria do sistema de informações da associação com a informatização e com um maior investimento na capacitação dos funcionários contratados da ASMARE. O espaço físico do galpão-sede foi reestruturado, criando-se uma área específica para a triagem dos recicláveis advindos dos LEVs. Sob o ponto de vista da coleta, a principal modificação foi o fato da ASMARE passar a assumir parte da operacionalização da coleta mecanizada com o aluguel de um caminhão (pago com recursos repassados pelo já citado convênio com a PBH), a partir de maio de 1997, para execução de um dos roteiros da coleta seletiva nos LEVs. Os associados envolvidos nesse roteiro de coleta foram devidamente treinados pela equipe técnica da SLU.

O processo de capacitação dos catadores também foi intensificado nesse período para fazer frente aos desafios de profissionalização dos mesmos, tendo sido realizado vários Cursos de Capacitação do CEMPRE para os catadores antigos e novos associados, além de cursos sobre cooperativismo.

O desafio colocado à ASMARE, de cada vez mais assumir um perfil empreendedor sem no entanto enfraquecer sua dimensão de inserção social, bem como a necessidade de um espaço formal que possibilitasse a interação dos diversos parceiros da associação, levou a Pastoral de Rua a propor a criação de uma Coordenação Colegiada do empreendimento social ASMARE. Fazem parte dessa Coordenação Colegiada, a diretoria da ASMARE e os representantes dos seus parceiros executivos: Pastoral de Rua, SLU, SMDS e Cáritas. Este fórum desempenhou um papel importante na definição dos papéis específicos de cada parceiro, além de ser um espaço de planejamento estratégico e de avaliação de ações. O papel desta coordenação colegiada é dividir as responsabilidades em relação ao aperfeiçoamento das capacidades administrativa e gerencial da ASMARE, na perspectiva de uma maior autonomia dos seus projetos. Assim, esse é um espaço para a discussão não somente dos aspectos mais diretamente ligados ao gerenciamento da coleta seletiva da SLU/ASMARE, como também daqueles ligados às múltiplas ações e projetos desenvolvidos pela associação. A criação dessa coordenação representou um sinal do fortalecimento da parceria da PBH/ASMARE e do compartilhamento de um objetivo comum, qual seja o de assegurar o aprimoramento dos processos produtivos e organizativos da associação na co-gestão do Projeto de Coleta Seletiva da cidade.

Um destaque dessa fase no que tange ao trabalho de educação ambiental e mobilização social para a coleta seletiva, foi o amadurecimento metodológico do trabalho desenvolvido com o segmento de empresas, cujo objetivo principal é a implantação dos processos de gestão do lixo, em geral e da coleta seletiva, em particular, com a destinação social dos recicláveis para a ASMARE.

O convênio celebrado com a Fundação Interamericana, em 1999, também deu um grande impulso ao projeto, possibilitando a implantação de 200 contêineres,

totalizando 40 novos Locais de Entrega Voluntária. O Tabela abaixo permite visualizar a evolução do número de LEVs implantados:

Tabela 1 – Evolução dos Locais de Entrega Voluntária e contêineres instalados¹⁰²

ANO	CONTÊINERES INSTALADOS					LEV's
	VIDRO	PLÁSTICO	METAL	PAPEL	TOTAL	
1995	31	04	08	08	51	38
1996	34	09	12	08	63	60
1997	42	36	34	30	142	63
1998	56	34	35	35	160	84
1999	99	91	91	110	391	107

Fonte: Departamento de Mobilização Social/SLU.

2.2. MUDANÇAS NO ARRANJO INSTITUCIONAL DA SLU

À época do início da implantação do projeto, tanto o organograma, quanto a estrutura operacional da SLU não se adequavam à complexidade que o novo modelo de gerenciamento pressupunha, já que a instituição era voltada somente para a prestação dos serviços convencionais de limpeza urbana como varrição, capina, coleta e destinação final de lixo. As experiências anteriores tanto de coleta seletiva, quanto de educação para a limpeza urbana haviam sido pontuais e tímidas, estando, portanto, a instituição completamente despreparada em termos de quadro técnico e de infra-estrutura operacional, fazendo-se necessário, assim, um re-arranjo institucional para se atender aos novos desafios.

Assim, é que, como exposto no capítulo anterior, criou-se à época a Assessoria de Mobilização Social, que com a lei 8052/2000 foi incorporada no organograma como Departamento de Mobilização Social e posteriormente como Gerência de

¹⁰² O quadro atual é: 176 Locais de Entrega Voluntária, num total de 600 contêineres instalados na cidade (abril 2002).

Mobilização Social após a Reforma Administrativa da PBH implantada em 2001, cuja função pedagógica é a sensibilização e mobilização da população em relação aos resíduos sólidos.

O Projeto de Coleta Seletiva foi gestado dentro dessa assessoria de mobilização social. Constituiu-se, desde o início, dentro dessa assessoria uma equipe específica do projeto (Comitê BH Reciclando), que pela natureza extremamente imbricada do social com os aspectos tecnológicos presentes no modelo adotado, tinha em sua composição profissionais da área de ciências humanas, bem como engenheiros e arquitetos. A essa equipe específica cabia a coordenação geral do projeto, a condução do processo de educação ambiental e mobilização social em relação aos aspectos específicos da implantação da coleta seletiva e o suporte institucional à ASMARE. Esse comitê técnico específico para o projeto de coleta seletiva possuía uma coordenação e técnicos referenciais para a condução do trabalho de mobilização junto aos diversos segmentos sociais tais como igrejas, empresas, instituições públicas, etc.

No que tange ao suporte institucional à ASMARE a cargo dessa equipe, vale lembrar que a relação historicamente conflituosa entre a SLU e os catadores exigiu um acompanhamento sistemático e uma grande dose de sensibilidade dos técnicos na sua função pedagógica. Foi necessário, inclusive, um grande investimento no processo de capacitação e marketing social interno dos funcionários técnico-operacionais da SLU, tendo a equipe de mobilizadores de funcionar quase como uma “ponte” entre os mesmos nas ações ligadas mais diretamente aos catadores. Além do suporte de infra-estrutura operacional (galpões, LEVs, etc) e financeira (repasso por convênio) a assessoria técnica junto à ASMARE envolveu (variando de grau e intensidade ao longo dos anos):

- Co-gerenciamento (nos primeiros anos da parceria) dos galpões de triagem alugados.
- Organização, conjunta com a Pastoral de Rua, de comemorações festivas com o objetivo de fortalecer os laços de confiança entre os parceiros.
- Acompanhamento das ações ligadas à capacitação dos catadores em relação à segurança pessoal (Equipamentos de Proteção Individuais) no trabalho.
- Capacitação dos associados através de cursos abrangendo as temáticas da saúde, segurança do trabalho, limpeza urbana e reciclagem, segurança no trânsito, cooperativismo, etc.
- Intermediação junto aos catadores e o técnico-operacional da SLU, no que tange os aspectos ligados ao planejamento e execução da coleta e à manutenção dos galpões.
- Assessoria no planejamento e organização de atividades lúdico-pedagógicas da ASMARE como o carnaval dos catadores, eventos e exposições.
- Abordagem de catadores em situação-problema seja nos galpões, seja na rua.
- Acompanhamento de catadores individuais na busca por novos pontos de coleta com tração humana.
- Assessoria na captação de recursos financeiros para a ASMARE.

Para dar suporte à coordenação geral do projeto, foi também constituído um núcleo técnico-operacional responsável pelas atividades de planejamento de roteiros de coleta, design/manutenção de contêineres e operação do sistema. Posteriormente, já em 2000, foi instituído um Fórum Intersetorial do Projeto de Coleta Seletiva (com representantes das áreas técnica, operacional, da mobilização, administrativa e da fiscalização) com o objetivo de socializar informações, estreitar as relações entre os setores e estabelecer interfaces potencializadoras do trabalho face ao despreparo técnico-operacional da instituição para a implantação da coleta seletiva na cidade. Em suma, com o objetivo de fortalecer o trabalho matricial dentro da SLU e consolidar a coleta seletiva em parceria com os catadores como uma política da “casa” e não somente da Assessoria de Mobilização Social.

As principais estratégias de integração criadas para dar suporte ao Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE, podem ser sintetizadas em:

- Constituição de uma equipe do projeto de coleta seletiva dentro da equipe de mobilização social da SLU, integrando mobilizadores e equipe técnico-operacional.
- Participação da SLU no Fórum de População de Rua, que reúne sociedade civil e governo na discussão de políticas públicas para os moradores e trabalhadores na rua.
- Constituição (no âmbito da ASMARE) de uma coordenação colegiada do empreendimento social ASMARE, composta pela diretoria da mesma e representantes dos seus principais parceiros executivos.
- Constituição de um Fórum Intersetorial da Coleta Seletiva, com representação dos seguintes setores da SLU: mobilização social, fiscalização e as gerências técnica, operacional e administrativa.

2.3. O PAPEL DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A atuação educativa e mobilizatória da SLU tem sido fundamental na implantação de seu modelo de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Correndo o risco de simplificação, já que a discussão conceitual sobre o termo educação ambiental – cunhado em 1965 pela Royal Society of London (naquela época relacionado mais à preservação dos sistemas de vida) nos levaria a uma longa digressão acerca das suas várias acepções ao longo dos anos, diríamos que para a SLU a educação ambiental implica “...um processo de reflexão sobre as questões ambientais emergentes, que deve conduzir a uma participação efetiva e ao resgate da cidadania nas tomadas de decisões, permitindo-se, assim, o desenvolvimento da noção de co-responsabilidade”¹⁰³. Assim, a abordagem metodológica tem sido a construção de um processo de educação ambiental, comunicação e mobilização social onde a fronteira demarcadora entre os mesmos seja o mais tênue possível.

¹⁰³ Documento interno da SLU “Programa de Comunicação Social e Gestão Ambiental Participativa da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Capitão Eduardo”.

Devido à sua complexidade, esse processo requer, necessariamente, uma abordagem no domínio do lúdico e do afetivo, despertando valores e motivações nos envolvidos. Entretanto, uma abordagem apenas no campo do lúdico e do afetivo não são suficientes, fazendo-se necessário, também, uma conjugação dessas dimensões com os aspectos relacionados à vivência e do conhecimento, para o desenvolvimento de uma noção efetiva de co-responsabilidade. Dessa forma, combina-se a via da sensibilização - através do repasse de informações e conhecimentos, privilegiando-se como instrumentos os folhetos, as cartilhas, cursos, seminários, entre outros – e a via lúdica, buscando atingir o nível simbólico das pessoas através da arte e do entretenimento, tendo como linguagens o teatro convencional, de rua e de bonecos, a dança, as artes plásticas e a música. Para viabilizar essa abordagem lúdico-pedagógica foi criado, em 1993, o grupo teatral ATÉ TÚ SLU que integra a equipe de mobilização social. O grupo é formado por estagiários do Teatro Universitário e do Palácio das Artes, tendo a supervisão de dois diretores e um consultor de mobilização social.

Para fins didáticos, dividiremos a mobilização social para a coleta seletiva em quatro níveis, apesar de que na prática essa separação nem sempre é tão facilmente demarcável, principalmente por se trabalhar numa perspectiva de matricialidade com os outros projetos existentes na SLU:

2.3.1. Mobilização para a implantação dos Locais de Entrega Voluntária de recicláveis

Cada LEV implantado, pressupõe um amplo trabalho de mobilização que vai desde a vistoria do provável local a receber os equipamentos até o desenvolvimento de intervenções educativas antes, durante e depois da implantação, no entorno dos contêineres, que pode ser sintetizada, guardadas as especificidades de cada local em:

- caracterização da demanda (vistoria técnico-operacional/mobilizatória para aferição do grau de receptividade da comunidade do entorno, se o local

preenche os requisitos técnicos para instalação e definição do número de contêineres a serem instalados, se aprovada a instalação);

- reuniões de sensibilização, palestras e cursos de capacitação (com grupos comunitários, escolas e instituições religiosas) envolvendo o teatro da SLU e os catadores com depoimentos de vida;
- mobilização no entorno dos LEVs com distribuição de informativos (com endereços dos contêineres, sobre os tipos de recicláveis aceitos e sobre a ASMARE) nas residências e estabelecimentos do entorno;
- evento de inauguração com apresentação do “Eco-Show” (multi-atrações artísticas e oficinas de papel e sucata);
- monitoramento do local e revitalização do processo educativo.

2.3.2. Mobilização em espaços multiplicadores

O trabalho prioriza o envolvimento de instituições que atuam na perspectiva da formação de valores tais como escolas, instituições religiosas, clubes de serviços, corporações militares e empresas. A metodologia adotada adquire colorações específicas para atender as particularidades de cada espaço, mas guardadas as devidas diferenças adota-se o seguinte procedimento:

- capacitação das lideranças e/ou comissões, o que inclui palestras e visitas técnicas à ASMARE, ao aterro sanitário e à unidade de reciclagem de entulho da SLU;
- oficina para elaboração de projeto específico de implantação de coleta seletiva interna (sem o contêiner padrão da SLU);
- realização do “diagnóstico do lixo” (caracterização do lixo gerado na instituição a partir da segregação feita pelos próprios envolvidos) e debate sobre desperdício e suas implicações sociais e ambientais;
- acompanhamento do processo mobilizatório interno;
- articulação com a ASMARE para coleta dos recicláveis, se for o caso de doação para a mesma;
- inauguração festiva;
- monitoramento do processo.

2.3.3. Mobilização interna dos funcionários da SLU

A implantação do modelo de gerenciamento integrado requeria um enorme investimento na capacitação dos funcionários do corpo técnico, administrativo e operacional da SLU. No que tange a coleta seletiva, os desafios eram não somente criar as condições de incorporação, pelo funcionário, da prática da coleta seletiva no ambiente de trabalho e domiciliar, bem como uma significativa mudança em relação à imagem do catador.

Um processo educativo vem sendo desenvolvido junto aos funcionários em todas as unidades visando construir novos hábitos em relação ao lixo. A abordagem metodológica para a implantação da coleta seletiva nas unidades da SLU, guardadas as especificidades, é similar à descrita nos níveis anteriores. Em algumas unidades, os funcionários chegaram a desenvolver contêineres alternativos a partir do reaproveitamento de cabos de vassouras, de tambores, etc.

A cultura interna predominante, anteriormente, que via no catador um inimigo da limpeza, demandou um trabalho extremamente integrado da equipe de mobilização social com a Assessoria de Comunicação Social no desenvolvimento de ações e peças de comunicação re-significadoras da imagem do catador. Essa Assessoria, que existia na estrutura anterior da SLU, mas com um escopo convencional de ações mais restrito às funções de assessoria de imprensa, também, sofreu um processo de reformulação para atender tanto as demandas de caráter processual da mobilização social, quanto as relativas à formulação de estratégias midiáticas multiplicadoras do alcance do trabalho educativo.

No que diz respeito à contribuição da comunicação na capacitação e integração dos servidores, destacamos alguns dos instrumentos que foram mais explorados pelo Projeto de Coleta Seletiva:

- **Reciclando Idéias**, publicação interna dirigida ao corpo técnico da SLU, órgãos de limpeza urbana no Brasil e a entidades ligadas ao meio ambiente. Esta publicação sempre foi um veículo de constante disseminação de

informações sobre a coleta seletiva em geral e sobre a ASMARE, em particular (ver anexo3).

- **Tá Limpo**, jornal mural dirigido ao corpo operacional da empresa, que com uma linguagem simples e ilustrativa divulga informações variadas sobre legislação, saúde, e sobre os projetos institucionais da SLU. A imagem do catador como parceiro da limpeza urbana foi presença constante nesse informativo.
- **Foto Notícia**, em formato de pôster, este informativo é direcionado a todos os funcionários e através de fotos registra fatos marcantes do mês, curiosidades sobre os funcionários, talentos artísticos da casa e sempre foi explorado para divulgar o carnaval dos catadores, as implantações de coleta seletiva ou dar destaque aos funcionários da SLU diretamente envolvidos no trabalho dos galpões de triagem, especialmente os da área operacional (ver anexo 4).
- **Eco-Escola**, instrumento de capacitação em educação ambiental dos professores da Rede Pública, mas também do público interno da SLU.
- **TV Gari**, programa de televisão produzido internamente e que é dirigido a todos os trabalhadores da limpeza urbana e que através de situações lúdicas capacita para o trabalho, socializa informações e integra os funcionários. Como é veiculado em todas as unidades e divisões de limpeza da SLU, sempre foi um excelente instrumento de divulgação sobre a coleta seletiva e os catadores.
- **Carnaval dos catadores**, como já mencionado anteriormente esta estratégia de marketing social adotada para a cidade, foi também um instrumento fundamental de integração dos catadores com os funcionários da SLU e demais parceiros. O evento faz parte, desde 1995, do calendário oficial das comemorações carnavalescas do município (ver anexo 5).

Além do uso de todos esses instrumentos, a promoção de seminários internos com a presença da ASMARE foi fundamental. Um funcionário antigo relembra a relevância desses instrumentos: "...havia seminários, encontros, dramatização da questão do catador, havia o carnaval do catador, a gente foi conhecendo o trabalho deles, eles conheciam um pouco do nosso"¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Entrevista com funcionário da SLU em 12/03/01.

2.3.4. Mobilização e capacitação dos catadores

A realização dos Cursos de Capacitação, a partir de 1994, veio fortalecer o processo organizativo dos catadores e de qualificação enquanto profissionais da coleta seletiva do município (ver anexo 6). Organizados periodicamente pela ASMARE, Pastoral de Rua, SLU e SMDS os cursos abordam temas como:

- **Relações humanas:** tem como objetivo fortalecer os laços de amizade e integração entre os catadores e destes com o universo de pessoas que com eles se relacionam no dia-a-dia;
- **Limpeza urbana e reciclagem:** discute os aspectos gerais ligados à limpeza urbana e à coleta seletiva em particular e o papel do catador como agente ecológico;
- **Aterro sanitário:** visita técnica que propicia ao catador ver in loco como se dá destinação final do lixo e entender a diferença entre aterro e lixão, bem como a importância da redução e reciclagem do lixo;
- **Segurança no trânsito e no trabalho:** orienta os catadores sobre as normas de circulação de veículos de tração humana com base no Código Nacional de Trânsito e sobre as normas de proteção e segurança no trabalho (uso de equipamentos de proteção individual, prevenção e combate ao fogo);
- **Saúde do catador:** aborda os riscos à saúde do catador no exercício de sua atividade e os cuidados necessários, orienta sobre as doenças sexualmente transmissíveis e sobre a saúde em geral;
- **Organização da ASMARE e cooperativismo:** aborda a história de constituição da entidade, discute o estatuto, as normas de funcionamento dos espaços de trabalho, direitos e deveres do associado e a história do movimento cooperativista.

Desde 1996, a participação nos cursos de capacitação passou a ser pré-requisito para a aceitação de um novo associado na ASMARE. A capacitação técnica tem contribuído significativamente no processo de construção de uma identidade coletiva entre os catadores, como atesta a fala de Dona Geralda: "...quando eu

descobri que 50 kilos de papel significa a vida de uma árvore, meu trabalho ganhou outro sentido”.

Outra frente de atuação conjunta ASMARE/Pastoral/SLU vem sendo a capacitação ligada à prevenção e combate de incêndio e segurança no trabalho, com envolvimento direto do setor de segurança do trabalho da SLU que realiza treinamentos específicos nos galpões.

Dentro da perspectiva de uma maior qualificação do catador, durante muito tempo foram realizadas “oficinas da qualidade” onde, através de discussões em grupos nos galpões, a equipe da SLU procurava trabalhar os aspectos ligados à ordenação, limpeza e qualidade do material reciclável triado pelo catador.

As celebrações festivas internas e eventos externos, organizados conjuntamente, como natal, aniversários dos galpões, aniversário da ASMARE, seminários, debates, entre outros contribui na mobilização interna dos catadores, fortalece os laços de cooperação entre os diversos parceiros da associação e reflete positivamente na construção de uma nova imagem, tanto do catador, quanto do próprio poder público.

Como se pode apreender do exposto acima, o trabalho de educação ambiental e mobilização social desenvolvido em torno da coleta seletiva, estruturou-se de forma a tentar envolver e fortalecer fóruns locais, num processo contínuo e integrado combinando-se atividades processuais com eventos midiáticos que possibilitem a ocupação dos espaços nobres em rádios, jornais e TVs. Sem dúvida, essa abordagem tem mostrado resultados satisfatórios no que diz respeito à grande receptividade da mídia em relação ao projeto de coleta seletiva e aos catadores, podendo ser corroborada pelo enfoque positivo dado à veiculação dessa abordagem social dos resíduos sólidos pela grande mídia, conforme mostram os relatórios anuais de balanço produzidos pela Assessoria de Comunicação Social¹⁰⁵. Indubitavelmente, pode-se afirmar que essa abordagem

¹⁰⁵ No ano de 1998, o Projeto de coleta seletiva e/ou os catadores tiveram 53 inserções positivas na mídia (jornal, rádio e TV) e em 1999, 59 inserções. Fonte: Assessoria de Comunicação Social da SLU.

(conjugada com a abordagem mobilizatória da própria ASMARE) contribuiu na mudança do imaginário social da população em relação aos catadores. Isso se expressa, por exemplo, no crescente número de palestras e depoimentos sobre a experiência da ASMARE em escolas, universidades, associações e empresa, pelo número de visitantes às unidades da ASMARE (uma média diária de visita de uma instituição), pelos prêmios recebidos¹⁰⁶ e convites para participação em seminários.

No entanto, há que se observar que em relação à separação e deposição dos recicláveis nos contêineres, a ausência de campanhas publicitárias convencionais na mídia paga comprometem o grau de participação da população. Sabe-se que, a cada campanha publicitária o grau de adesão aos programas de reciclagem cresce em 10%, segundo informações do programa de coleta seletiva de Curitiba. Desde sua criação em 1993, somente duas campanhas publicitárias foram realizadas para o projeto, por falta de recursos financeiros da SLU para esse fim,¹⁰⁷ o que aliado a outros fatores como insuficiente número de contêineres, entre outros vêm comprometendo o quantitativo de recicláveis coletados.

2.4. PROCESSOS OPERACIONAIS DO PROJETO E INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE OPERACIONAL E FINANCEIRO DISPONIBILIZADO À ASMARE

A coleta seletiva oficial¹⁰⁸ do município é realizada de duas formas:

¹⁰⁶ Comenda de Mérito Ambiental concedida à ASMARE pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 1997; Prêmio Cláudia “Mulher do Ano”, no qual Dona Geralda foi uma das cinco finalistas, em 1999; Prêmio UNESCO recebido pela ASMARE, em 1999, categoria Ciência e Meio Ambiente; título “Construtor do Progresso”, categoria dignidade profissional, concedido à Dona Geralda pela FIEMG, em 2000; Prêmio concedido, em 2000, à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pelo ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives (órgão consultivo da ONU), na categoria Gerenciamento de Resíduos Sólidos, pelo Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE, entre outros.

¹⁰⁷ De uma certa forma isto é revelador do fato de que esta não é uma prioridade da administração municipal.

¹⁰⁸ Note-se que além do circuito institucionalizado de coleta seletiva viabilizado pela parceria SLU/ASMARE, outras empresas e entidades comercializam recicláveis no município. Num levantamento realizado pela SLU, em 1999, procurou-se identificar as quantidades comercializadas por esses estabelecimentos (seja através da compra dos recicláveis recolhidos por catadores não associados, seja através de outros processos de coleta), mas houve uma

- 1- coleta feita nos LEVs pelos caminhões da SLU;
- 2- coleta feita pela ASMARE, que se subdivide na coleta feita pelos catadores com carrinho de tração humana nos seus tradicionais pontos e na coleta mecanizada feita por caminhões nos setores empresarial, comercial e condomínios.

Descreveremos a seguir os processos e a infra-estrutura de suporte operacional e financeiro provida à Associação via a parceria SLU/ASMARE.

O sistema de coleta seletiva com Locais de Entrega Voluntária para o papel, metal e plástico¹⁰⁹ vêm sendo instalados em locais de grande fluxo de pessoas, tais como postos de gasolina, escolas, comunidades religiosas, parques e praças, unidades da SLU e logradouros públicos. Esse sistema apresenta como principais vantagens:

- Os LEVs ficam disponíveis 24 horas por dia para a deposição dos recicláveis em locais públicos de grande visibilidade;
- O sistema proporciona uma melhor qualidade do material reciclável, já que os vários tipos de materiais não se misturam evitando sua contaminação (em Belo Horizonte o índice de rejeito encontrado nos contêineres gira em torno 2%, em volume);
- Apresenta um custo menor em relação às despesas com transporte.

Entretanto, o sistema ponto-a-ponto apresenta algumas desvantagens:

grande resistência em relação à disponibilização dos dados. O levantamento estima a quantidade de recicláveis comercializada na cidade em cerca de 5.000 t/mês. Fonte: Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Belo Horizonte, arquivo CEMP/SLU.

¹⁰⁹ Como o tema dessa dissertação circunscreve-se à coleta seletiva (papel/metal/plástico) na sua parceria com a ASMARE não descreveremos os processos relativos à coleta seletiva do vidro, já que o beneficiário é a Santa Casa de Misericórdia

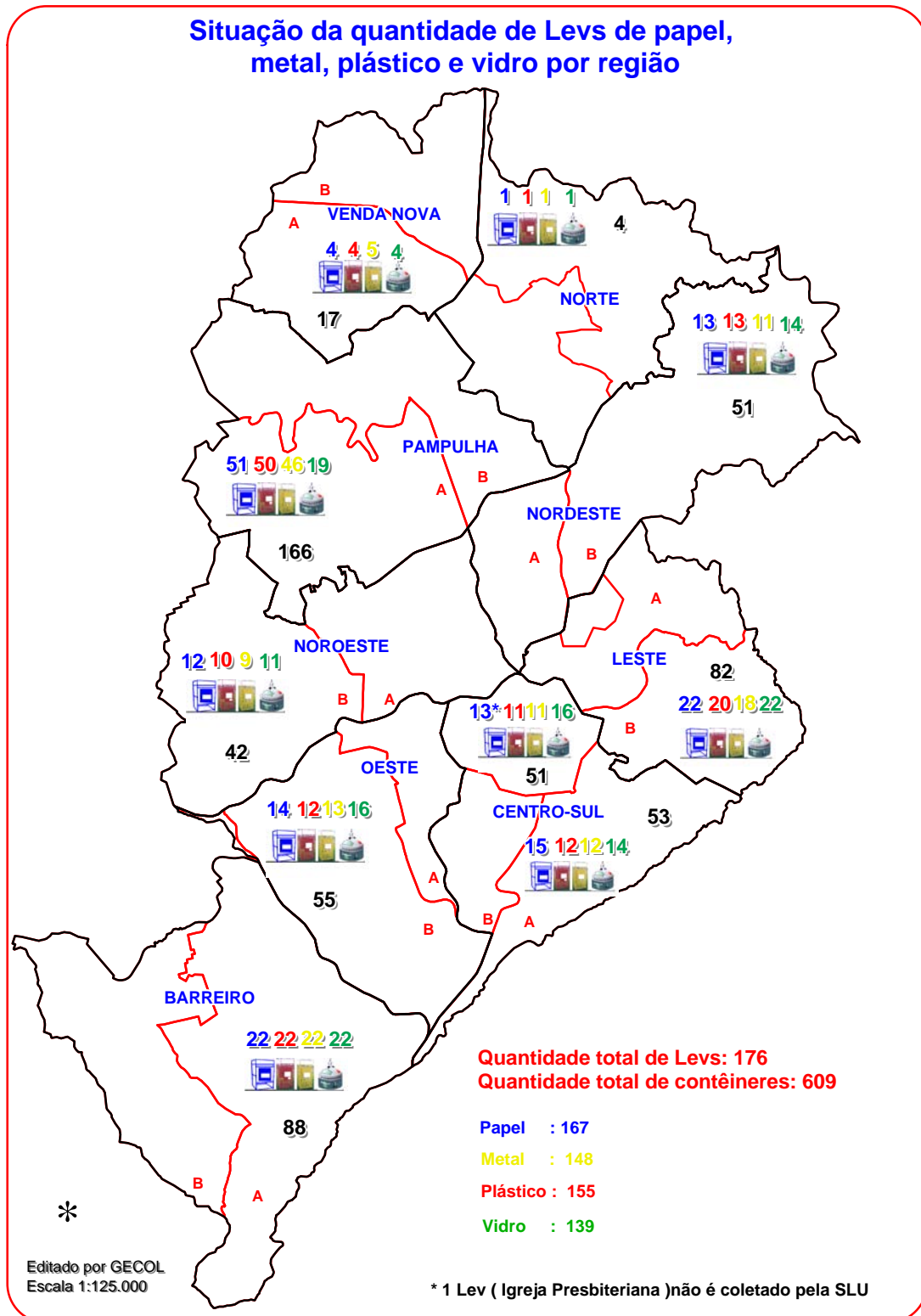
- Dificuldade de utilização pelo munícipe que não tem contêineres instalados próximos de sua residência ou que não possuem veículo para o transporte dos recicláveis, ou seja a lógica da não proximidade dificulta a participação;
- Dificuldades de instalação dos LEVs em locais cujas ruas sejam íngremes, de trânsito intenso, os passeios estreitos e com poucas áreas de estacionamento¹¹⁰;
- Depredação, vandalismo e roubo dos recicláveis por catadores de depósitos, que vem comprometendo tanto o custo de manutenção dos equipamentos, quanto o quantitativo da produção¹¹¹;
- Dificuldades nos ajustes das frequências de coleta e no dimensionamento dos contêineres, devido aos pesos específicos diferentes de cada reciclável.

A figura abaixo mostra a distribuição dos LEVs por regiões administrativas da cidade. Até 1999, a maior parte dos LEVs se concentrava na região Centro-Sul, tendo havido desde então uma expressiva descentralização da distribuição de contêineres, principalmente, em direção às regiões da Pampulha e do Barreiro .

¹¹⁰ A SLU, nunca conseguiu uma integração suficiente com a BHTRANS no sentido da mesma autorizar a parada junto aos LEVs, desde que devidamente sinalizada com pisca-pisca, de motoristas em uso do contêiner. Há anos atrás essa sugestão foi apresentada àquele órgão, mas o retorno foi negativo, o que nos remete às dificuldades de integração multisetorial no âmbito da política urbana municipal.

¹¹¹ No entanto, o CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem) vem reportando que as cidades de Porto Alegre (adota uma coleta porta-a-porta desde o início de operação, mas começou recentemente a combinação com o sistema ponto-a-ponto de contêineres) e Curitiba (somente porta-a-porta) têm tido vários problemas ligados ao roubo de recicláveis colocados no passeio para a coleta porta-a-porta, inclusive por veículos motorizados dos donos de depósitos. Isso, sem dúvida, tem impactos pesados na composição dos custos do sistema. Trata-se, portanto, de um problema de escala nacional.

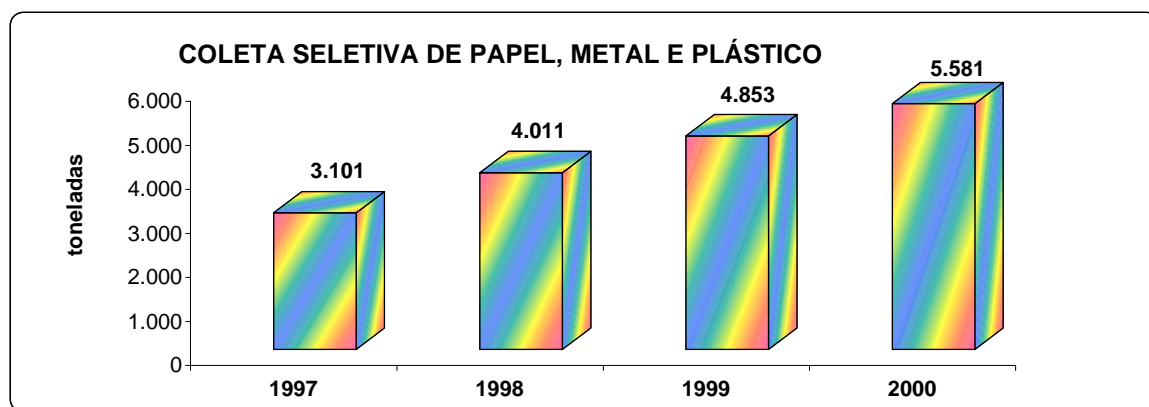
Figura 1 - Distribuição dos LEVS por regiões (Fonte: GECOL/SLU).



A coleta dos recicláveis nos LEVs é feita de acordo com 10 roteiros elaborados pela equipe de planejamento de coleta da SLU, numa frequência de coleta alternada (segundas, quartas e sextas ou terças, quintas e sábados). A frota é composta por seis caminhões carroceria de madeira, adaptados com gaiola, cuja capacidade volumétrica é de 15m³. A guarnição envolvida na coleta é de cinco motoristas e dez garis.

O material coletado nos LEVs é levado para o galpão-sede da ASMARE¹¹², à Av. do Contorno, onde é triado em boxes específicos, é pesado, prensado, enfardado e posteriormente comercializado pela Associação. A partir do momento que o material é entregue à ASMARE, a execução e o gerenciamento de todo o processo é de responsabilidade da mesma, estando a SLU restrita ao papel de assessoria técnica e de acompanhamento dos dados de produção. Os gráficos abaixo mostram a evolução da produção de recicláveis por tipos (papel, metal e plástico) e da produção total, compreendendo o período de 1997 a 2000.

Figura 2 - Evolução da Produção de Recicláveis 1997-2000 (Fonte:GECOL/SLU).



¹¹² Um novo galpão (à Rua Ituiutaba, Prado) foi alugado pela SLU, em 2001, que ficará reservado, exclusivamente, para a triagem dos materiais advindos dos LEVs, sendo que o galpão-sede ficará funcionando para o recebimento dos materiais da coleta com tração humana. O galpão da Ituiutaba ainda está em obras.

O Tabela-síntese abaixo mostra como se dá o fluxo de entrada e processamento interno dos materiais recicláveis advindos da coleta seletiva nos LEVs e da coleta realizada pela ASMARE, tanto via tração humana, quanto via a coleta mecanizada.

Tabela 2 - Fluxo interno dos recicláveis nos galpões

TIPO DE COLETA		CARACT. GERAIS	TRIAGEM	PESAGEM E PRENSAGEM	SAÍDA DO MATERIAL	APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS
Feita pela ASMARE	Individual	Com carrinho de tração humana; em pontos fixos na área central.	Box individual por catador	Feita por tipo de reciclável com controle individual e da Assoc. O rejeito é coletado em cada galpão pela SLU.	Comercialização pela ASMARE para indústria ou intermediário	Produção remunerada de acordo com o valor de mercado no dia; Fim do ano: excedente distribuído de acordo com a produtividade individual
	Caminhão	Feita em grandes geradores com veículos alugados conforme roteiro planejado ou sob demanda	Feita em áreas específicas do galpão da Contorno por um sub-grupo de associados: os triadores	Feita por tipo de reciclável / controle de entrada e saída do material triado feita por planilhas. O rejeito é coletado pela SLU.	Comercialização pela ASMARE direta ou indiretamente para a indústria	Associados triadores recebem uma diária estabelecida de acordo com a produção individual. Fim do ano: excedente da Associação é distribuído conforme produtividade individual

TIPO DE COLETA	CARACT. GERAIS	TRIAGEM	PESAGEM E PRENSAGEM	SAÍDA DO MATERIAL	APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS
Feita pela SLU	Caminhões e guarnição das Gerências de Limpeza Urbana Regionais nos LEVs, conforme roteiro elaborado pela equipe da SLU	Feita em áreas específicas do galpão da Contorno por associados triadores	Feita por tipo de reciclável / controle de entrada e saída do material triado feita por planilhas por regionais. O rejeito é coletado pela SLU.	Comerc. Pela ASMARE direta ou indiretamente para a indústria	Associados triadores recebem uma diária estabelecida de acordo com a produção individual; Fim do ano: excedente da Associação é distribuído conforme produtividade individual

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações da ASMARE e SLU.

O custo por tonelada do Projeto de Coleta Seletiva papel, metal e plástico pode ser visto na tabela abaixo. Este custo não incorpora os valores repassados à ASMARE através do convênio PBH/ASMARE/Mitra Arquidiocesana.

Tabela 3 – Projeto de coleta seletiva - custo por tonelada

COMPONENTES	VALORES R\$	(%)
DESPESAS COM GALPÕES	R\$ 61.458,02	65,63
CUSTOS COLETA MECANIZADA	R\$ 32.182,62	34,37
TOTAL GERAL (R\$)	R\$ 93.640,64	100,00
PRODUÇÃO DE RECICLÁVEIS		
	TONELADAS/MÊS	(%)
ASMARE:DOAÇÕES E TRAÇÃO HUMANA	376,39	84,01
LEVs SLU	71,62	15,99
TOTAL GERAL (t)	448,01	100,00
CUSTO ESTIMADO (R\$/t)	209,01	

Fonte: Gerência de custos da SMLU. Valores: junho de 2001.

Através do convênio firmado entre ASMARE, a Mitra Arquidiocesana e a PBH, a Associação recebe, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, um repasse mensal da ordem de R\$40.505,33¹¹³ para o pagamento de suas despesas administrativas, fretes (de caminhões para coleta mecanizada), vales-transporte e uniformes para seus associados.

2.5. O QUADRO DE PARCERIAS DO PROJETO

O uso do termo parceria – extremamente em voga na atualidade -, carrega uma grande dose de subjetividade. No âmbito do Projeto, o termo é usado para designar uma iniciativa que une o poder público e diversos segmentos do setor privado (ONGs, associações, empresas) na implementação da coleta seletiva na cidade.

O estabelecimento de parcerias, é visto como uma forma de agregar recursos financeiros, técnicos e humanos necessários, além de se constituir num canal que possibilita a co-gestão da política implementada. Se a implementação dessa política vem buscando a sua legitimação através da criação de canais de interlocução via parcerias, isso não quer dizer, no entanto, que as mesmas sejam encaradas como substitutivas da ação do poder público municipal. Os dados expostos acima, dá uma dimensão, mesmo que parcial (já que não inclui o custo total acumulado de todas as intervenções e equipamentos desde 1993), do investimento da Prefeitura de Belo Horizonte na ASMARE.

Para melhor caracterizar as parcerias estabelecidas no Projeto as mesmas são definidas, pela equipe do mesmo, em três categorias: orgânica, estratégica e pontual. Na parceria orgânica, há um reconhecimento explícito, pelos parceiros envolvidos, do caráter de interdependência mútua e de quão essencial é a contribuição de cada um ao projeto como um todo. A parceria é estratégica, quando, em relação a determinados fins, se estabelece uma cooperação que contribui para o sucesso do projeto como um todo. Na parceria pontual,

¹¹³ Valores de dezembro de 2001.

determinados atores estão presentes em determinados momentos, dando uma contribuição muitas vezes indireta ou momentânea.

É claro que essas definições carregam sempre um grande grau de subjetividade, pois depende de como cada parceiro vê o seu papel e dos demais, da relação de dependência e da autonomia de cada um, podendo a inclusão de um parceiro numa determinada categoria variar historicamente. O Tabela abaixo, arrola e classifica alguns dos parceiros (tanto no âmbito interno à PBH, quanto externo) mais significativos do Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE, sob a ótica da SLU. A formalização das parcerias é feita às vezes via ASMARE, às vezes via SLU. A ASMARE não é incluída nesse quadro por ser a mesma, por definição, o parceiro prioritário dessa política pública e, por conseguinte, o parceiro mais orgânico.

Tabela 4 – PARCERIAS DO PROJETO DE COLETA SELETIVA SLU/ASMARE

PARCEIROS	TIPO DE PARCERIA	ATUAÇÃO
PASTORAL DE RUA	Orgânica/técnico-financeira	Assessoramento ao processo organizativo/viabilização de recursos/capacitação.
CÁRITAS REGIONAL	Orgânica/técnico-financeira	Capacitação/captação de recursos
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Orgânica/técnico-financeira	Responsável pelo repasse dos recursos municipais para o projeto dentro do convênio (despesas administrativas, uniformes, vales-transporte, aluguel de caminhões para coleta em grande doadores)/articulação das ações da ASMARE com o

PARCEIROS	TIPO DE PARCERIA	ATUAÇÃO
		Programa de População de Rua.
BELGO MINEIRA – BEKART	Pontual/financeira	Doação de telas para o galpão da Curitiba
COLETAR	Pontual/financeira	Doação de 2 equipamentos para coleta seletiva
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE/MMA	Estratégica/financeira	Recursos para o projeto de coleta seletiva em escolas (LEVs e Ecomóvel)
GERDAU	Pontual/financeiro-operacional	Incentivo à coleta seletiva de metal ferroso
Programa LIFE/PNUD (convênio via ASMARE)	Estratégica/financeira	Recursos para construção de carrinhos de tração humana entre outros/divulgação do projeto.
UNICENTRO NEWTON PAIVA (convênio via ASMARE)	Estratégica/técnico-financeira	Desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica/disponibilização de estagiários/subsídio à projetos específicos da ASMARE.
FUNDAÇÃO INTERAMERICANA (convênio via ASMARE)	Estratégica/financeira	Recursos para a compra de LEVs, para produção de vídeo institucional da ASMARE, para reformas do galpão-sede, para capacitação de triadores e para aluguel de caminhões para coleta em

PARCEIROS	TIPO DE PARCERIA	ATUAÇÃO
		grandes doadores da ASMARE.
LATASA	Pontual/financeira	Brindes, expedição do informativo Eco-Escola da SLU.
PETROBRÁS	Estratégica/financeira	Confecção de sacolinhas de lixo; permissão para instalação de contêineres em postos de gasolina; confecção de sacolas para lixo
SECRET. ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Pontual/técnica	Cessão de técnicos para o projeto
SECRET. MUNICIPAL EDUCAÇÃO	Estratégica/técnica	Cessão de técnicos para o projeto de coleta seletiva em escolas
ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Estratégica/financeira	Repasse do bolsa-escola às famílias com filhos nas escolas
COORDENADORIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Estratégica/técnica	Assessoramento inicial no jornal da ASMARE (Catando Notícias); atuou em diversos projetos sócio-educativos nas áreas de saúde, jurídica, relações de gênero e trabalho.
BELOTUR	Estratégica/técnico-financeira	Recursos para a realização do Carnaval dos Catadores, para o Reciclo, entre outros projetos.

PARCEIROS	TIPO DE PARCERIA	ATUAÇÃO
SINEPE-SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE MINAS GERAIS/ ASAS PRODUÇÕES (convênio via ASMARE)	Estratégica/financeira	Implantação de LEVs em escolas da rede particular
SECRET. MUN. MEIO AMBIENTE	Estratégica/técnica	Confecção de cartilhas para escolas/ viabilização de recursos equipamentos e recursos para a coleta seletiva através de condicionantes aplicadas à empresas em processo de licenciamento ambiental.

Fonte: re-elaborado pela autora a partir de quadro do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte, arquivo CEMP/SLU.

Além dos parceiros cuja ação incide mais diretamente na viabilização do suporte à implantação da coleta seletiva, listados no Tabela acima, a rede de parcerias articulada em torno da ASMARE é muito mais ampla. Essa rede viabiliza os diversos projetos de extensão desenvolvidos pela Associação e contribuem, direta ou indiretamente, na sustentação da base produtiva da ASMARE que é a operacionalização da coleta seletiva da cidade junto com a SLU. O processo de busca de parceiros vem sendo feito principalmente, mas não exclusivamente, pela Pastoral, SLU e Cáritas. Alguns desses parceiros que contribuíram ou ainda contribuem são:

- Centro da Mulher do Movimento Graal no Brasil, que atua na perspectiva de trabalhar as questões de gênero;
- Cáritas Suíça, que viabilizou a aquisição de equipamentos para os galpões, carrinhos de tração humana, pagamento de educadores sociais, entre outros;

- Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti (COSPE) ligada à Comunidade Econômica Européia, viabilizou recursos que possibilitou a reorganização do setor administrativo e operacional da ASMARE, aquisição de veículos leves para a ASMARE;
- Instituto Marista de Solidariedade (IMS), acompanhamento e captação de recursos para os projetos da área pedagógica;
- Maxitel, que viabilizou o pagamento do aluguel (durante 6 meses) do local onde funciona o espaço cultural da ASMARE, o RECICLO;
- UNICEF, o convênio firmado com essa agência do sistema ONU possibilitou a atuação, inicialmente, nos municípios de Brumadinho e Ibirité na organização dos catadores para atuação na coleta seletiva, permitindo fundar as bases de um trabalho que se disseminou para outros municípios do estado e que vem permitindo, a partir da experiência da ASMARE, apostar na constituição de uma rede de comercialização solidária entre projetos de coleta seletiva sustentados por catadores.

O Tabela abaixo, permite visualizar a evolução do percentual de participação financeira do convênio com a PBH, das agências de cooperação e da comercialização dos recicláveis na receita da ASMARE. Observa-se pelos dados abaixo, uma tendência decrescente em termos da participação percentual do convênio com a PBH e crescente quanto à outras fontes de sustentação da ASMARE. No entanto, há que se observar que os valores relativos à contribuição da PBH referem-se somente aos recursos repassados, mensalmente, via convênio através da SMDS e eventuais contribuições financeiras da BELOTUR e da SLU para os projetos culturais como o carnaval dos catadores ou o Reciclo, não incluindo as despesas operacionais assumidas pela SLU, arroladas no Tabela 2.

Tabela 4 – Evolução do percentual de participação dos parceiros na ASMARE

ANO/FONTE	1997	1998	1999	2000
PBH	43,14%	42,78%	27,68%	18,91%
Agências de cooperação ¹¹⁴	4,32%	9,04%	13,99%	20,42%
Vendas de recicláveis	46,97%	39,10%	51,95%	55,38%
Outras receitas¹¹⁵	5,57%	9,09%	6,37%	5,29%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela contabilidade da ASMARE.

2.6. A FORMA DE GERENCIAMENTO DA ASMARE

Para se ter uma compreensão mais acurada do processo operacional da coleta seletiva, é necessário nos remetermos à estrutura organizacional e à forma de gerenciamento interno da ASMARE. O sistema de gerenciamento interno da ASMARE, se estrutura de forma a assegurar ao máximo a participação efetiva dos catadores nos processos decisórios e gerenciais.

A ASMARE é regida por um Estatuto Geral aprovado em assembléia que prevê o seu funcionamento. A Assembléia Geral é realizada anualmente e elege todos os integrantes das comissões de trabalho da ASMARE, cujo mandato é de dois anos. A organização da ASMARE é baseada na seguinte estrutura:

- Diretoria: formada pelo membro mais votado de cada uma das sete comissões de trabalho.
- Equipe Técnica: composta por um administrador, auxiliar de vendas, auxiliar de escritório, encarregado de pessoal e técnico de computação.

¹¹⁴ Aqui estão agrupados recursos tanto da Pastoral de Rua e Cáritas, como de agências como a Interamerican Foundation, COSPE, Maxitel, UNICEF, entre outras.

¹¹⁵ Doações de recursos.

- Coordenação Colegiada: formada pela ASMARE e seus parceiros executivos governamentais e não-governamentais.

A participação dos catadores no gerenciamento da associação é viabilizado através de sua participação nas várias comissões de trabalho. As comissões têm caráter consultivo e propositivo e suas atribuições são:

- Comissão de saúde: promoção de cursos de primeiros socorros, de doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e medicina alternativa, além de acompanhar os casos de doenças específicas.
- Comissão de Educação, Cultura e Lazer: Acompanha o projeto de alfabetização de adultos, o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes, o curso de capacitação dos catadores, além de se responsabilizar pela promoção de atividades lúdicas.
- Comissão de Finanças: responsável pelo acompanhamento da contabilidade da ASMARE.
- Comissão de Divulgação e Imprensa: responsável pela divulgação da experiência da ASMARE, pelo acompanhamento de visitantes aos galpões, pela elaboração do informativo “Catando Notícias” e pela mobilização dos catadores para as diversas atividades e eventos da associação.
- Comissão de Meio Ambiente: responsável pelos aspectos de ambiência dos galpões (ornamentação, etc) e pela divulgação da coleta seletiva.
- Comissão de Religiosidade: responsável, por animar e reafirmar a dimensão mística dos associados, através da celebração dos momentos significativos da caminhada da ASMARE.
- Comissão de Infra-Estrutura: responsável pela organização do espaço de trabalho nos galpões e pelo controle e manutenção dos equipamentos.

Cada comissão elege um representante que integrará a diretoria da associação, sendo esta responsável, conjuntamente com os setores administrativo e social, pelo gerenciamento dos espaços de trabalho, pela otimização da produção, pela inserção de novos associados e pelo acompanhamento dos projetos de extensão desenvolvidos na ASMARE.

Apesar de juridicamente registrada como uma sociedade civil sem fins lucrativos, a ASMARE possui um caráter pré-cooperativista, já que a aferição dos rendimentos de cada associado é feita proporcionalmente à sua produção. A remuneração da produção de cada associado é feita, semanalmente, de acordo com o preço praticado no mercado e ao final do ano um incentivo da ordem de 20% é pago a cada um de acordo com a sua produção, e que se constitui naquilo que os catadores chamam de seu 13º salário.

A ASMARE possui três setores-chaves que asseguram a operacionalização da coleta seletiva: o setor técnico-administrativo, o setor operacional e a triagem.

O setor técnico-administrativo, tem como funções fazer o controle mensal da produção, organizar as informações sobre demanda e vendas e subsidiar as reuniões semanais da Diretoria onde são analisados os documentos contábeis, efetuados os pagamentos semanais aos fornecedores, bem como discutidas as questões relacionadas ao gerenciamento financeiro, do espaço físico e do pessoal da ASMARE. Este setor é composto por um administrador, por auxiliares administrativos (funcionários contratados pela ASMARE) e um coordenador (catador, membro da Diretoria). São atribuições do **administrador**: o controle das receitas e despesas; controle de entrada e saída do material; pesquisa de compra e venda do material; gerenciamento dos espaços e do pessoal e a administração geral da ASMARE e sua capitalização. São atribuições dos **auxiliares administrativos**: a elaboração mensal e a prestação de contas; o controle da produção (de acordo com a sua proveniência: tração humana, LEVs e doações); coleta de dados e a emissão de relatórios. São atribuições do **coordenador**: acompanhar as atividades administrativas; avaliar e liberar pagamentos; acompanhar e liberar a compra e venda de material e contratar e demitir pessoal.

As ações desenvolvidas por este setor são fundamentais no subsídio à Diretoria para que a mesma possa gerenciar o cotidiano de trabalho da ASMARE, a comercialização dos recicláveis e o planejamento estratégico da Associação.

A comercialização dos recicláveis é feita por este setor, através de concorrência promovida entre potenciais compradores, onde é escolhido aquele capaz de assegurar o melhor preço e a maior agilidade na retirada do material adquirido.

O setor operacional, é composto por um catador que faz a coordenação geral, um catador que atua como gerente/coordenador em cada um dos galpões existentes e por balanceiros e prensistas (alguns que são contratados pela Associação e outros que são associados). São atribuições dos **gerentes**: fazer o controle da qualidade dos recicláveis; assegurar o reaproveitamento dos recicláveis; preencher a planilha de produção; controle da chegada dos materiais e compra de terceiros; emissão de recibos de compra e venda; controle de entrada e saída dos funcionários; controle da área operacional e de estoque e organização e limpeza do espaço operacional. Estes gerentes têm, também, a função de promover a participação dos associados como um todo nas atividades da ASMARE. São funções dos **balanceiros**: fazer a pesagem do material e emissão de recibos; controlar a qualidade do reciclável; armazenar os recicláveis por tipo; zelar pela organização e limpeza do espaço. São de responsabilidade dos **prensistas**: fazer a prensagem dos recicláveis; preencher as planilhas de controle; controlar a qualidade dos recicláveis e estocar o material prensado.

O setor de triagem da ASMARE, recebe somente os materiais advindos das coletas nos LEVs e doadores e é composto pelos triadores, um balanceiro, coletores e um coordenador (associado) . Os **triadores** são associados da ASMARE cujas funções são: fazer a triagem fina dos recicláveis advindos dos LEVs e doações; pesar os materiais por tipos; assegurar a qualidade dos materiais; acompanhar o balanceiro no repasse dos materiais para a área de estocagem e assegurar a organização e limpeza do espaço de trabalho. Os **coletores**, são associados ou funcionários contratados que trabalham nos caminhões alugados pela Associação cujas responsabilidades são: manter os equipamentos em bom estado; fazer o recolhimento dos recicláveis nos pontos do roteiro da ASMARE; assegurar a limpeza dos pontos de coleta após a realização da mesma e assegurar a entrega dos materiais de forma organizada na área da triagem. São atribuições do **balanceiro**: pesar o material; distribuir o material nos boxes de triagem; emitir os recibos e repassar os materiais para a área de

estocagem. Cabe ao **coordenador(a)**: acompanhar a entrada e saída dos materiais na área da triagem, tanto os advindos da coleta feita pela SLU, quanto a coleta mecanizada realizada pela ASMARE; acompanhar a pesagem e o preenchimento das planilhas; coordenar o repasse dos materiais para a área de estoque; distribuir as tarefas entre os triadores; garantir a qualidade do material triado e a limpeza do espaço de trabalho.

O organograma na página seguinte permite visualizar de uma forma complementar a estrutura organizacional da ASMARE.

Figura 3 - Organograma da ASMARE

Além do acompanhamento da diretoria nos processos decisórios e gerenciais da ASMARE, mensalmente é realizada uma assembléia em cada galpão de triagem para socialização da planilha de controle contábil e financeiro e discussão de questões de interesse geral.

O planejamento estratégico da ASMARE é elaborado com a participação da Diretoria, dos integrantes das sete comissões de trabalho interno, de funcionários contratados da Associação e de representantes dos seus parceiros executivos, através da Coordenação Colegiada.

2.7. O MUNDO DO TRABALHO DO CATADOR DA ASMARE: SOCIABILIDADES E TERRITÓRIOS

Como vimos, durante muito tempo o cotidiano de trabalho e vida dos catadores era experimentado no espaço da rua. Uma das características da população de rua é a mobilidade, até porque esta é uma estratégia para se adquirir uma certa “invisibilidade” social.

No tocante à atividade de catação, esta constante mobilidade sempre obedeceu a um certo território de circulação circunscrito pela Av. do Contorno, onde se localiza o centro comercial e bancário da cidade. No que diz respeito à apropriação do espaço da rua como moradia, essa mobilidade sempre foi combinada com uma certa permanência itinerante em determinados pontos, como já vimos no capítulo 1.

O cotidiano de trabalho dos catadores anteriormente à implantação dessa política pública de resíduos sólidos já foi caracterizado. A implantação dos galpões de triagem pela SLU, permitiu acelerar o processo (que já vinha se dando a partir da constituição da ASMARE) da passagem do catador, de morador de rua para o de trabalhador na rua. Isso alterou a natureza do trabalho desenvolvido pelos catadores e das relações sociais estabelecidas tanto entre os catadores, quanto dos mesmos com a cidade.

Para entendermos como os associados fazem uso e se apropriam dos espaços de trabalho, é necessário primeiramente traçarmos uma breve tipologia do associado da ASMARE e o seu perfil sócio-econômico.¹¹⁶ O associado da ASMARE pode ser tipificado em quatro sub-grupos:

1- CATADOR: constitui o grupo ao qual a identidade da ASMARE está associada no imaginário da população (anexo 7). Realiza a coleta de material reciclável nas ruas com carrinhos de tração humana (que chegam a pesar até 800 kg com a carga completa), se subdividindo em dois sub-grupos: (1) os que têm pontos fixos de coleta e, conseqüentemente, itinerários fixos e (2) os que não tendo ponto fixo, possuem um itinerário mais flexível. Possui boxes individuais nos galpões, podendo alguns, conforme a produção, ter ajudantes para a realização da triagem¹¹⁷. Recebem de acordo com a produção individual. Representam 71% do corpo de associados e sua produção representa cerca de 64% do total do quantitativo de recicláveis do Projeto.

2- TRIADOR: o surgimento desse grupo está associado à implantação dos LEVs na cidade. Trabalham em boxes individuais específicos para a triagem dos LEVs, se especializando, cada um, na triagem fina de um tipo particular de reciclável. São diaristas que recebem de acordo com uma tabela de produtividade. Representam cerca de 17 % do corpo de associados e sua produção representa cerca de 18% da produção geral. Vários ex-moradores de rua ou em processo de saída já foram incorporados à esse grupo.

3- OPERACIONAL: Apesar de não representarem um contingente expressivo dentro da ASMARE, alguns dos associados trabalham como prensistas, balanceiros ou coletores complementando o trabalho executado pelos funcionários contratados pela ASMARE para essas funções. Recebem diária de

¹¹⁶ Fonte: dados da ASMARE.

¹¹⁷ Há uma preocupação em relação aos ajudantes, quanto ao risco de estabelecimento de uma relação de exploração deste pelo associado. Por isso existem algumas normas que regulam a presença dos mesmos nos galpões.

acordo com uma tabela de produtividade e participam da divisão das “sobras” no final do ano como o restante do corpo de associados.

4- ASSOCIADO DAS OFICINAS: São associados, muitos deles moradores ou ex-moradores de ruas, incorporados aos projetos de extensão da ASMARE: as oficinas de papel artesanal/bloquinhos/encadernação, o espaço cultural Reciclo, a marcenaria, a oficina de alimentação/restaurante e o ateliê de costura. Recebem de acordo com a tabela de diárias da ASMARE. Representam cerca de 12% dos associados (fonte: ASMARE, maio 2001).

Em 1998, o Unicentro Newton Paiva realizou uma pesquisa que possibilitou traçar um perfil sócio-econômico¹¹⁸ dos associados da ASMARE. Reproduzimos abaixo alguns dos dados dessa pesquisa:

- **Sexo:** 55% do universo de associados são mulheres e 45%, homens;
- **Idade:** 37%, têm entre 26 e 35 anos; 19%, 18 e 25 anos; 16%, 43 e 50 anos; 14%, acima de 50 anos; 8%, 36 e 42 anos e 6%, 12 e 18 anos;
- **Escolaridade:** 24% têm primário incompleto; 23% são analfabetos; 17% são alfabetizados; 15% têm da 5ª a 8ª completo; 12% o primário completo e 8% estão sendo alfabetizados na ASMARE;
- **Naturalidade:** 51% são imigrantes e 49% vêm de Belo Horizonte;
- **Bens de consumo:** 27% possuem TV; 23% possuem rádio; 17% geladeira; 15% som; 13% máquina de lavar; 3% vídeo cassete; 1% parabólica e telefone;
- **Renda:** 54% recebem até 2 salários mínimos; 40% de 2 a 4 mínimos e 6% acima de 5 salários mínimos;
- **Tempo de associado:** 41% são associados há mais de 5 anos; 31% entre 2 e 4 anos e 28% há 1 ano;
- **Tem algum parente associado:** 76% sim e 24%, não;
- **Nº de filhos:** 29% têm de 4 a 6 filhos; 28% de 1 a 3; 25% acima de 6 e 18% nenhum;

¹¹⁸ Pesquisa quantitativa com questionário como instrumento de coleta de dados, aplicado sob a forma de amostra aleatória em 64 catadores, correspondendo a um universo de 30,5% do universo de 210 associados de 1998.

- **Participação nos cursos da ASMARE:** 80% já haviam participado e 20% ainda não;
- **Atividade de lazer preferida:** 28% preferem TV; 27% fazer visitas; 21% dançar; 15% jogos e 9% preferem os parques;
- **Estado civil:** 47% são outros; 35% são solteiros; 15% são viúvos e 3% casados;
- **O que mais gosta na ASMARE:** 29% os relacionamentos; 25% resgate da cidadania; 17% o crescimento profissional; 17% segurança; 6% tanto para os ganhos, quanto para as festas;
- **Porque se associou:** 49% pela segurança; 32% por influências; 10% por outros motivos e 9% pelos ganhos;
- **Opinião sobre as normas da ASMARE:** 53% as acham necessárias; 40% as consideram boas e 7% as acham exageradas.

Observa-se, no universo do corpo de associados da ASMARE a preponderância da estrutura familiar: como visto 76% dos associados possuem algum parente associado. Quando se compara os dados de gênero encontrados na pesquisa de 1993 com os de 1988, observa-se um significativo aumento na presença feminina que pula de 18% para 52%. Talvez a existência dos galpões tenha permitido uma maior compatibilidade das funções de trabalhadora com as tradicionais tarefas de tomar conta dos filhos. É interessante observar, que no ítem relativo ao que os associados mais gostam em relação à ASMARE, destacam-se os relacionamentos e o resgate da cidadania, denotando tanto um certo conjunto de valores ligados à solidariedade, à partilha e à cultura comunitarista entre os associados, quanto uma familiaridade com a linguagem da cidadania. O aspecto de retorno financeiro (ganhos), é sobrepujado pela segurança tanto no que se refere ao que os associados mais gostam na ASMARE, quanto no que diz respeito à sua motivação em se associar. Observa-se uma melhoria nos ganhos percebidos pelo associado, quando se compara com os dados sócio-econômicos da pesquisa de 1993: somente 9% dos catadores recebiam até 2 salários mínimo àquela época, contra 54% atuais.

Mas como é que os associados percebem o seu trabalho? Existe uma consciência bastante generalizada entre os catadores, de que o trabalho por eles realizado é importante para a cidade: “se fosse levar em conta esse trabalho nosso, deveria ser bem melhor remunerado. A gente contribui com o meio ambiente. Onde a gente passa, a rua fica limpa”¹¹⁹. A fala de Dona Geralda testemunha essa consciência:

*Como nós é importante, eu descobri isso depois da ASMARE também. Depois dessas palestras, depois da parceria com a SLU, porque até a gente não sabia que a gente catava era material reciclável. A gente tratava de lixo, porque nunca ninguém passou prá nós que era material. (...) Então a gente hoje sabe dessa importância pelo meio ambiente, pela cidadania da gente. Que o cidadão é aquele que não joga lixo na rua, aquele que faz coleta seletiva, porque as pessoas acha que é só ir no supermercado fazer suas compras e mandar pro lixo...*¹²⁰

Essa percepção da importância desse trabalho para a limpeza da cidade é compartilhada, hoje, pelos próprios garis da SLU: “Se eles pararem de catar o papel, a SLU vai ter que ter outra estrutura”, ou ainda “...eles têm uma parcela muito importante. Se não fosse eles, a SLU teria que trabalhar muito mais”¹²¹.

O testemunho do catador Luiz Henrique expressa o significado, atribuído por muitos, do papel que o trabalho na ASMARE representa tanto em termos da subsistência, quanto em termos do sentido da vida, vida que na rua, em geral, é breve :

¹¹⁹Extraído do documento “Diagnóstico Participativo da ASMARE”. Este diagnóstico foi realizado em 1998, no galpão da Contorno, sob a coordenação do Centro da Mulher /Movimento do Graal no Brasil e a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania – CDHC/PBH, com pesquisadores das já referidas entidades, da Pastoral de Rua e da SLU. O diagnóstico participativo constituiu-se na aplicação de um conjunto de técnicas com o objetivo de levantar informações que pudessem propiciar um melhor conhecimento da realidade do grupo sob o ponto de vista dos associados. As citações retiradas desse documento, serão doravante referenciadas somente como Diagnóstico Participativo da ASMARE

¹²⁰ Entrevista, 14/08/01.

¹²¹ Questionários aplicados com garis da SLU, em 18/07/01.

*...quando eu vim para a ASMARE, era um cara extremamente difícil, tinha uma vida atribulada na rua, eu já tinha perdido tudo, até a dignidade. (...) A gente tinha que agir daquele jeito mesmo, como lixo, porque a gente não tinha consciência afetiva com ninguém, era no meio da brutalidade, né, no meio da bebida. Valores morais não existiam, mas a partir da ASMARE, eu comecei a dar valor à minha vida, comecei a agir de outra forma. E se não fosse a ASMARE, não sei o que seria de mim. Acho que estaria, hoje, numa vida totalmente diferente, nem sei se estaria vivo, porque as pessoas daquela época que não mudaram de vida, ou estão mortas ou estão no mundo das drogas e presas. (...) Ela foi o meu retorno na vida.*¹²²

Vejamos como é a rotina de trabalho na ASMARE. A disseminação dos galpões de triagem trouxe um disciplinamento das atividades, com horários de abertura e fechamento do espaço de trabalho, normas de convivência mútua e de manutenção da limpeza e da ordem. Os galpões trouxeram inúmeros benefícios tanto para o catador, quanto para a limpeza urbana, mas também potencializou conflitos.

Uma estrutura espacial urbana possui diferentes significados dentre uma comunidade de usuários e diferentes formas de uso e apropriação, que variam segundo as posições diferentes ocupadas pelos usuários dentro do mesmo espaço, a forma como a comunidade de usuários foi aglutinada, entre outros fatores. Vejamos um pouco da dinâmica de funcionamento dos galpões, as diferenças existentes de um galpão para o outro e o seu significado para os associados.

Os galpões de triagem funcionam de segunda a sexta-feira de 08:00 às 24:00 horas¹²³. As normas de funcionamento (ver anexo 8) com a especificação dos deveres e proibições dos catadores, deveres do vigilante e diretrizes gerais foram

¹²² Entrevista, 21/08/01.

¹²³ Até 1988 os galpões abriam também aos sábados até as 13 horas. Mas por sugestão da própria ASMARE esse horário foi modificado com o objetivo de reduzir custos de manutenção.

elaboradas a partir de discussões com os catadores e as assessorias em assembleias. Novos associados têm a oportunidade de discuti-las durante a realização dos cursos de capacitação que os preparam para o ingresso à ASMARE.

Os horários de trabalho variam conforme a natureza do trabalho desenvolvido pelo associado. Os catadores que fazem a coleta com tração humana tem um horário mais flexível, mas em geral começam seu dia de trabalho entre 9 e 10 horas, retornando à casa por volta das 22:30-23:00 horas, trabalhando em média 10 a 12 horas por dia. Os triadores têm um horário de trabalho mais definido: 9:00 às 18:00 horas. Já os operadores de prensa trabalham de 7:00 às 16:00 horas. O horário de funcionamento das oficinas é de 9:00 às 17:00 horas.

O catador que sai para a coleta nas ruas tem uma rotina, que poderia ser assim simplificada: chega ao galpão entre 9:00 e 10:00 horas, descarrega o carrinho da coleta feita no dia anterior e começa o trabalho de triagem fina do material, saindo para a “apanha” (a coleta) do dia entre 16:00 e 17:00 horas, retornando, a maioria, ao galpão novamente entre 21:00 e 22:00 horas. Toma um banho e vai para casa. No período que antecede sua saída para “apanha” ele/ela além de triar seu material individual, tem que participar dos mutirões de limpeza semanais ou cumprir a escala de limpeza dos banheiros ou de qualquer outro espaço de uso coletivo. É também nesse período que antecede a “apanha” que são realizadas as reuniões coletivas. A natureza do trabalho desenvolvido pelo catador de tração humana é de uma certa forma menos rígida: ele/ela pode, por exemplo, não trabalhar pela manhã (ou mesmo começar bem mais tarde que o usual) na triagem fina do material recolhido no dia anterior e recuperar o “atraso” no dia seguinte. Para fazer jus ao recebimento dos vales-transporte o catador de tração humana tem que ter uma produção mínima de recicláveis de 2.200 kg/mês.

Em 1999, a equipe técnica da SLU e da Pastoral de Rua aplicou um questionário em 65 catadores distribuídos aleatoriamente pelos três galpões de triagem existentes (o da Av. Contorno, o da Rua Curitiba e o da Rua Itambé), representando 31% do universo de 210 associados de então. Esse questionário tinha como objetivo identificar o roteiro de coleta feito pelos catadores com

carrinho de tração humana, qual o tipo de relacionamento dos mesmos com os doadores, quais “pontos” de coleta haviam sido perdidos pelos mesmos e as razões da perda.

Esse trabalho de mapeamento dos roteiros apontou para o fato de haver um saturamento nas possibilidades de obtenção de novos “pontos” na região do entorno da Av. do Contorno, região tradicional de coleta seja de catadores associados ou não. Foi feito, então, uma série de vistorias com vistas a determinar um perfil dos resíduos sólidos nos bairros Padre Eustáquio e Carlos Prates (região noroeste) por serem os mesmos os mais próximos dos galpões da Curitiba e Contorno, com o intuito de identificar possíveis doadores para os catadores identificados como de baixa produção (18,5% do universo pesquisado). As vistorias realizadas, confirmaram os relatos dos catadores de uma certa “inflação” de novos catadores (de depósitos) nas ruas do centro e nos bairros, que, com o aumento do desemprego, vêm encontrando na catação a sua fonte de sobrevivência e nem sempre respeitam os “pontos” alheios: “...tá chegando muita gente prá catar papel. Gente que nunca sonhou catar papel, hoje, tá querendo catar papel porque a fome está assolando: (...) pedreiro profissional, mecânico, motorista”¹²⁴.

Aliado a esse fenômeno, outro fator que vem incidindo sobre a produtividade do catador de tração humana, é a perda de “pontos” tradicionais pelo fato de que um número crescente de empresas estão permitindo a venda dos recicláveis gerados em suas dependências pelos funcionários de serviços gerais, como forma de complementação indireta de salário.

Os principais motivos de perdas de “pontos” mais apontados nos questionários foram:

- falência da firma ou do comércio;
- perda do “ponto” para catador de depósito;

¹²⁴ Dona Geralda (entrevista de 14/08/01).

- substituição da doação antes feita pela empresa/comércio pela venda do reciclável;
- afastamento temporário do catador nas ruas (geralmente por motivo de doença).

Uma das ações de mobilização para a coleta seletiva, realizada pela equipe da SLU, é a identificação de novos “pontos” de coleta para o catador, através dos “treinamentos” oferecidos a condomínios e empresas. É curioso observar que apesar das reclamações relativas à perda de “pontos”, há uma dificuldade por parte de vários catadores em assegurar uma regularidade na coleta dos recicláveis das empresas e condomínios envolvidos, comprometendo a imagem de profissionalismo que a ASMARE procura estabelecer junto à população. Os catadores parecem resistir bravamente à rotinização do trabalho.

O mapa à página 124 é um dos produtos desse mapeamento de roteiros realizado com os catadores, sendo um retrato do espaço urbano por eles ocupado. Essa territorialização é fruto de um processo histórico de obtenção de “pontos” de recicláveis na cidade. O território de cada catador é formado por uma série de “pontos” de coleta – lojas, bancos, instituições públicas e shopping centres- que através de acordos feitos com os porteiros, vigilantes, faxineiros ou até mesmo com gerentes dos setores de serviços gerais lhes entregam os materiais (alguns já praticamente limpos, outros ainda misturados ao lixo). A existência desses pontos é que determina o trajeto, o roteiro de coleta de cada catador, mesmo para aqueles que têm poucos “pontos” fixos. Ter “pontos” é crucial para a sobrevivência do catador: ele é “dono” daquele espaço, é o “seu território” e o mesmo será defendido com “unhas e garras”: “...cada catador tinha seu ponto. Eu mesmo catei papel na Praça Sete, 33 anos e tinha que respeitar o ponto dos outros. Se eu não respeitasse dava briga sim. (...) Só tinha confusão quando chegava catador novato. Depois a gente entrava num acordo”¹²⁵. A posse desses espaços é, assim, delimitada por relações de poder e de força¹²⁶. Essa

¹²⁵ Dona Geralda (entrevista de 14/08/01).

¹²⁶ Como observa Souza, “um território expressa relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (2000:47).

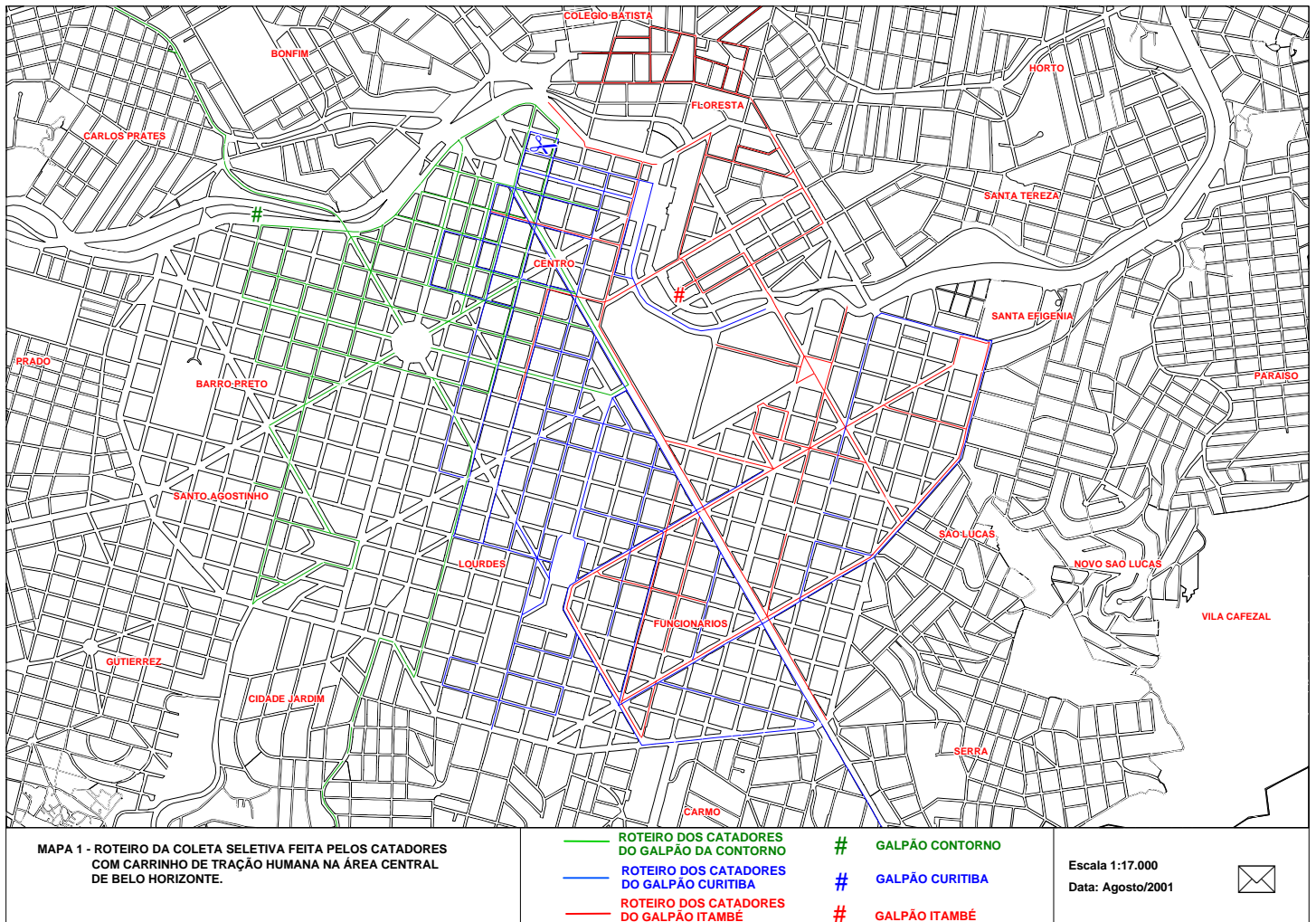
observância da territorialidade é confirmada pelo trabalho de vários pesquisadores sobre menores de rua, catadores e população de rua, em geral (Escorel, 2000; Bursztyn, 2000; Frugoli, 1995).

A localização física dos galpões se constitui também, hoje, para o associado num fator determinante do roteiro de coleta, já que há um limite na capacidade física do catador em percorrer tão longas distâncias, principalmente numa cidade com um relevo tão acidentado como o de Belo Horizonte. No entanto, a existência do “ponto” ainda é o fator preponderante. Constatamos nesse mapeamento, que há catadores que percorrem distâncias extremas para recolher o material de um “ponto” muito bom.

Este mapa dos roteiros de coleta, obviamente, não dá conta, plenamente, da fluidez do cotidiano de trabalho dos catadores, já que percursos são às vezes alterados de acordo com a diminuição ou aumento da quantidade de material disponibilizado, por causa de uma alteração no trânsito ou mesmo por limitações individuais do catador. Mas com certeza este mapa é uma “fotografia” que nos permite visualizar, mesmo que com limites, o território por eles ocupado.

No processo de mapeamento desses roteiros nos galpões, muitos catadores manifestaram uma certa resistência em revelar seu roteiro de coleta. Alguns por medo de que seu “ponto” viesse a ser de domínio público e pudesse ser apropriado por outro catador. Outros resistiram à idéia de que o seu trabalho viesse a ser destrinchado, fragmentado em partes, apropriado pela equipe técnica. Uma resistência ao controle e à racionalização do seu trabalho, que só não se transformou em antagonismo devido ao alto grau de confiança existente entre catadores e a equipe técnica, e devido ao fato de que membros da diretoria da ASMARE terem acompanhado o trabalho de coleta de dados.

Figura 4 - Roteiro da coleta feita pelos catadores com carro
 na área central de Belo Horizonte



Quanto à rotina de trabalho do triador esta é um pouco mais rígida, começando quase que invariavelmente às 9:00 e se estendendo até as 18:00 horas. Cada triador trabalha num box específico para cada tipo de reciclável, separando este material, por tipos, em diferentes caixas. Enquanto o catador não tem um horário específico para o almoço, o triador pára de 12:30 às 13:30 horas. Quando o caminhão da coleta dos LEVs chega ao galpão da Contorno, o triador ajuda a descarregar os “big bags” (grandes sacos nos quais os recicláveis são colocados quando de sua retirada do contêiner), encaminhando-os para o balanceiro que irá anotar o seu peso bruto em planilha adequada. Somente após esse procedimento o material é distribuído entre os boxes de triagem. Após triado, o reciclável é pesado, sendo que o rejeito resultante do processo deverá ser ensacado para posterior recolhimento pelo caminhão de lixo da SLU.

As oficinas da ASMARE – marcenaria, espaço cultural Reciclo, de costura e a de papel artesanal/encadernação – vêm se constituindo num espaço de capacitação, principalmente, de moradores e ex-moradores de rua. Trinta pessoas do Programa de População de Rua da Secretaria Municipal de Assistência Social¹²⁷, foram inseridas nas atividades das oficinas no ano de 2000. O acompanhamento da população de rua inserida, é feito, conjuntamente, pelos educadores sociais da Pastoral de Rua e do Programa de População de Rua. O seu horário de funcionamento, com algumas especificidades como o do Reciclo, é de 9:00 às 18:00 horas.

O horário de funcionamento dos galpões, com seu horário fixo de abertura e fechamento, se opõe, como já mencionado, ao ritmo livre de quando o trabalho era todo feito na rua: é o espaço da fixidez versus o espaço da mobilidade. O associado tem o compromisso de não fazer nenhum serviço de triagem nas ruas, compromisso esse assumido perante a ASMARE e a SLU. Não trabalhar drogado

¹²⁷ Das 81 pessoas inseridas na ASMARE como um todo, em 2000, através do Programa de População de Rua mais da metade (49), se desligou pelos seguintes motivos: alcoolismo/drogas (11 pessoas), questões pessoais (8), baixa produção (6), não adaptação ao trabalho (6), obtenção de outro trabalho (5), ingresso temporário na triagem (5), delitos e problemas judiciários (4), baixa remuneração (2) e problemas de saúde mental (2). Fonte: Relatório Anual de Inserção da População de Rua de Belo Horizonte na ASMARE da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ou alcoolizado, manter a limpeza dos espaços coletivos, participar das reuniões coletivas. Se na rua, os encontros entre os catadores podiam ser fortuitos, nos galpões eles são inevitáveis: há que conviver, há que dividir espaços coletivos...As diferenças nos usos desses espaços emergem, significados diversos lhes são atribuídos. Laços de solidariedade despontam, mas, também, vêm à tona conflitos. Reconhecer o conflito como elemento constituinte dos galpões, não significa tirar-lhes os méritos, mas, simplesmente, reconhecer que eles não têm uma identidade e significado únicos, ou melhor que sua identidade é constantemente criada e refeita de acordo com o engajamento pessoal de cada catador, de acordo com determinadas conjunturas, da forma como os catadores foram aglutinados naquele espaço de trabalho específico, da maior ou menor presença de catadores históricos na composição dos usuários daquele galpão ou mesmo com a maior ou menor presença das assessorias técnicas.

Em geral, os associados gostam e valorizam a existência dos galpões. Alguns resistiram muito e, ainda, resistem ao disciplinamento da atividade que esses espaços implicam, mas reconhecem que houve uma significativa melhoria das condições de trabalho e um aumento da auto-estima e do reconhecimento social. “É claro que mudou muito. O local que nós tá trabalhando, você vê que hoje nós temos galpões. Em vista de outros galpões (depósitos) que têm por aí, ele ganha de 1º lugar”¹²⁸. “Prá tomar banho, antes tinha que pagar no mercado ou na rodoviária. Tinha que sair sujo prá rua”¹²⁹. Com isso, mudou inclusive a relação com o próprio corpo, com a higiene: “antigamente, os associados cheiravam mal nas reuniões. Hoje, isso já mudou. Todos vêm limpos e perfumados. Após os cursos, a Associação mudou muito, mas antes também o pessoal não tinha tempo, nem condições por causa da própria situação dos catadores de rua”¹³⁰.

Bachelard, nos lembra que “...todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa” (1988:200). Os espaços de trabalho, para os catadores, são os espaços de recriação da vida: este é o espírito geral que reina

¹²⁸ Entrevista com Dona Geralda.

¹²⁹ Diagnóstico Participativo da ASMARE.

¹³⁰ Diagnóstico Participativo da ASMARE.

na ASMARE. Isso se expressa em afirmações frequentes feitas pelos catadores de que o “galpão é minha casa”. Como observa Sanchis, estamos longe, no caso da ASMARE, “...do esquema friamente racional das relações de assalariamento cuja universalização constitui o horizonte habitual dos estudos sobre o trabalho no Primeiro Mundo. (...) Aqui, não é possível separar rigidamente o espaço do ‘trabalho’, como lugar da produção, do locus do desenrolar da ‘vida’ na sua frágil plenitude” (2000:35).

Este clima de “casa” é eivado, no dia-a-dia, de conflitos, de formas diferentes de se relacionar com os espaços de trabalho. Como lembra um catador, o galpão “...é como se fosse uma comunidade e toda comunidade tem personalidades diferentes, né?”¹³¹ São os associados os responsáveis pela manutenção da limpeza dos galpões, participando dos mutirões de limpeza, obedecendo a escala de lavagem dos banheiros, varrendo os pátios, ensacando os rejeitos. No entanto, conseguir a participação de todos nem sempre é fácil. Há aqueles que são especialistas em driblar as escalas, tornando o cotidiano de trabalho difícil para todos e, principalmente, para os membros da diretoria e das comissões de trabalho.

Brigas entre os associados acontecem, nos galpões e oficinas, por disputas pessoais, por conflitos gerados a partir da apropriação indevida de áreas coletivas, por abuso de bebida alcoólica. O caso de um catador do galpão da Curitiba suspenso, por 6 meses, da ASMARE por problema crônico de bebida em serviço, é emblemático da complexidade do público integrante da Associação: “se eu sair da ASMARE, eu vou aprontar, vou pegar um revólver e sair atirando por aí. No depósito é difícil, eu não vou dar conta”¹³². Essa história de vida, que não é única, dá conta da responsabilidade colocada sobre a ASMARE. Este catador só consegue ficar longe da marginalidade por estar na Associação. Dá para se ter uma idéia do desafio enfrentado pela ASMARE. Qual seja, o de se manter num mercado da reciclagem cada vez mais competitivo e, ao mesmo tempo, compatibilizar a permanência daqueles indivíduos que vão ficando “para trás”, que

¹³¹ Entrevista de Luiz Henrique, 21/08/01.

¹³² Pedrão; reunião da coordenação colegiada (12/08/01)

não conseguem acompanhar as exigências de disciplina, produção e eficiência do empreendimento.

As exigências geram tensionamentos, reclamações e impasses. A compatibilização das exigências de produtividade esgarçam o tecido relacional, geram dificuldades, inclusive, de participação nas reuniões coletivas, fóruns onde as decisões importantes são tomadas. Assim, ouvem-se reclamações do tipo: “nós somos humanos, não devia ter tanta cobrança na produção” ou “na época que não tinha ASMARE, a gente era muito mais livre. Aqui, a gente tem que obedecer as normas, que nem firma”¹³³. No entanto, como aponta o Diagnóstico Participativo da ASMARE, os associados conseguem perceber que a Associação conseguiu melhorar porque aumentou sua produção, apesar “disto ter afetado o clima de trabalho, criando mais tensão” (p.25). Um catador afirma que “...a ASMARE, está 85% melhor que há três anos. Melhorou a administração. Antes tinha uma briga por dia. Hoje, já tem advertências e o povo sente que tem que respeitar os outros”¹³⁴.

Segundo um catador do galpão da Itambé, os catadores reclamam, mas “...na realidade eles não querem sair; eles falam que a ASMARE é ruim, mas é aquele ditado, só da boca pra fora, né? No fundo do coração, ninguém quer sair. (...) Porque eles sabem das vantagens, nos depósitos as desvantagens são muitas...”¹³⁵.

O que se observa no cotidiano é que o associado sabe, domina o discurso da participação, mesmo que nem sempre o pratique. O não praticar a participação está associado tanto ao “background” do associado, quanto com as crescentes exigências de aumento da produtividade: “...a gente faz reunião prá discutir e eles falam que não têm tempo e tem que descansar um pouco. (...) É a necessidade, porque o material caiu muito. Se o catador catava 2000 kilos, agora ele tem que

¹³³ Extraído do Diagnóstico Participativo da ASMARE.

¹³⁴ Extraído do Diagnóstico Participativo da ASMARE.

¹³⁵ Entrevista com Cláudio, 21/08/01.

catar 3000, 4000 kilos para ele ganhar o que ganhava”.¹³⁶ Há também dificuldades quanto à participação que são relacionadas à uma certa visão utilitarista da ASMARE por parte de alguns associados: “...tem muito catador que está aqui agora, dos 356 sócios, que não viu a fundação da ASMARE, então ele acha que a ASMARE é uma empresa rica, e na verdade, não é. Tudo que ela faz é pra distribuir com nós no final do ano...”¹³⁷. Um agente técnico, menciona, referindo-se à dificuldade em mobilizar alguns catadores para o desfile de carnaval, que muitos perguntam “...a gente vai receber?” No entanto, o mesmo agente acrescenta, referindo-se à predominância de um “gostar de participar” entre os associados que “às vezes a gente escuta uma Taninha, dizer que tá desiludida com a ASMARE, mas mesmo assim participar com garra no desfile de carnaval”¹³⁸.

Apesar da existência das comissões de trabalho, “...na opinião de muitos, quem trabalha mais é a comissão central, responsável pela distribuição do trabalho”¹³⁹. Isto acaba sobrecarregando os membros da Diretoria que se vêm com a dupla tarefa, de combinar as atividades de liderança com o trabalho que lhes assegura a sobrevivência. Um dos coordenadores do galpão da Curitiba fala dessas dificuldades: “...nós somos catadores, né? Nós temos que dar conta da nossa produção e preocupar com nossos ganhos e preocupar, também, com os ganhos de todos. Essa é uma dificuldade que a gente passa. Outra é a participação de alguns sócios que pode ser mais efetiva, entendendo o que a gente está fazendo, o reconhecimento dessas pessoas é pouco”¹⁴⁰. Como acrescenta outro membro da Diretoria:

...prá ser diretor de uma associação do porte da nossa, tem que ter muita consciência, tem que saber mesmo o que é a ASMARE e também conseguir descobrir o outro, não visar lucro para si próprio.

¹³⁶ Entrevista Dona Geralda de 14/08/01.

¹³⁷ Entrevista Dona Geralda, 14/08/01.

¹³⁸ Entrevista com Cristiano Pena do Grupo teatral Cênica Balaiô (10/08/01).

¹³⁹ Diagnóstico Participativo da ASMARE, p.26.

¹⁴⁰ Entrevista de Luiz Henrique, 21/08/01.

*Aqui dentro não pode ter Diretoria que não quer catar papel, que quer ter privilégio, não pode ser assim. Essa vaidade de ser mais que o outro, eu acho que é o que mais desanima as pessoas. Porque quando uma pessoa ganha um cargo e cresce aquela vaidade, então atrapalha muito.*¹⁴¹

Não obstante o esforço de integração feito pela Diretoria, observa-se um certo distanciamento de alguns associados em relação ao aspecto coletivo que implica estar a ela vinculado, quando se ouve frases tipo “lá na ASMARE (significando, Diretoria e administração) decidiram isso...”¹⁴². O uso dessa expressão da ASMARE como significando não o coletivo de associados mas a Diretoria e a administração é observado com mais força nos galpões da Curitiba e da Itambé.

Como a frase acima aponta, há diferenças em termos do envolvimento dos associados de um galpão para o outro ou mesmo entre áreas diversas dentro de um mesmo galpão. O galpão da Contorno, é imbuído de uma significação mítica: é o espaço da resistência, é onde tudo começou, foi onde se deu a ocupação inicial que culminou na fundação da ASMARE. Há neste galpão, uma maior concentração de catadores históricos da ASMARE e também uma maior presença dos agentes sociais da Pastoral de Rua no seu cotidiano de trabalho. Um membro da Diretoria, afirma que “...os outros galpões são muito mais complicados. Agora, eu acho que é que deve ser porque a Diretoria se concentra mais é aqui na Contorno. (...) Na Diretoria tem mais gente antiga”¹⁴³. Os laços de pertencimento neste galpão parecem ser muito mais sólidos que nos outros galpões. Os catadores históricos carregam a história vivida da ASMARE, são portadores da sua memória. Sem memória, não há identidade. Sem identidade, neste contexto, não há cidadania. Uma frase de Dona Geralda, ilustra o poder da memória na constituição da cidadania: “...de onde eu vim, onde eu tô, eu me sinto cidadã”.

¹⁴¹ Entrevista Dona Geralda, 14/08/01.

¹⁴² Entrevista com Cristiano Pena, 10/08/01.

¹⁴³ Entrevista Dona Geralda, 14/08/01.

Neste galpão, há áreas específicas para as oficinas, para os catadores de tração humana e para a triagem dos LEVs e doações, além de nele estar baseados o setor administrativo da Associação e a equipe social. Da produção total de recicláveis da coleta seletiva, este galpão responde por cerca de 53%, assim discriminados: cerca de 17% provenientes da tração humana, 18% de doações recebidas e 18% dos LEVs¹⁴⁴. Em geral, as discussões mais importantes da ASMARE começam a partir do galpão da Contorno para depois se disseminarem para os outros. Há uma maior participação dos associados ali baseados, tanto nas divisões de tarefas de manutenção da limpeza, quanto no envolvimento nas reuniões e demonstrações públicas da ASMARE. No entanto, observa-se uma maior dificuldade de participação, neste galpão, dos associados envolvidos com o trabalho de triagem: o horário de trabalho dos triadores parece permitir uma menor flexibilidade.

O galpão da Curitiba, implantado em 25 de junho de 1994, abriga apenas os associados que trabalham na coleta por tração humana (cerca de 70), que ali realizam a triagem e comercialização do material coletado, respondendo por cerca de 43% da produção total de recicláveis. É o galpão que dá a maior contribuição em termos de participação percentual na produção total da coleta seletiva por tração humana. Este galpão, tem na sua composição uma verdadeira miscelânea de catadores oriundos de diversos pontos críticos de triagem na rua, que tinham pouca relação entre si (afora o caráter, muitas vezes, fortuito dos encontros propiciados pelo viver na rua) e que não eram vinculados à ASMARE: “...aqui também possui o maior número de pessoas que são totalmente diferentes, a nível de cultura. São pessoas difíceis”¹⁴⁵.

Apesar deste galpão significar uma conquista da luta dos catadores da ASMARE, a sua implantação é um caso ilustrativo das dificuldades geradas pelas diferenças entre o tempo político de uma administração pública (a necessidade de se mostrar resultados) e o tempo pedagógico dos sujeitos sociais. Apesar de todo o processo de abordagens de rua e discussões estabelecidas com os catadores

¹⁴⁴ Fonte: Relatório de Estatística GECOL/SLU, setembro/2001.

¹⁴⁵ Entrevista de Luiz Henrique, 21/08/01.

feita pelas equipes da SLU e Pastoral na fase inicial da parceria (durante aproximadamente um ano antecedendo a implantação do galpão), na avaliação da Pastoral de Rua “...não foi permitido, até por uma questão do tempo político, o tempo necessário aos catadores para entender o significado daquela mudança. Na verdade, nós criamos um campo de concentração, que foi extremamente problemático”¹⁴⁶. A administração precisava, principalmente no início da primeira gestão petista, mostrar à cidade a sua capacidade de administrar os problemas: a questão da triagem nas vias públicas era crítico, com sérios transtornos à manutenção da limpeza urbana. As reclamações da população da presença de catadores na rua eram muitas¹⁴⁷, assim, a implantação do galpão da Curitiba era uma prioridade em termos da limpeza urbana.

Observa-se que a questão da menor identidade entre os usuários condicionou enormemente, pelo menos nos seus anos iniciais, a dinâmica participativa neste galpão. O tecido relacional estabelecido neste galpão, mais do que em nenhum outro foi caracterizado, inicialmente, por uma ambiguidade: de um lado relações de afeto e solidariedade e, do outro, hostilidades e brigas (roubos de pertences pessoais, disputas por espaços nos boxes, ciúmes, agressões físicas, não cooperação nas tarefas coletivas, tentativas de lesar a associação como, por exemplo, a colocação de objetos pesados entre os recicláveis para que o fardo pese mais). Situações que reproduzem o clima de incerteza e desconfiança prevalescente nas ruas. Não que isso não ocorresse nos outros galpões, mas nesse a sua intensidade era maior. O sentimento mais generalizado, entre os usuários desse espaço, era o de lhe ser alheio, um sentimento quase de ser um estrangeiro dentro dele.

Mas, no entanto, o cotidiano é capaz de atribuir, pouco a pouco, novos significados aos espaços habitados e novas sociabilidades são construídas. Aqui, a contribuição de Rocha e Oliveira traz pontos significativos para se pensar o

¹⁴⁶ Entrevista com membro da Pastoral de Rua, 10/07/01.

¹⁴⁷ Somente em junho de 1994, a equipe da SLU respondeu a 36 reclamações escritas e 70 por telefone. Fonte: Relatório Parcial – Pesquisa Catadores de Material Reciclável, arquivo CEMP/SLU.

tecido relacional nos galpões quando nos fala da sociabilidade enquanto uma “...experiência de ação e/ou representação social que envolve direta ou indiretamente outros indivíduos, de forma consciente ou inconsciente, e cuja característica principal é a *ritualização do cotidiano* (grifo no original), isto é a reatualização da vida social no cotidiano, seja como processo de construção de novas identidades, seja como processo simbólico de construção de um novo território (real ou imaginário) no plano da vida urbana” (1997:61).

Observa-se, hoje, que os catadores deste galpão já assimilaram mais a lógica da participação, já que as brigas entre eles e mesmo a resistência frente às tarefas coletivas reduziram-se dramaticamente. Isso vem contribuindo para o fortalecimento de laços de cooperação e para a formação de uma maior identificação com o coletivo de associados da ASMARE. Uma série de fatores vem contribuindo para isso: a alocação estratégica de catadores históricos neste galpão, um acompanhamento cotidiano nos primeiros anos da equipe social da Pastoral de Rua e da SLU, o repasse gradual do gerenciamento para os próprios catadores, a rotinização das assembleias mensais do galpão e o próprio amadurecimento dos catadores que ali foram absorvidos, em relação à prática coletiva.

O galpão da Itambé, inaugurado em 1996 e desativado em novembro de 2001, foi inaugurado para atender um grupo de catadores (cerca de 15 à época) que triavam material na chamada área do Perrela, um antigo ponto crítico de triagem na rua, objeto de inúmeras reclamações por parte da população da região devido à sujeira do local. Neste galpão funcionava, também, somente a coleta por tração humana respondendo por cerca de 4% da produção de recicláveis. O catador que é um dos coordenadores do galpão, reporta a diferença desse galpão em relação aos outros: “...aqui é sempre mais trabalho, eles não ligam assim muito pra festa. O negócio deles é trabalho e o catador não pode só trabalhar. Tem que participar das coisas, tem que saber o que está acontecendo. O povo só pensa em trabalho”¹⁴⁸. Apesar da incidência de brigas sempre ter sido menor, o associado deste galpão participa menos dos momentos celebratórios e de luta da

¹⁴⁸ Entrevista de Cláudio, 21/08/01.

Associação, é o que menos incorpora a noção de pertencimento a uma coletividade. Algumas características que diferenciam esse galpão dos outros poderiam ser arroladas: uma composição, quase que exclusiva de catadores desvinculados da memória de constituição da ASMARE, uma menor presença da equipe social da Pastoral no cotidiano, atitude centralizadora e pouco motivadora do coordenador do galpão, grande inadequação do espaço físico e a ausência de catadores históricos. Após a sua desativação, os catadores deste galpão foram incorporados nas áreas de tração humana dos galpões da Curitiba e da Contorno.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a relação dos catadores foi marcada inicialmente, variando de intensidade de um espaço de trabalho para o outro, por uma atitude utilitarista, como reporta um agente da Pastoral de Rua referindo-se à postura prevalescente entre os catadores : “...olha, nós vamos abrir mão do espaço da rua e, para isso, vamos querer toda a assistência dentro dos espaços que estão sendo concedidos para nós”¹⁴⁹. À medida que essa atitude ficou evidenciada, a conduta metodológica das assessorias foi redirecionada, com um afastamento gradual do cotidiano do gerenciamento dos espaços de trabalho. A equipe social da Pastoral, por exemplo, passou a concentrar mais a sua ação nas abordagens de rua a novos catadores e menos na resolução dos problemas cotidianos, propiciando, assim, que o catador assumisse mais a coordenação dos espaços. Nos galpões da Curitiba e da Itambé, a SLU que mantinha, inicialmente, funcionários operacionais que co-gerenciavam o espaço junto com os catadores, foi restringindo, paulatinamente, a sua presença a momentos específicos como assembléias ou a resolução de situações–limite. Esse re-direcionamento da atuação das assessorias, possibilitou aos catadores assumirem mais a responsabilidade pelos destinos da Associação. Hoje, por exemplo, a coordenação do setor operacional da ASMARE é toda feita pelos catadores e, apesar de várias dificuldades, os mesmos vêm acompanhando mais o setor administrativo.

Como se vê, o cotidiano de trabalho e de vida da ASMARE é cravado de riquezas e, ao mesmo tempo, de contradições difíceis de serem equacionadas, com duas

¹⁴⁹ Entrevista Cido, 10/07/01.

exigências, igualmente importantes, para se assegurar a consolidação da ASMARE coexistindo simultaneamente: alto grau de produtividade e eficiência e a manutenção de um alto nível de participação interna, exigências estas, que às vezes parecem se chocar. Como retrata uma catadora: “...quando falta material e o preço tá baixo, a pessoa fica desanimada até de participar de uma reunião, participar da aula, porque não se ganha o dinheiro da semana, o alimento da casa, a pessoa desanima mesmo e passa até a não acreditar mais porquê é difícil”¹⁵⁰

2.8. PRINCIPAIS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO DO PROJETO DE COLETA SELETIVA

Ao longo dos anos, houve um grande avanço em termos do gerenciamento dos espaços de trabalho, da Associação como um todo e do Projeto de Coleta Seletiva SLU/ASMARE. Sem dúvida, a sofisticação das atividades da ASMARE em decorrência do vulto que a experiência foi tomando - tanto pelo seu amadurecimento organizativo, quanto pelas pressões colocadas pela parceria com o poder público, tem colocado cada vez mais ênfase nas exigências de disciplina, eficiência e produtividade que contrastam com as características do público alvo da intervenção – catadores e moradores de rua. Estas exigências estão, às vezes, além da capacidade de resposta de alguns associados.

Por outro lado, há dificuldades que incidem no projeto de Coleta Seletiva, que remetem ao âmbito interno da administração pública. Nesta parte do capítulo, tentaremos sintetizar alguns dos principais pontos de estrangulamento do Projeto de Coleta Seletiva SLU/ASMARE .

Sob o ponto de vista técnico-operacional, as dificuldades mais significativas são:

- **Modelos de LEVs inadequados para a atual conjuntura:** a atual conjuntura social vem impactando negativamente o Projeto, já que com o aumento de catadores de depósito na cidade, os contêineres vêm sendo sistematicamente

¹⁵⁰ Entrevista Dona Geralda, 14/08/01.

depredados com fins de apropriação do reciclável. O atual modelo tipo “gaiola” (vazado) já não se adequa mais à esta realidade devido à sua vulnerabilidade. Além disso, a dimensão do equipamento, às vezes, impossibilita a sua instalação na via pública. Um protótipo de contêiner chapado, aparentemente mais resistente, foi desenvolvido pela equipe do Transporte da SLU já está sendo testado em alguns locais. Esta depredação dos LEVs impacta duplamente o custo do Projeto, tanto na quantidade de recicláveis, quanto nos gastos com a manutenção dos equipamentos;

- **Frequência inadequada de manutenção dos LEVs:** equipamentos corroídos e depredados ficam expostos nas vias públicas comprometendo a imagem do projeto. A SLU não dispõe de pessoal qualificado para fazer o acompanhamento dos contratos de manutenção, o que compromete, ainda mais, esse serviço;
- **Estrutura operacional inadequada ao projeto na SLU:** ausência de local para armazenamento dos LEVs; insuficiente número de lixeiras junto aos LEVs contribuindo para o acúmulo de sujeira no entorno; galpões de triagem inadequados à atividade (por serem alugados, seus espaços sempre foram adaptados para a atividade com o mínimo de investimento possível) e insuficientes em número, o que compromete a descentralização operacional da triagem à outras regiões da cidade, o que, por sua vez, contribui para aumentar o custo do projeto, devido aos gastos com o item transporte;
- **Base operacional problemática na ASMARE:** como por exemplo, alto índice de desperdício do material triado, dificuldades em assegurar a qualidade do material triado e o peso-padrão dos fardos, lentidão na comercialização do produto, incompatibilidade entre o valor da diária paga ao associado triador e o preço de mercado do reciclável, inadequado acondicionamento do rejeito (lixo disperso, ao invés de ensacado) com sérios transtornos causados à equipe de coleta convencional de lixo da SLU, dificuldade na adoção de equipamentos de segurança individual. Estes problemas são decorrentes de uma série de fatores, como: inadequação dos galpões à atividade, ausência de um estudo na área de engenharia de produção (dos tempos e dos movimentos, dos fluxos das tarefas, da localização das prensas/balanças, etc), dificuldades dos associados e funcionários da ASMARE no cumprimento de rotinas de trabalho, entre outros.

Alguns problemas de ordem geral poderiam ser destacados:

- **Dificuldades internas à SLU**, como tempos diversos a serem compatibilizados nos diferentes setores da instituição envolvidos no projeto: mobilização X operacional X planejamento; poucos recursos financeiros para investimento na ampliação da coleta seletiva em outras regiões do município; morosidade interna, típica da burocracia governamental, na viabilização de estrutura organizacional e específica para o projeto;
- **Baixa produção de recicláveis**, onerando a composição dos custos do projeto. Uma série de fatores parecem contribuir para isso: os limites específicos do modelo de coleta seletiva adotado, que exige um alto grau de conscientização do munícipe que tem que se deslocar até o contêiner mais próximo; insuficiente número de LEVs instalados numa cidade do porte de Belo Horizonte, apropriação dos recicláveis por catadores de depósito ou até mesmo por veículos motorizados, limite da capacidade de atuação do catador de tração humana;
- **Sob o ponto de vista da ASMARE**, alguns pontos de estrangulamento podem ser mencionados: baixa profissionalização do associado, em geral, decorrente da especificidade do público; tendência da ASMARE em acionar a parte operacional (solicitando serviços extras como carros-pipa, coleta de lixo fora dos dias regulares, etc) da SLU sem a devida antecedência e/ou mesmo furar com esquemas previamente combinados (isto repercute, por exemplo, nos tempos gastos na coleta convencional e mesmo nos custos, já que horas extras têm que ser pagas aos funcionários da SLU, além de gerar um desgaste desnecessário junto à equipe operacional);
- **Atrasos frequentes no repasse dos recursos do convênio**, que assegure o pagamento das despesas administrativas da ASMARE, por parte do governo local com sérias repercussões no cotidiano da Associação;
- **Falta de uma ação mais concertada entre a SLU e o controle urbano** das regionais no que tange ao disciplinamento da atuação dos catadores de depósito, que assegure não somente a manutenção da limpeza pública, como também que os donos de depósito assumam determinados compromissos em

relação ao trabalho deste catador, propiciando condições de trabalho mais dignas aos mesmos;

- **Articulação deficitária do projeto no campo do desenvolvimento econômico:** inexistência de uma política municipal de fomento à instalação de indústrias de reciclagem, o que debilita o próprio potencial da ASMARE em se constituir numa alternativa de geração de trabalho e renda.

Vimos, neste capítulo, a gênese do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE e seus principais elementos constituintes, tanto nos seus aspectos técnico-operacionais, quanto no universo de trabalho do catador. O desenho dessa política pública tendo como parceiro prioritário o catador de papel, tem como objetivos responder tanto à questão da preservação ambiental, quanto contribuir na construção e no fortalecimento da cidadania dessa categoria social que sempre habitou aquilo que Escorel (1999) chama do “território da infracidadania”. Em que medida o projeto corresponde a esses objetivos, será discutido no próximo capítulo ao examinarmos seus limites e avanços em relação à temática da cidadania.

CAPÍTULO 3 - CONSTRUINDO A CIDADANIA: AVANÇOS E LIMITES DO PROJETO DE COLETA SELETIVA EM PARCERIA COM A ASMARE

*“Escute meu amigo, preste atenção
Trabalhando na ASMARE, sou um
cidadão.”*

Rap dos adolescentes da ASMARE

A linguagem dos direitos faz parte hoje do vocabulário comum à sociedade brasileira, tendo se incorporado aos textos constitucionais, sem contudo ter conseguido se constituir num conjunto de valores coletivos que tenha sua expressão máxima na prática cotidiana que abarca a todos. Ou seja, a cidadania, em nosso país, se constitui num privilégio da minoria educada e abastada, não sendo extensiva à grande maioria dos pobres brasileiros.

Tendo em vista o exposto acima, nos perguntamos: em que medida a parceria em questão vem contribuindo na construção da cidadania dos catadores de papel? Quais são os seus avanços e limites? Em que medida a parceria da SLU com a ASMARE dinamizou o processo de crescimento da Associação? A parceria com a ASMARE contribuiu de que maneira na democratização da máquina pública na SLU e na inauguração de uma nova sociabilidade urbana? Em que pesem os diferentes papéis e lógicas de funcionamento do poder público e da sociedade civil, quais foram as principais tensões e conflitos que permearam a relação dos diferentes atores no estudo de caso em questão? Quais são os principais desafios e perspectivas da parceria para que possamos falar em alargamento da cidadania? São estas as principais questões que procuraremos explorar neste capítulo.

3.1. OS IMPACTOS DA PARCERIA COM O PODER PÚBLICO SOBRE A ASMARE

No setor de resíduos sólidos, modernização sempre foi entendida como mecanização. Os impactos dela decorrentes, sobre os grupos que vivem da

reciclagem informal, sempre foram negligenciados no desenho da intervenção governamental, conforme retrata a literatura (Furedy, 1993; Medina, 1993). “Poor, underprivileged groups ... are particularly vulnerable in times of modernisation and economic change”¹⁵¹, ressalta Furedy (1984:168).

O Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte, tendo como parceiro o catador de papel, representa um significativo avanço em termos de uma política pública de resíduos sólidos voltada para a construção da cidadania, à medida que reconhece o direito ao trabalho dos catadores. Como nos diz Marshall (1967), em seu clássico trabalho sobre a constituição da cidadania na sociedade inglesa, o direito ao trabalho é um direito civil básico. Como vimos no capítulo 1, a luta dos catadores da ASMARE foi, desde o seu início, a luta pelo direito de exercer o seu trabalho (a coleta seletiva) na cidade.

Em Belo Horizonte, esta intervenção do poder público na reciclagem se fez com um claro sentido pedagógico, pois convocou a cidade a participar de uma coleta seletiva que possibilitou novos arranjos sociais: o catador deixa de ser aquele que se beneficia dos restos dos outros e passa a usufruir de uma solidariedade consciente do munícipe (diversa da caridade), que separa seus recicláveis e os leva ao contêiner mais próximo. Esta opção clara do poder público pela implantação da coleta seletiva tendo como parceiro prioritário os catadores, tem um cunho extremamente inovador em termos de política pública de resíduos sólidos. Assim, não somente mobiliza-se a população para a reflexão sobre o desperdício imperante em nossa sociedade, como propõe-se alternativas que vão além dos aspectos meramente tecnológicos. Esta intervenção representa, também, a concretização da conquista dos catadores, expressa na Lei Orgânica Municipal, de que a coleta seletiva fosse feita preferencialmente por cooperativas de trabalhadores.

Esta opção do poder público teve enormes reflexos na melhoria das condições de trabalho e de vida dos catadores. Nosso argumento central aqui, é que a parceria

¹⁵¹ Tradução: Grupos pobres e desprivilegiados... são os mais vulneráveis em tempos de modernização e mudança econômica.

com a SLU permitiu à ASMARE oferecer aos seus membros incentivos como vale-transporte, uniformes, galpões de triagem, LEVs, entre outros, incentivos estes que possibilitaram ampliar o potencial gerador de renda da Associação estimulando o processo associativo. Além disso, a ação pública contribuiu para a mudança de imagem dos catadores enquanto trabalhadores da coleta seletiva, em oposição ao imaginário de mendigo e marginal a eles imputado anteriormente.

O aluguel dos galpões de triagem pela SLU, permitiu à ASMARE estender a sua área de atuação, à medida em que a mesma pôde oferecer espaços de trabalho a um número maior de catadores. O galpões representam proteção contra intempéries, possibilitando aos catadores dormir em casa, o que não acontecia antes, já que eles tinham que zelar pelo material recolhido, dormindo na rua. Isto permitiu a descaracterização do catador de papel como “morador de rua”, passando o mesmo a ser caracterizado como “trabalhador de rua”. Neste aspecto é oportuno lembrar, que o que a intervenção pública faz é dinamizar, acelerar o processo de profissionalização do “trabalhador de rua “ iniciado a partir da organização da ASMARE, fortalecendo esta entidade.

O fortalecimento da entidade representativa dos catadores permitiu acelerar o processo de passagem da “cultura de rua” para a “cultura pública”. Frugoli (1995), assim diferencia as duas: a “cultura de rua”

...tende a uma aversão a qualquer tipo de institucionalização, opera segundo princípios informais, implica algum tipo de “apropriação privada” do espaço público (que não chega a ser propriamente ilegítima, mas tampouco pode ser completamente legitimada), pauta-se por certas regras de transgressão, que, estrategicamente, inserem-se num conjunto de regras e códigos, conhecidos de forma completa apenas por seus integrantes, e estão, na maioria das vezes, em conflito – embora de forma diferenciada – com a ordem estabelecida pelo poder público (p.70).

O autor observa, ainda, que nada impede que grupos de rua encampem lutas pela cidadania, mas esse não seria o seu princípio estruturante. Já a “cultura pública” seria identificada com

...os vários tipos de ocupação do espaço público que impliquem algum modo de organização por parte de instituições – seja partido, sindicato, universidade, categoria profissional, associação de moradores, instituição cultural, etc. -, cujo critério de utilização do espaço passa por algo previamente definido ou minimamente consensual, e que busca antes de tudo a “visibilidade social”, como passeatas, atos públicos, manifestações, performances, festas de rua (p.71).

Já vimos, no capítulo anterior, as dificuldades dos associados em relação à adoção do universo de regras e deveres da ASMARE e dos seus espaços de trabalho, mas vimos também como a linguagem e a prática da participação, do compartilhamento, da resolução de conflitos através da troca de idéias vem paulatinamente criando novas sociabilidades entre os catadores, possibilitando um exercício de uma prática cidadã, compreendida aqui no âmbito do estabelecimento de relações de co-responsabilidade que a gestão do projeto de coleta seletiva em parceria pressupõe. A rua passa a assumir um novo significado: de locus do conflito, para o de eixo estruturador a partir do qual a parceria do poder público se dá com esses trabalhadores de rua.

O repasse de recursos financeiros mensais à ASMARE através do convênio com a PBH, além de assegurar a infra-estrutura administrativa da Associação, possibilita à mesma oferecer incentivos aos associados. Dona Geralda, ressalta a sua importância:

...Essa parceria foi fantástica para nós, mudou muito a nossa vida (...) mudou porque o galpão-sede foi construído mesmo, foi depois da parceria, sem falar no aluguel de outros galpão, a possibilidade do vale-transporte e do uniforme prá nós trabalhar, da água, luz, telefone. (...) A gente pegou experiência com a Coopamare¹⁵² e ela nunca caminhou muito, mas eu acho que é por causa dessa parceria

¹⁵² Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo criada em 1989 a partir do trabalho sócio-pedagógico desenvolvido pela Fraternidade das Oblatas, mesma instituição religiosa que iniciou o trabalho que culminou na fundação da ASMARE.

*do poder público não envolver com eles. Se tivesse envolvido eles tinham caminhado muito mais.*¹⁵³

Esses incentivos tiveram impactos na dinâmica associativa. Observou-se que houve, desde 1993, um significativo aumento no quadro de associados de 31 membros para 355 em 2001.¹⁵⁴ Resgatando alguns dados do levantamento sócio-econômico apresentado no capítulo 2, observamos que 49% das pessoas que se associaram à ASMARE o fizeram por motivos de segurança, 32% por influências, 9% pelo ganho econômico e 10% por outros motivos. Num país onde a “...regulamentação profissional segmenta a sociedade em cidadãos e não-cidadãos...” (Telles,1992, p.42), onde a carteira de trabalho se constitui na verdadeira “certidão de nascimento” do indivíduo, a ASMARE parece representar para seus associados o único porto seguro.

Os dados do levantamento acima mencionado relativos à renda obtida pelos catadores, permitem observar a melhoria nesse quesito, onde se constata que 54% recebiam, em 1998, até 2 salários mínimos contra 9% do universo pesquisado em 1993. Este dado ajuda a aferir a melhoria na qualidade de vida dos associados, refletindo-se num maior acesso a bens de consumo antes inacessíveis aos mesmos.

A introdução da coleta seletiva com LEVs pela SLU possibilitou a criação de uma nova frente de trabalho – os triadores dos recicláveis advindos dos contêineres. Isto abriu oportunidades de trabalho para uma maior incorporação de pessoas com trajetória de rua dentro da ASMARE. Desta forma, os benefícios do projeto de coleta seletiva puderam ser estendidos para além da comunidade tradicional de catadores de papel, reiterando o compromisso político da Associação com a população de rua. Se o compromisso com a população de rua é o mais central, isso não significa, contudo, um isolamento da ASMARE. De fato, a Associação tem feito esforços no sentido de incluir outros grupos no seio da experiência. Um exemplo, é a experiência conjunta, no âmbito do Projeto de Coleta Seletiva

¹⁵³ Entrevista 14/08/01.

¹⁵⁴ Dados da ASMARE

SLU/ASMARE com a Associação dos Moradores da Vila Corumbiara, Barreiro, com a incorporação de 3 moradores desta vila na triagem dos LEVs.¹⁵⁵

A preocupação com a inclusão de outros grupos sociais, contribui para a não fossilização da ASMARE que a própria institucionalização da política pública de suporte aos catadores associados poderia apresentar como risco. Isto contribui na dinamização da experiência em foco e ajuda a evitar o risco, sempre presente, de excessivo fortalecimento de um grupo, em detrimento da diminuição do acesso ao que é público para outros grupos. É curioso observar que a própria existência da ASMARE e o crescimento de sua visibilidade social, vem trazendo benefícios indiretos até mesmo para os catadores ligados aos depósitos. Alguns depósitos passaram a oferecer uniformes e até mesmo, em alguns deles, espaços internos para a triagem do material reciclável. Esta é uma questão importante, pois se esta experiência da coleta seletiva em parceria com a ASMARE não for capaz de estender-se para além dos limites da comunidade organizada dos catadores, a mesma permanecerá limitada e exclusivista, comprometendo a própria idéia de alargamento da cidadania.

A política de mobilização e comunicação social da SLU empenhada em divulgar o nome da ASMARE como parceira da coleta seletiva, associada ao trabalho mobilizatório empreendido pela própria Associação, contribuiu na re-significação do lugar ocupado pelo catador no imaginário social da cidade. O papel da parceria é ressaltado pelo catador Luiz Henrique:

*Hoje a gente vê a ASMARE falada no mundo inteiro e a gente não consegue ver a ASMARE, como ela seria sem a parceria. (...) A SLU foi de vital importância no crescimento da ASMARE, não só pela estrutura que nós temos que veio da SLU, mas a humana também... Os materiais que vieram e a implantação da coleta seletiva que foi toda por conta da SLU...*¹⁵⁶

¹⁵⁵ Esta é uma experiência ainda bastante tímida, com uma série de problemas a serem equacionados que não poderão aqui ser discutidos.

¹⁵⁶ Entrevista em 21/08/01.

Um agente técnico da Pastoral de Rua, sintetiza com suas palavras a contribuição da SLU na dinamização da ASMARE:

A base do projeto, da parceria da Prefeitura, através da SLU a partir de 1993, era o reconhecimento do catador enquanto profissional. Esse reconhecimento conduziu a Prefeitura a estabelecer uma relação de parceria que valoriza o sujeito. Essa parceria se deu através da ampliação da infra-estrutura, da facilitação da chegada dos recicláveis até os galpões, da ampliação do papel produtivo da associação facilitando inclusive a interação da ASMARE com o mercado formal. Ela não atua na informalidade e tem como pano de fundo o estabelecimento de um modelo de coleta seletiva que integra o catador na gestão. (...) A SLU, até o princípio dos anos 90, foi uma instituição que perseguiu esse ator social do município, que é o catador de papel, e que a partir de 1993 conseguiu estabelecer, pelo compromisso dos técnicos da instituição, uma relação de parceria. Essa é para mim a mudança mais consistente. Essa experiência foi acima de tudo um instrumento de politização de vários sujeitos, e não somente do sujeito catador de papel (...).¹⁵⁷

A politização desses outros sujeitos é o que veremos a seguir através da discussão sobre o impacto dessa parceria sobre o poder público, em especial sobre a SLU, e sobre a própria reconfiguração do espaço urbano.

3.2. OS IMPACTOS DA PARCERIA COM A ASMARE SOBRE O PODER PÚBLICO E AS NOVAS SOCIABILIDADES URBANAS

...a gente assistiu nesses últimos tempos em relação à SLU, um crescimento da percepção e da visão política, uma modificação no modelo de gestão da instituição, criando um vínculo efetivo e afetivo muito grande com determinados segmentos que estavam à margem

¹⁵⁷ Entrevista em 10/07/01.

*da própria SLU. Eu falo dos catadores, garis e demais profissionais que sempre foram tratados como sujeitos não qualificados...*¹⁵⁸

Um dos limites iniciais à esta parceria foi a grande resistência do corpo dos funcionários da SLU, acostumados à uma prática coercitiva e punidora da atividade dos catadores. A respeito dos desafios dos governos progressistas Cohn (op.cit.) diz:

...de fato, uma questão comum a todos esses governos está exatamente nos recursos humanos, quer do ponto de vista da sua qualificação, e conseqüente necessidade de reciclagem, quer do ponto de vista de sua formação para se resgatar a cultura do interesse público como eixo fundamental e norteador das políticas governamentais (p.163).

Este desafio de democratização da máquina democrática na SLU, foi enfrentado através de um sistemático processo de qualificação abrangente do servidor e de sensibilização para a adoção de uma nova postura em relação ao lixo e ao catador, em particular, através de instrumentos de comunicação social dirigido ao público interno, como pudemos ver no capítulo 2. Assim, o exercício da cidadania ativa teve que começar “em casa”, através do estímulo à práticas cidadãs cotidianas e processuais como por exemplo a realização do Orçamento Participativo interno, dos encontros com os catadores da ASMARE, dos seminários de planejamento e avaliações setoriais e gerais, da alfabetização dos garis, do incentivo ao desenvolvimento dos talentos artísticos dos funcionários, da participação nos desfiles dos catadores de papel, entre outras atividades.

Um funcionário antigo relembra a primeira vez que os catadores participaram de um seminário interno:

...eu me lembro de um encontro (...) que pela primeira vez os catadores foram na SLU. Eles um pouco assim ressabiados, com medo e aquela cena nunca mais vai sair da minha memória, com

¹⁵⁸ Agente técnico da Pastoral de Rua (entrevista em 10/07/01).

*certeza! Eu me lembro da apresentação de todos eles ...(...) Teve o festival da população de rua, enfim, tudo isso vai aproximando a gente do pessoal, entendendo o drama de todo mundo, a história do catador (...) Você olha além do que está pré- estabelecido...*¹⁵⁹

Um funcionário operacional, também, registra a mudança de mentalidade:

*...porquê naquela época sempre houve conflito de funcionários da limpeza urbana com os profissionais catadores de papel e hoje não se vê mais isso. Seja ele da ASMARE ou particular, não se vê mais isso (...) Isso foi um mérito da cidadania entre os funcionários da SLU e esse pessoal que trabalha aí fazendo o seu trabalho de catação de papel nas vias públicas...*¹⁶⁰

Uma gari, com 21 anos de casa, referindo-se aos galpões diz:

*tem um na Curitiba, tem na Contorno, no Castelo Branco. Lá tem um movimento lindo... Tem festa, tem circo. Eu fico querendo entrar lá, mas como tem crianças lá eu fico esperando uma oportunidade prá fazer uns bombonzinhos prá agradar as crianças. Eu tinha vontade de passar um dia com eles ali brincando, contando histórias.*¹⁶¹

A parceria com a ASMARE introduziu componentes democráticos na estrutura hierárquica e funcional da SLU, possibilitando uma verdadeira transformação das estruturas de poder internas. A SLU teve que aprender (e ainda está aprendendo) a conviver, negociar, trabalhar e festejar com esse sujeito social que emergiu a partir da constituição da ASMARE. Os efeitos sob o ponto de vista de uma nova mentalidade e de uma nova forma de se relacionar com os catadores são visíveis até para aqueles ligados aos depósitos. Existe toda uma afetividade, uma sensação de orgulho, de pertencimento unindo os funcionários aos catadores: “olha, todas, eu ando em todas as unidades...Todas as áreas, todo mundo gosta e

¹⁵⁹ Entrevista em 12/03/01.

¹⁶⁰ Entrevista 15/03/01.

¹⁶¹ Questionário aplicado em 11/07/01.

se sente bem em saber que nós temos uma ASMARE como parceira, que no projeto temos diversos funcionários de diversas áreas...”¹⁶²

Vimos no capítulo 2, como a natureza do território ocupado exerce um papel configurador da rotina de trabalho do catador. No entanto, a presença do catador exerce também um papel reconfigurador do espaço urbano, imprimindo - através das suas formas de circulação pela cidade, de seus espaços apropriados, de sua estética inusitada e das redes de cooperação estabelecidas - a sua marca, permitindo que novas sociabilidades sejam inauguradas. A presença da ASMARE no cenário urbano problematizou o estigma de mendigo imputado ao catador de papel e ao morador de rua, trazendo à cena pública um sujeito também portador de possibilidades e não somente de mazelas e debilidades. A ASMARE trouxe, também, para a agenda da cidade a associação das questões ligadas à preservação ambiental com as ligadas ao direito ao trabalho, possibilitando, assim, a constituição de toda uma rede de solidariedade em torno da entidade.

A incorporação do catador na agenda da cidade, seu reconhecimento social como profissional da coleta seletiva é inegável hoje. Disso dão testemunhos não só os prêmios recebidos pela ASMARE, como também a representação da figura do catador em várias exposições de arte importantes da cidade, como por exemplo, o presépio que anualmente o Colégio Arnaldo expõe publicamente por ocasião dos festejos natalinos ou a exibição comemorativa aos 500 anos do Brasil no Palácio das Artes. Ou mesmo na forma carinhosa e respeitosa usada pela mídia em relação aos catadores. É a estética do catador sendo incorporada aos espaços “nobres” da cidade.

A ocupação de determinados espaços, traz até mesmo uma certa humanização das áreas ocupadas. Relatos dos catadores da ASMARE e de agentes pastorais, mencionam diversas manifestações de aprovação à existência, por exemplo, do galpão-sede da Contorno, por parte de munícipes do seu entorno, com menções explícitas à sensação de se ter hoje uma maior segurança nessa área, tradicionalmente, associada a roubos e furtos.

¹⁶² Entrevista 14/03/01.

O que se pode perceber é que a contribuição da ASMARE inclui não só a possibilidade do exercício da governança na gestão local, como também a disseminação de todo um feixe de valores e de práticas solidárias entre os catadores e a população de rua – constituindo-se num espaço de socialização à prática democrática entre os mesmos – e entre estes e a cidade.

3.3. A DINÂMICA DO RELACIONAMENTO PODER PÚBLICO/ASMARE: IMPASSES, AVANÇOS E LIMITES DO PROJETO

No capítulo anterior, vimos que para viabilizar o projeto da coleta seletiva em parceria com a ASMARE, foi necessário todo um re-arranjo institucional não somente para a viabilização da infra-estrutura técnico-operacional, mas também na criação de canais de comunicação com a sociedade que permitissem um maior engajamento dos cidadãos em geral, e, em particular, daqueles sujeitos sociais mais marginalizados no âmbito da limpeza urbana – os catadores.

Nesta parte, discutiremos os limites e avanços do projeto, bem como a dinâmica do relacionamento entre o poder público e a ASMARE com seus impasses e as saídas encontradas.

3.3.1. A evolução dos instrumentos legais de sustentação da parceria

Observa-se, que além da inadequação em termos de sua infra-estrutura técnico-operacional para implantação da coleta seletiva incidiram, também, sobre o projeto dificuldades relacionadas à incipiência de instrumentos legais que permitissem assegurar a viabilização de um projeto de cunho ambiental e social direcionado a um público com tantas especificidades como o dos catadores.¹⁶³

Em termos de legislação municipal, os catadores através de toda uma articulação política obtiveram a inserção na Lei Orgânica do Município de um dispositivo que tornasse possível a sua incorporação numa eventual implantação da coleta seletiva. Assim, inseriu-se na Lei Orgânica de BH (1990), no capítulo III, que trata do saneamento básico, no art. 151, inciso VII o seguinte texto:

“A coleta e a comercialização dos materiais recicláveis serão feitos preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho.”

Não há uma menção explícita dos catadores no texto, mas apesar de tímido, é com esse dispositivo legal que se possibilitou destinar aos catadores de papel, anos mais tarde, os materiais recicláveis depositados pela população nos LEVs, sendo o mesmo o elemento justificador do convênio firmado entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra. É necessário dizer, porém, que esse entendimento jurídico não é uniforme, surgindo vez ou outra, alguns questionamentos sobre a legalidade dessa parceria, da destinação de recursos públicos para o empreendimento, e até da doação dos recicláveis feita pela SLU à Associação dos Catadores de Papel.

¹⁶³ Estas reflexões foram, inicialmente, sistematizadas por Dias et all (2000) em “Coalizões para a mudança: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte em parceria com a Associação dos Catadores de Papel”, no I Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, Belo Horizonte, 13-15 de dezembro de 2000.

Observe-se aqui, que apesar desse dispositivo ter sido introduzido em 1990 é somente em 1993 que haverá uma convergência da capacidade reivindicativa dos catadores com a vontade política de uma gestão local participativa, que irá se consubstanciar no Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE.

Ao se considerar o estabelecimento dessa parceria, do ponto de vista do poder público, fica evidenciado que este, também, não encontrava na legislação em vigor os elementos necessários para uma atuação mais inclusiva na gestão dos resíduos sólidos.

Observe-se, especialmente a Superintendência de Limpeza de Urbana. Regida pela lei municipal 6290/92, essa autarquia municipal tem como atividade fim a execução dos serviços de limpeza da cidade. Todavia, a referida lei não contemplava a incorporação dos serviços que a concepção de gestão integrada de resíduos sólidos a ser implementada, a partir de 1993, pressupunha. Era necessário, também, superar a crença socialmente compartilhada de que cabe exclusivamente ao poder público a manutenção da limpeza da cidade, para a adoção de uma outra, a perspectiva que admite e exige a participação cidadã para se alcançar os níveis desejados de limpeza urbana e de um ambiente saudável.

Para atingir esse objetivo, foi criada em 1993, a AMS – Assessoria de Mobilização Social, que se incumbiria desde então de realizar as atividades sócio-pedagógicas junto à população belorizontina. Entretanto, tratava-se de uma instância limitada na estrutura da autarquia.

Composta por uma equipe multidisciplinar, a AMS passou a ser um novo agente entre o poder público (apesar de nele inserido) e a sociedade civil, não só no que diz respeito à gestão dos resíduos sólidos, mas também na transformação do imaginário social sobre o catador. Este passa sempre a ser apresentado perante a sociedade, em todos os espaços de atuação da equipe de mobilização social, como um trabalhador, como parceiro do poder público, e como pioneiro de uma tarefa ambiental importante, a coleta seletiva.

Porém, a existência de um trabalho de mobilização social, atrelado à estrutura organizacional da SLU apenas em forma de assessoria técnica, representava enorme fragilidade do ponto de vista da continuidade desse serviço, em tempos de alternância do poder político na cidade. E a supressão da mobilização social representaria, sem dúvida, um retrocesso na consolidação do empreendimento ASMARE.

Somente em meados do ano 2000, é que a autarquia conseguiu incorporar de forma mais consistente em sua estrutura o serviço de mobilização social, em forma de Departamento. Isso ocorreu com o advento da Lei 8052/2000 que dispoñdo sobre a alteração na estrutura da SLU criou o Departamento de Mobilização, atribuindo legalmente à referida autarquia, o exercício da atividade pedagógica educacional, e de fomento e assessoria técnica à cooperativas parceiras, notadamente a ASMARE. Vejamos alguns de seus dispositivos que têm relevância para a parceria:

“Art.1º - Fica criado o Departamento de Mobilização Social da Superintendência de Limpeza urbana –SLU, responsável por promover o envolvimento, a sensibilização e a conscientização da sociedade em relação ao manejo ambientalmente saudável do resíduo sólido”.

“Art3º - Compete ao Serviço de coleta seletiva:

III – desenvolver atividade específica de apoio a cooperativa de trabalho parceira, objetivando sua inserção definitiva no mercado de reciclagem e geração de ocupação e renda para a população carente”.

Essa institucionalização do serviço de mobilização social contribuiu no processo de consolidação dessa política pública. Observa-se, também, que em sua atividade sócio-pedagógica, a SLU encontra-se em afinidade com o estatuído pela Lei 9795/99 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, que atribui também aos órgãos municipais a responsabilidade da educação, inclusive aquela não formal, a exemplo do que a autarquia de Belo Horizonte realiza:

“Art. 7º - A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA , instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados e dos Municípios...

Art. 13 – Entendem-se por educação ambiental não formal as ações práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.”

O tratamento dado à questão ambiental pela Constituição de 1988 tem , sem dúvida, grande reflexo no mundo social e jurídico. Os princípios estabelecidos no capítulo 225 de nossa Carta Magna, tais como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a natureza pública da proteção ambiental associada à participação social, dentre outros, corroboram a necessidade do fortalecimento de projetos tais como o desenvolvido na parceria em questão.

Atualmente, reflexo da emergência de uma legislação ambiental, mas também em decorrência de atuações mais incisivas dos organismos competentes, a parceria ASMARE e poder público tem se beneficiado de algumas exigências impostas à sociedade, que visam a minimização dos impactos ambientais, principalmente os relativos aos resíduos sólidos.

Mais especificamente, por exemplo, podemos nos referir às medidas relativas ao licenciamento ambiental para os empreendimentos urbanos, para os quais se têm determinado a execução de medidas redutoras de impacto ambiental, em grande parte relacionadas à implementação de coleta seletiva.

Assim, empreendimentos de conjuntos habitacionais, supermercados, shoppings e outras obras têm sido impelidos, por força da ação de órgãos como o COMAM – Conselho Municipal do Meio Ambiente, e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a fornecer contêineres para a coleta seletiva, nas regiões onde são implantados.

Esse fato representa um reforço ao Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte, tanto no que diz respeito à SLU, uma vez que a determinação desses órgãos segue a orientação do modelo desenvolvido pela autarquia, como também à ASMARE, que se beneficia dessas medidas, ao ser a destinatária preferencial para os recicláveis oriundos de tais empreendimentos. Verifica-se, portanto, que com a crescente atenção dada à problemática ambiental e em decorrência da evolução dos instrumentos legais que se materializam, a experiência da parceria ganha fôlego, sem porém, poder-se afirmar que tal situação seja uma garantia efetiva de sobrevivência desse empreendimento.

O que nos parece oportuno salientar, é que apesar dos instrumentos legais permitirem a manutenção da parceria, a concretização do direito explicitado pela lei, em grande parte, só ocorre com o engajamento e organização, sobretudo nos casos de grupos excluídos, tais como o segmento dos catadores de papel. Nem sempre, como observou Marshall (1967), direitos reconhecidos em princípios são realmente usufruídos na prática. Daí a importância da participação engajada dos interessados.

3.3.2. Os limites da ação multisetorial no projeto

Vimos no capítulo anterior que a gênese do projeto de coleta seletiva se deu na então Assessoria de Mobilização Social da SLU. A forte dimensão social e participativa do projeto, nos parece estar associada ao fato do mesmo ter sido gestado e coordenado dentro desta assessoria. Se por um lado, isto fortaleceu os aspectos inclusivos do projeto, por outro, o fragilizou sob o ponto de vista técnico-operacional, evidenciado pela reduzida equipe desta área disponível ao projeto, o que muito comprometeu a capacidade de resposta aos vários desafios colocados pelo gerenciamento dos aspectos operacionais e da própria assessoria técnica prestada à ASMARE como um todo.

Observa-se que o projeto de coleta seletiva da SLU, tendo como parceiro prioritário os catadores de papel, afina-se com a política de assistência social direcionada à população de rua implementada desde 1993. No entanto, a articulação dessa política no campo do desenvolvimento econômico se mostrou

deficitária. Ou seja, faltou ao município uma política de fomento à instalação de indústrias de reciclagem no município. Ora, incentivos ao desenvolvimento de um pólo de reciclagem poderia contribuir para o aumento da demanda de produtos reciclados maximizando o crescimento econômico da ASMARE. Isto poderia refletir, também, na ampliação das chances de incorporação de outros grupos nos benefícios da geração de renda, a partir do reaproveitamento e da reciclagem dos resíduos sólidos. Na verdade, esta antinomia entre política social e econômica revela tanto a ausência de um projeto de desenvolvimento local por parte do governo municipal, quanto a falta de tradição intersetorial no enfrentamento da questão social.

É óbvio que há um limite à ação local no enfrentamento das questões sociais que remete ao modelo de desenvolvimento econômico implantado no país que, como coloca Cohn, "...conspira contra a redistribuição de renda no país e contra investimentos na área social (1998:189)". Daí então a importância das ações e programas concertados, integrados multisetorialmente.

Esta questão da ação multisetorial, pode também ser ilustrada pela incapacidade da administração pública em estabelecer uma ação concertada junto aos donos de depósitos de recicláveis na cidade, no sentido de pressionar os mesmos a melhorarem as condições de trabalho dos catadores a eles vinculados. É verdade que nos primeiros anos do estabelecimento da parceria era necessário concentrar a ação somente no suporte à ASMARE, como uma forma estratégica de fortalecê-la enquanto entidade representativa dos catadores. No entanto, há que se atentar para a dura realidade daqueles catadores que por limites diversos, muitos dos quais ligados aos traços culturais e à dolorosa história de vida que determinam um modo de vida avesso à disciplina, ao cumprimento de normas sociais exigidas no cotidiano dos galpões, não conseguem se associar à ASMARE. Estes catadores continuam triando recicláveis nas ruas, já que a maioria dos depósitos não oferece espaços de triagem para os mesmos no seu interior. A prefeitura dispõe de instrumentos de controle urbano que poderiam, se aplicados, pressionar os depósitos no sentido de oferecerem condições dignas de trabalho aos seus catadores. Não cabe à SLU, sem dúvida se responsabilizar por esta ação, mas cabe-lhe, no entanto, fazer as articulações necessárias para viabilizar

tais ações, tendo em vista que o trabalho dos catadores, seja ele organizado ou ligado aos depósitos, constitui-se num serviço público que contribui na redução do volume de lixo a ser aterrado pela municipalidade. Ao longo desses anos muitas transformações já ocorreram na relação entre os donos de depósito e os catadores a eles associados, mas isso é fruto menos de uma ação concertada da PBH, do que ao temor manifestado pelos donos de depósito frente ao crescimento da ASMARE.

3.3.3. Os limites do associativismo entre os catadores

A questão apontada acima, nos remete à discussão dos limites relativos à capacidade organizativa dos catadores. No capítulo 1, já havíamos explorado alguns desses limites, tais como, o baixo nível de confiança mútua que se traduz no baixo grau de associativismo, as pressões dos intermediários da reciclagem, a falta de agentes mediadores externos catalisadores do processo organizativo, entre outros.¹⁶⁴ O que observamos, a partir do nosso estudo de caso, é que a lógica dos resultados, ou seja dos incentivos econômicos estimuladores da participação e do associativismo vem sendo importante na ampliação do quadro de associados da ASMARE, mas não tem sido, contudo, suficiente para assegurar uma adesão mais generalizada à ASMARE por parte dos catadores de depósito.

Estes catadores parecem enxergar na normatização da vida produtiva e social dos galpões da ASMARE, um obstáculo à sua “liberdade” de trabalho e de ir e vir. A sua forma livre se oporia ao mundo dos galpões com seus horários de funcionamento, de produtividade mínima, de espaços coletivos para serem administrados, de participação na dimensão reivindicativa da Associação através das manifestações públicas, passeatas, enfim, os momentos de luta. Esses indivíduos ao idealizarem a sua vida “livre” criam, inclusive interpretações que o levam a justificar a sua desqualificação profissional, resistindo ao ingresso na

¹⁶⁴ O limite colocado à adesão ao cooperativismo pela cultura de resistência ao ato de se associar parece ser uma realidade também na Colômbia: dos 300.000 recicladores, somente 10% estão organizados, segundo Paul Singer (1º Congresso Nacional dos Catadores de Papel, 04 a 06 de junho 2001, Brasília).

Associação. A ASMARE parece representar para esses indivíduos a figura do grande patrão que com suas regras dificulta e limita a flexibilidade do catador. Ou seja, ela acaba por representar a lógica escravizante do trabalho com todas as suas normas.

3.3.4. As lógicas e papéis diferenciados

Já vimos como a SLU passou a não mais enxergar o catador como inimigo, legitimando suas reivindicações históricas e abrindo espaço para a criação de canais de co-gestão da política pública de coleta seletiva, inscrevendo estas reivindicações no campo dos direitos. Assim, o poder público, com sua prática, não somente abriu espaço para ser influenciado em sua dinâmica de funcionamento, como também para influenciar a própria ASMARE. Essa interação é contudo permeada por uma série de tensões que se referem à própria lógica de funcionamento diferenciada tanto do estado, quanto da sociedade civil.

Cohn, em sua análise dos governos municipais e políticas sociais, registra a dinâmica tensão que marca a relação Estado/Sociedade, sobretudo quando envolve as organizações populares. “O que ressalta, aqui, é a tensão e a difícil negociação entre a racionalidade política da administração, a racionalidade técnica da máquina administrativa e as necessidades e demandas das organizações populares e da comunidade...”(1998:167). Ainda, como colocado por Cohn, “...os limites entre cooptação, cumplicidade e efetivo controle público da gestão...” são “... extremamente opacos e muito pouco precisos” (p.168).

De fato este é um risco sempre presente, e muitas vezes negligenciado, nos desenhos de projetos e programas que buscam estabelecer uma relação democrática entre Estado e Sociedade. As tensões entre as exigências do tempo político da administração (das realizações do poder público), que exige resultados rápidos e eficientes cobrados pelo munícipe e o tempo pedagógico (processo educativo), que tem que respeitar o ritmo e as fases do desenvolvimento da personalidade de cada catador de papel estiveram sempre presentes nesta parceria entre ASMARE e o poder público. Soma-se a isso o fato de que no passado a SLU era a responsável pelas chamadas “operações limpeza” que

brutalmente removia os catadores das ruas, sendo, portanto, natural uma resistência inicial dos catadores, da Pastoral de Rua e da Cáritas à SLU em função do passado recente de perseguições à qual a instituição estava associada.

Alguns fatores que contribuíram na superação dessa resistência inicial à SLU e na compatibilização dos diferentes tempos das instituições parceiras poderiam ser arrolados. Um dos fatores é que o grupo que assumiu a gestão da SLU em 1993, na gestão do então prefeito do Partido dos Trabalhadores, Patrus Ananias, era composto por pessoas que já faziam parte da rede de solidariedade articulada pela ASMARE e/ou já vinham com uma trajetória profissional, sintonizada com a compatibilização dos aspectos sociais e tecnológicos na gestão de resíduos sólidos. Talvez possamos levantar a hipótese de que essas ligações interpessoais possam ter desempenhado um papel importante na superação dos problemas ligados à desconfiança e à falta de tradição cooperativa entre governo e sociedade civil, na experiência em questão. O fato desta equipe técnica ter permanecido na SLU, na mudança de governo, ocorrida no início de 1997, quando a coligação do PSB/PMDB ganhou as eleições encabeçada pelo Dr Célio de Castro, vice-prefeito na gestão do PT, parece também ter contribuído na consolidação das relações SLU/ASMARE já que houve continuidade na linha de trabalho implementada na limpeza urbana.

O segundo fator que nos parece pertinente salientar é que numa história que sempre foi marcada pelo conflito, como era o caso da relação existente entre SLU e catadores de papel pré 1993, a gestão compartilhada do projeto de coleta seletiva estabelecida desde o início criou as condições para o estabelecimento de uma relação de influência mútua. Ora, parceria não é a expressão de interesses altruístas, mas de desejos compartilhados. Assim, a construção de coalisões só se dá a partir do reconhecimento das alteridades dos sujeitos e de seus diferentes tempos, a partir da construção de propostas concretas e de ações conjuntas e, fundamentalmente, a partir da criação de canais onde um parceiro possa influenciar o outro.

Há que registrar também que, apesar de toda a morosidade característica da máquina pública, o empenho do poder público em garantir os compromissos

assumidos, especialmente os relativos à infra-estrutura mínima necessária aos catadores com a maior agilidade possível era visível aos olhos da ASMARE, Pastoral e Cáritas, tendo isto contribuído no estreitamento das relações entre os parceiros.

A definição dos papéis específicos de cada parceiro também foi fundamental. Neste sentido, a constituição da coordenação colegiada do empreendimento social ASMARE, em 1997, composto pela diretoria da ASMARE e pelos parceiros governamentais e não governamentais da associação, teve importante papel enquanto fórum de planejamento estratégico e de avaliação das ações, contribuindo para a integração das diferentes abordagens de cada parceiro.

Esta explicitação dos papéis de cada parceiro foi se dando de uma forma gradual. A definição de papéis é um jogo dinâmico onde definições e redefinições são feitas de acordo com: a conjuntura política local, o grau de comprometimento do quadro técnico nas instituições públicas, com o grau de organização interna atingido pela entidade parceira da sociedade civil e com a sua maior ou menor autonomia gerencial e financeira, ou de acordo com os objetivos estratégicos das assessorias, entre outros. O que vem sendo essencial, nesta experiência, é o reconhecimento dos espaços diferenciados ocupados por cada parceiro, assim como dos seus diferentes tempos políticos e pedagógicos.

Sem dúvida, na prática, é difícil manter a clareza necessária dos papéis que cada parceiro ocupa na interação. No sentido de manter a legitimidade de algumas ações muitas vezes torna-se necessário “retroceder” para reconhecer o espaço e lugar das ONGs envolvidas, da administração pública ou dos próprios catadores e poder, então, tentar avançar sem competitividade nem estrangulamentos. Uma questão que nos parece relevante apontar, é a importância do funcionamento regular das instâncias de planejamento e avaliação existentes, na manutenção da relação sinérgica entre parceiros. Pudemos observar dificuldades quanto aos papéis e uma certa falta de sintonia entre SLU/ASMARE que correspondem aos momentos de enfraquecimento da regularidade de reuniões das instâncias no âmbito da parceria. Ora, como já observava Coleman, “...as relações sociais se extinguem se não forem mantidas; as expectativas e as obrigações se esvanecem

com o tempo; e as normas dependem da comunicação sistemática” (1994:321), já que as relações continuadas acabam por invocar confiança. Quanto maior for a comunicação entre os parceiros, maior a disponibilidade e facilidade em cooperar um com o outro e maiores serão as chances de aumentar o estoque de capital social¹⁶⁵ da sociedade como um todo.

A esse respeito, a equipe técnica da SLU, por exemplo, teve que aprender a exercitar com sensibilidade social o seu papel técnico-operacional na parceria, sem contudo tomar a si a responsabilidade dos aspectos mais ligados ao campo da assistência social que trabalhar com um público como os catadores e a população de rua implica.

Mas muitas vezes, no afã de inaugurar uma nova relação com esse segmento, a ação da SLU resvalou para um certo paternalismo. Tome-se como exemplo, a questão da coleta convencional do rejeito proveniente da triagem feita pela SLU nos galpões. A condição sine-qua-non para a realização da coleta convencional do lixo na cidade como um todo é que o mesmo seja disposto ensacado. Apesar do trabalho constante de orientação aos catadores em relação às pré-condições para realização dessa coleta, esta sempre foi uma grande dificuldade encontrada pela equipe operacional da SLU nos galpões, pois o lixo é colocado solto para a coleta, o que causa sérios transtornos à equipe de coletores, já que atrasa o cumprimento do roteiro de coleta nos outros pontos previstos, chegando a onerar os custos dessa coleta em função do pagamento de horas-extras aos garis e motoristas. Este caso é ilustrativo dos conflitos internos dos funcionários operacionais da SLU, pois o procedimento normal seria advertir o munícipe do problema e em caso de persistência interromper a coleta até que a padronização seja cumprida. Na prática, o que acontece é que a advertência é feita, reuniões são realizadas com os catadores para instrução a esse respeito, mas na hora da coleta o encarregado do serviço acaba por não interromper a mesma “por pena dos catadores”. O exemplo em questão também é revelador da dificuldade dos catadores em relação à normatização do seu trabalho.

¹⁶⁵ O capital social refere-se às características das organizações sociais – como redes, normas e confiança – que aumentam o potencial produtivo de uma sociedade, mediante a facilitação de ações coordenadas. Ver Putnam (1996) e Coleman (1994).

3.4. AUTONOMIA X COOPERAÇÃO: POLOS EXCLUDENTES OU COMPLEMENTARES?

As relações de cooperação entre gestões democrático-populares e a sociedade civil, conquanto serem importantes para o estabelecimento de governos mais porosos e para o exercício da governança, trazem também o risco da perda de autonomia. A respeito da autonomia, Doimo observa ser a mesma, uma noção amplamente reapropriada pela Igreja e pela esquerda se constituindo num típico valor

...referido ao moderno conceito de participação política que implica o estabelecimento de limites entre Estado e sociedade e, não por acaso, surge com o Estado moderno para representar justamente a separação entre a ordem temporal e a ordem corporativo-religiosa da Idade Média. No entanto, é carregada de enorme ambivalência na medida em que tanto pode significar um liberalismo humanista, que reivindica os direitos de cidadania contra toda nova forma de despotismo, como pode ser traduzida por um liberalismo à direita que, ao reivindicar as vantagens do mercado contra o Estado intervencionista, é capaz de sacrificar a democracia (1995:239).

Se a autonomia em relação ao Estado constitui-se na essência da sociedade civil, é oportuno, contudo atentarmos para o fato de que essa autonomia é relativa. Para que as organizações civis possam ter alguma influência nas políticas públicas, as mesmas têm que se relacionar com o Estado. Como observam Hadenius & Uggla, “total independence is virtually incompatible with political influence”(1996:1628)¹⁶⁶. Estes autores observam que o conceito de sociedade civil¹⁶⁷ denota uma certa área da sociedade que é dominada por algum tipo de interação. A área em questão seria o espaço público entre o Estado e o cidadão individual (ou domicílio). A sociedade civil se distinguiria, também, pelo fato de

¹⁶⁶ “Independência total é quase incompatível com influência política”.

¹⁶⁷ Para uma síntese sobre a história desse conceito ver Vieira (1999).

que as atividades nela contidas assumem uma forma organizada e coletiva e pela existência livre e independente, do reino do Estado, de suas organizações.

A sociedade civil seria acima de tudo um conceito relacional. Os autores acima argumentam que a relação sociedade civil e Estado é caracterizada pela influência mútua. O Estado precisa da sociedade civil para atingir seus objetivos se realmente deseja adquirir uma capacidade real de implementar suas políticas públicas. Por outro lado, o Estado teria a habilidade de fortalecer a sociedade civil, oferecendo uma série de pré-condições necessárias ao sucesso de projetos que envolvam o uso de recursos públicos (“common”).

Posto dessa forma, torna-se, assim, fundamental o estabelecimento de redes e a constituição de alianças não somente entre os diversos atores da sociedade civil, mas também entre esta e o Estado para o alavancamento do desenvolvimento político, econômico e social de uma dada sociedade. Sendo assim, a questão da autonomia poderia ser repostas nos seguintes termos: para que um determinado ator estabeleça um relacionamento é necessário fortalecer a sua capacidade de se expressar por conta própria. Como colocado por Ruscheinsky:

Qualquer mobilização carece de uma dose de autonomia para elaborar um discurso apropriado às suas metas, para estabelecer relacionamentos com outros setores sociais, para a negociação de reivindicações, pois somente se estabelecem relacionamentos de entendimento ou confronto na medida em que há um corpo de idéias próprias ou um campo de determinação (1999:151).

Muitas vezes, a preocupação com a questão da autonomia e da identidade pode ser uma reiteração da recusa à institucionalidade. No entanto, quando assume-se um conceito de sociedade civil com esse caráter relacional como exposto acima pode-se tomar a questão da afirmação da identidade das organizações sociais frente ao Estado como estratégia para se reforçar a elaboração de políticas públicas, pode-se através do estabelecimento de relações de cooperação aproveitar do apoio para gerar mais autonomia.

É dentro dessa perspectiva de que autonomia e cooperação não seriam polos, necessariamente, excludentes é que gostaria de tecer algumas reflexões sobre a dinâmica de relacionamento entre o poder público e a ASMARE dentro da parceria em foco. No entanto, gostaria de propor, em caráter tentativo, uma certa periodização da luta dos catadores da ASMARE que nos remeterá a algumas reflexões sintéticas em torno da temática dos movimentos sociais, para então mover-nos para a análise da relação poder público/ASMARE, propriamente dita. Partimos do pressuposto que a interação poder público /ASMARE sofrerá influências que se remetem, fundamentalmente, à conjuntura política municipal e à variação nos objetivos estratégicos da ASMARE e sua assessoria, a Pastoral de Rua.

3.5. ASMARE: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO – DE MOVIMENTO REIVINDICATIVO A MOVIMENTO SOCIAL?

Pode-se sumarizar a luta dos catadores da ASMARE a partir da seguinte periodização:

1ª FASE: (1988-1993)- A luta pelo direito ao trabalho: a constituição de um movimento reivindicativo.

2ª FASE: (1993 –1998) – A fase interativa com o poder público: espaço de experimentação de uma política pública de resíduos sólidos inclusiva.

3ª FASE: (a partir de 1999): A ampliação do raio de atuação – o papel desempenhado na constituição de um movimento de catadores de papel e da população de rua a nível estadual e nacional.

Nos capítulos 1 e 2, já nos debruçamos sobre as duas primeiras fases acima mencionadas. A seguir, traçaremos algumas considerações a respeito da terceira fase, ainda em caráter muito exploratório e sintético não só por ser ainda muito prematuro se fazer uma análise crítica desse momento, como também porque nos demandaria todo um arcabouço teórico-metodológico sobre movimentos sociais que fugiria ao escopo deste trabalho.

Segundo Azevedo & Mares Guia, os movimentos sociais clássicos poderiam ser definidos, sob o ponto de vista sociológico, “...como manifestações de organizações coletivas orientadas primariamente para fins de natureza normativa ou ideológica”, enquadrando-se nesta classificação os movimentos pacifistas, ambientalistas, contra a discriminação social, etc. Isto não significa, contudo, “...que estes movimentos não possam se envolver em atividades voltadas para ganhos instrumentais ou reivindicações negociáveis. Entretanto, dão ênfase à defesa de ‘bens coletivos não-negociáveis’ tais como a igualdade entre gênero e raça, a defesa do meio-ambiente, da paz, entre outros” (2000:3).

Já os movimentos de caráter reivindicativo (associações de bairro e de favelas, movimentos por transporte ou por moradia, de defesa do consumidor), teriam como principal objetivo o desenvolvimento de ações junto ao Estado para obtenção de melhorias sociais. Seriam, em suma,

...organizações típicas de articulação de interesses orientadas para a produção de “bens coletivos de natureza negociável” tais como a urbanização de favelas, a construção de creches, de escolas, de postos de saúde, de rede de saneamento básico etc. Ou seja, não há questões de “princípios” ou de valores em jogo como no caso dos movimentos sociais (p.3).

Nascida em 1990, com um caráter reivindicativo, a organização dos catadores de papel passa a assumir, no final da década de 90, um papel extremamente importante na articulação e politização do que vem sendo chamado de Movimento de Catadores de Papel e da População de Rua, como veremos a seguir.

Pudemos ver, no capítulo 1, que a ASMARE resultou de um trabalho sócio-pedagógico desenvolvido pela Pastoral de Rua junto aos moradores de rua, de uma maneira geral, e junto àquele segmento destes que tinha um maior potencial associativo, que eram os catadores de papel. Assim, a história dos moradores de rua e dos trabalhadores na rua possui um imbrincamento tal, que às vezes, é difícil dizer se as mesmas se constituem em histórias diferentes ou facetas

diferentes de uma mesma história. A rua constitui-se no elo estruturador que une estes dois grupos: os “que são da rua” e os que “estão na rua”.

Se até 1993, a Pastoral havia priorizado o trabalho organizativo desenvolvido junto aos catadores, a partir deste ano sua atuação é ampliada junto aos outros segmentos da população de rua, num contexto favorável à essa ação, em função da possibilidade de implementação de programas junto à esta população por parte da gestão da Frente BH Popular. Esse ano é marcado por um intenso processo de movimentação e participação da população de rua organizada em várias instâncias político-institucionais, que possibilitaria à este segmento alcançar uma série de conquistas. Ao longo do período que compreende os anos de 93-96, a parceria do poder público com a ASMARE se solidifica e a Associação devido ao seu forte cunho de geração de trabalho e renda, cada vez mais, se fortalece enquanto espaço de intercâmbio e de alternativas para a saída da rua dos outros grupos da população de rua, como já vimos no capítulo anterior.

A partir de 1997, já na gestão da frente liderada pelo PSB/PMDB, alguns dos limites da relação com o poder público, em sua capacidade de implementação das políticas públicas reivindicadas pela população de rua, começam a se evidenciar. A relação inicial de “cumplicidade” que havia marcado a gestão Patrus Ananias é substituída pela desconfiança e pelo acirramento do discurso de autonomia e de identidade característicos dos movimentos sociais. Apesar da crescente consolidação da relação de parceria existente entre a SLU e a ASMARE, o clima de desconfiança na administração pública e a consequente reorientação dos objetivos estratégicos da Pastoral em relação ao trabalho com os outros grupos de moradores de rua – marcando a passagem para a constituição de um movimento social da população de rua – também incidirá sobre a relação da ASMARE com o poder público, conforme desenvolveremos um pouco mais tarde.

Paralelamente, a partir de 1999, técnicos da Pastoral, em conjunto com a ASMARE, iniciam um trabalho piloto de consultoria, no âmbito do Programa Lixo e

Cidadania do UNICEF,¹⁶⁸ nos municípios de Brumadinho e Ibirité, Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo objetivo era a erradicação do trabalho infantil nos lixões. Esta experiência possibilitou à ASMARE, intervir junto aos catadores daqueles municípios ampliando seu raio de atuação, bem como a sua capacidade produtiva, já que a Associação constitui-se num pólo de comercialização dos recicláveis daquelas localidades. No ano de 2000, a atuação dessa consultoria já havia se ampliado para 14 municípios e para 33, no final de 2001.

A grosso modo essa consultoria atua na abordagem aos catadores; na sensibilização dos diversos grupos locais e do poder público; na realização de diagnósticos participativos para conhecimento da realidade local e elaboração de propostas; na realização de audiências públicas e seminários sobre a gestão dos resíduos sólidos; na articulação de fóruns locais de gestão do lixo que envolvam a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada; na capacitação profissional dos catadores e técnicos locais e na elaboração de planos integrado de gerenciamento dos resíduos sólidos. A partir deste trabalho a ASMARE lançou as bases para a constituição de uma rede de produção solidária cujo objetivo é favorecer uma articulação regional de catadores de papel, capaz de alavancar o Movimento de Catadores de Papel, estratégia que vem sendo montada no sentido de inserir os catadores na discussão da construção de políticas públicas.

“Mudar definitivamente o cenário de exclusão e apresentar propostas inovadoras não só para a sua atividade, mas para as relações sociais, para o trato com o meio ambiente, para o relacionamento dos diversos setores econômicos”¹⁶⁹, esse é o desafio que o Movimento se coloca. E qual seria o papel assumido pela ASMARE? Seria “...colocar a experiência acumulada nesses dez anos a serviço de outros grupos, incentivando a união dos catadores em outras cidades,

¹⁶⁸ Programa do Fundo das Nações Unidas para a Infância criado em junho de 1999 cujo objetivo principal é a erradicação do trabalho infantil nos lixões, através do estímulo à implantação de programas de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios participantes e da inclusão social das associações e cooperativas de catadores. Para maiores detalhes do programa, ver o site do UNICEF: www.unicef.org.br/lixoecidadania

¹⁶⁹ Catando Notícias, boletim informativo da ASMARE, Ano II - Nº 5 , dezembro /2000.

buscando parcerias locais, promovendo a discussão e o envolvimento da comunidade”¹⁷⁰.

Um dos marcos desse Movimento veio a ser a realização do “1º Congresso Nacional dos Catadores de Papel e 1ª Marcha da População de Rua” em Brasília de 04 a 07 de junho de 2001. O evento foi organizado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua (articulação de entidades que trabalham com a população de rua numa perspectiva participativa), COOPAMARE, ASMARE, Pastoral de Rua de Belo Horizonte, Cáritas Brasileira, Organização do Auxílio Fraternal, UnB e a Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul e teve como intuito “comprometer toda a sociedade brasileira na construção de uma realidade mais justa para todos”¹⁷¹. A proposta da Marcha e do Congresso surgiram no Seminário Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte em 1999.

Se por um lado, a parceria com o poder público permitiu à ASMARE oferecer incentivos que repercutiram em termos de melhoria de qualidade de vida dos seus associados, bem como numa maior visibilidade social da Associação, os limites do campo de ação local aliado à própria insegurança frente ao novo quadro político no governo municipal e as oportunidades de disseminação da organização dos catadores a nível estadual (e mesmo nacional) abertas a partir da consultoria com o UNICEF, colocaram a necessidade da articulação de um Movimento Social dos Catadores em confluência com o Movimento da População de Rua.

Assim é que se até 1996 o discurso da ASMARE e de sua parceira histórica a Pastoral de Rua refletia uma certa “cumplicidade” de interesses com o poder público e reconhecia explicitamente o papel da parceria no crescimento da ASMARE, nos anos seguintes este reconhecimento irá variar de acordo com o grau de avanço do processo de constituição desse movimento, ou seja, de acordo com os objetivos estratégicos em relação ao mesmo. Na mídia e nos eventos

¹⁷⁰ Catando Notícias, boletim informativo da ASMARE, Ano II - Nº 5, dezembro /2000.

¹⁷¹ Folder do evento.

públicos o discurso relativo à ASMARE passa a enfatizar de tal forma o desenvolvimento autônomo da associação que acaba por gerar uma dupla reação. Por um lado, surgem descontentamentos dentro não somente da SLU, mas também em outros níveis do governo e do próprio gabinete do Prefeito em relação ao não reconhecimento do papel desempenhado pelo poder público. Por outro lado, este discurso começou a provocar um sentimento, de certa forma generalizado, de que a ASMARE já não precisava mais dos subsídios do governo, tanto dentro do governo, quanto fora dele. Aumentaram as consultas à equipe técnica do projeto por parte de associações de bairros (principalmente de vilas e favelas) e de outros grupos reivindicativos, que passaram a disputar incentivos para a implementação de programas de geração de renda através da reciclagem. Ou seja, a experiência passa a ser vítima da sua própria história de “sucesso”. O que se vem percebendo é que a oferta de recicláveis vem, paulatinamente, se modificando devido ao fato da reciclagem se apresentar cada vez mais como uma alternativa – algo que o “sucesso” da ASMARE confere uma maior visibilidade -, havendo uma disputa não só por parte dos catadores de depósitos, mas, também, dentro das empresas cada vez mais os funcionários de serviços gerais passam a ser autorizados pela própria direção a venderem os recicláveis como forma de complementar seus salários, sendo muito comum os técnicos da SLU ouvirem dessas empresas que a “ASMARE já não precisa mais”.

Uma nova mudança no discurso, poderia ser identificada a partir de 2000 quando frente aos desafios e limites postos à ASMARE pela queda da produção de recicláveis e pela constatação de que ainda há uma dependência significativa da mesma em relação aos subsídios municipais, passa-se a reconhecer, novamente, a contribuição do poder público caminhando para uma posição de que este apoio do governo poderia ser fomentador da autonomia.

A respeito dos movimentos sociais, Doimo (1995) observa a existência daquilo que ela chama de uma “sociabilidade altamente cambiante”, ou seja uma oscilação entre a negação e a afirmação da institucionalidade política. Uma hora o que predomina é a dinâmica da atuação prática, outra hora é a face contestadora do movimento. No caso dos catadores em questão, o movimento tem combinado ambas as faces: a sua face contestadora expressa-se nas marchas, nas

passeatas, nos atos públicos e nas ocupações, numa diversidade de atividades e manifestações que conferem ao movimento uma certa “mística” e expandem a sua visibilidade e a sua face prática, é expressa na participação nos espaços institucionalizados de co-gestão da parceria. Vejamos como isso tem se dado.

Tomemos como exemplo as ocupações. Em outubro de 2000, a ASMARE ocupou uma área próxima à sede da Associação, pertencente à antiga CBTU, que vinha sendo negociada com o poder público municipal para uso como espaço de triagem, tendo sido anunciado o seu leilão em meio às negociações. Foram realizadas assembléias de rua preparatórias à ocupação. O lema da ocupação foi “ocupar, para resistir e reciclar”. A respeito dessa ocupação um agente registra o seu significado: “à noite o lugar era maravilhoso, virava uma vila, com luz, menino correndo, liberdade... Catadores dos três galpões trabalhando juntos no mesmo espaço, propiciando uma maior convivência entre eles e agregando o pessoal da rua”¹⁷². Assim é que as ocupações funcionam ao mesmo tempo como instrumento de pressão dos catadores e como retomada da “história viva da ASMARE” proporcionando aos associados novos uma experiência prática do sentido da luta.

Podemos ver nas caminhadas e nas ocupações dos catadores, aquilo que Fernandes ao se referir ao MST, qualifica de “...formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidade “ (2000:73). O referido autor, utiliza-se da categoria de “movimento territorializado ou sócioterritorial” para designar aquele movimento “...que está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização”(68), que nos parece se aplicar à configuração que vem tomando o movimento dos catadores cuja experiência da ASMARE vem assumido a posição de vanguarda nessa tentativa de estruturação de estratégias sócio-territoriais.

Esta “participação movimentalista”, para usar uma expressão de Doimo, é combinada, como vimos no capítulo 2, com uma intensa participação nas

¹⁷² Entrevista com Cristiano Pena, 10/08/01.

instâncias político-institucionais, como nos diversos grupos de trabalho da coleta seletiva internos à SLU ou mesmo em outras instâncias como o já citado Fórum de População de Rua ou no Orçamento Participativo.

O que se pode depreender do exposto até aqui, é que tanto o poder público, quanto a ASMARE estão aprendendo a criar e recriar "regras procedimentais" que se interponham entre o espaço da política e o espaço dos movimentos sociais, já que ambos são espaços detentores de "...lógicas distintas e até mesmo contraditórias. Enquanto o primeiro implica um conjunto de regras consensualmente aceitas para se equalizarem politicamente as diferenças e, assim, regular as relações entre o Estado e a sociedade, o segundo implica relações informais, lealdades pessoais, solidariedade e consenso" (1995:183).

Não esperamos ter conseguido esgotar temáticas tão complexas quanto autonomia, institucionalização e cooperação, mas apenas ter apontado algumas reflexões a partir do estudo de caso em questão. Sem dúvida há sempre um risco presente de que o poder público, através de sua solidariedade e proximidade com as reivindicações populares consiga controlar o alcance de sua ação. Sem dúvida, o empreendimento é de risco!

3.6. TRABALHO E CIDADANIA – ASMARE: CONTRAMÃO DA HISTÓRIA OU NOVA DIMENSÃO DA CIDADANIA?

Muito se tem debatido, atualmente, sobre a perda de centralidade do trabalho enquanto eixo ordenador das sociedades contemporâneas. Esta discussão surge na esteira do crescente fenômeno da chamada flexibilização e erosão do trabalho, que vêm apontando para uma ruptura no interior do processo de modernização. A pós-modernidade, como querem alguns ou segunda modernidade, como querem outros, tem se caracterizado, entre outros aspectos, pela globalização econômica, política e social, pela crescente individualização no interior da sociedade com conseqüente fragmentação das identidades e pela revolução nas relações de trabalho.

Já vimos nos capítulos 1 e 2, como no caso da ASMARE o direito ao trabalho vem se constituindo no elemento fundamental na conquista da cidadania e como a mesma vem se destacando por oferecer uma rede de proteção ao conjunto de seus associados que vem possibilitando a afirmação de identidades individuais e a construção de uma identidade coletiva.

Como bem observa Ruscheinsky, "...o trabalho constitui-se um mecanismo substantivo de construção de identidade individual e social, bem como da cidadania"(1999:223). No caso da ASMARE o trabalho está visceralmente ligado à sobrevivência material e com igual força se remete ao nível do simbólico, da auto-estima, da dignidade, da aquisição de uma cultura política e da possibilidade do sonho:

Não, eu não tinha sonhos. Eu só sonhava que meus filhos pro futuro iria ter um carrinho de depósito prá catar papel. Ah, meu Deus, será que eu vou morrer sem deixar pros meus filhos um carrinho prá catar papel? Meu medo era esse. Hoje, graças a Deus mudou muito. Eu não tenho mais nenhum filho comigo trabalhando. Se tivesse também seria um orgulho, mas graças a Deus eles conseguiu estudar e estão em outro mercado.¹⁷³

E o sonho traz com ele a auto-estima e a consciência de integrar a comunidade dos cidadãos: "...eu aprendi a viver e aprendi a tratar minha família de um outro modo. Não tem dinheiro que compra essa cidadania que eu recobrei, porquê até aí eu não enxergava ninguém e nem a eu própria. E hoje eu consigo comunicar com as pessoas, com os meus filhos, com qualquer pessoa"¹⁷⁴. Aqui vê-se o trabalho enquanto elemento constituinte de identidades individuais e de redes de sociabilidade e integração social.

Ora se o discurso da cidadania perpassa toda a luta dos catadores enquanto sujeitos de direitos, o que é cidadania para eles? "É tudo, é uma coisa que nós tínhamos e não sabia o que era, né? A cidadania, porque a cidadania prá nós é

¹⁷³ Dona Geralda, entrevista em 14/08/01.

¹⁷⁴ Dona Geralda, entrevista em 14/08/01.

tudo: é a nossa casa, lar, convivência com a população, é o reconhecimento, é uma coisa bem ampla”¹⁷⁵, afirma o catador Luíz Henrique. Para Dona Geralda é ter

*...direito a trabalho, moradia, a ir no supermercado fazer suas compras e manter seus filhos na escola. Nós catador, sente necessidade de se integrar à sociedade, de estar na escola, de ter um local de trabalho para trabalhar de baixo do sol e da chuva. (...) é o que se chama cidadania prá nós catador, porque nós nascemos numa pobreza muito triste. Então prá gente, ter trabalho e conseguir ir ao supermercado fazer a compra e ir na escola, prá nós isso é ter direitos.*¹⁷⁶

As falas desses catadores refletem bem a estigmatização e a privação material e de direitos a que esse segmento era submetido. Revela, também, o processo de constituição de sujeitos sociais ativos que vem dando conteúdo prático, através de suas demandas, à emergência de uma *nova* concepção de cidadania, ou, na acepção de Holston de *cidadania insurgente*, concepção esta que extrapola a essência liberal originária desse conceito.

Esta nova concepção de cidadania parte do pressuposto de que o seu conteúdo e significado é uma construção histórica. Assim a emergência de novos sujeitos sociais com suas reivindicações específicas, provoca um alargamento desse conceito, porque introduzem “...novas identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas” (Holston, 1996:250). Holston, usa o termo “espaços de cidadania insurgente com o intuito de enfatizar a “...oposição desses espaços de cidadania não só aos espaços modernistas que hoje dominam fisicamente tantas cidades”, mas também a “oposição ao projeto político modernista que absorve a cidadania num plano de construção do estado...” projeto expresso pela doutrina do estado como “...única fonte legítima dos direitos, sentidos e práticas da cidadania” (p.244).

¹⁷⁵ Entrevista de Luíz Henrique da diretoria da ASMARE, realizada em 21/08/01.

¹⁷⁶ Entrevista realizada em 14/08/01.

O autor distingue a cidadania formal da cidadania substantiva. Enquanto a primeira refere-se “...à condição de membro de uma comunidade política- na história moderna, predominantemente o estado-nação”, a segunda “...diz respeito à série de direitos civis, políticos e sociais disponíveis ao povo” (idem, p.250). Marshall teria unido esses dois aspectos em sua definição da cidadania enquanto “...um *status* conferido a quem é membro pleno de uma comunidade. Todos que o possuem são iguais em relação aos direitos e deveres que a esse *status* são atribuídos” (Marshall apud Holston, 1996).

O autor alerta para o fato de que as noções de cidadania formal se tornaram problemáticas. Em muitos casos,

... a cidadania formal não é condição necessária nem suficiente para a cidadania substantiva. Noutras palavras, a substância da cidadania (direitos e deveres) é com frequência independente de seu status formal. De fato, ela é com frequência inacessível para cidadãos formais (p. ex., os pobres), muito embora disponível para os que não o são (p. ex., os estrangeiros legalmente residentes) (p.250).

No que tange as questões da cidadania substantiva, ao longo das últimas décadas, observa Holston, muitas sociedades sofreram tanto erosões, quanto expansões de direitos.

No que se refere à erosão dos direitos, isso é particularmente evidente nas “...esferas públicas abandonadas e nos espaços de desintegração da cidade”(idem, p.250), compreendendo tanto o terror dos esquadrões de extermínio, quanto os chamados “enclaves fortificados”¹⁷⁷, sendo estes últimos formas insurgentes do social que subverte os propalados princípios universais de igualdade da sociedade moderna.

¹⁷⁷ “Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho”. Esses espaços geram “...cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas” (Caldeira, 1997: 155).

Conforme coloca o autor, as “expansões são particularmente evidentes nos novos movimentos sociais de pobres urbanos por “direitos à cidade” e nos das mulheres, homossexuais e minorias étnicas e raciais por “direitos à diferença”, forçando o estado a responder às suas demandas e ao mesmo tempo criando um novo repertório de direitos” (1996:250).

A cidadania implica na existência não só de direitos, mas também de deveres e se constitui num campo de conflito, ou seja o “...intuito da cidadania não se defende pelo consenso, mas pela disputa entre interesses das forças sociais” (Ruscheinsky, 1999:274).

Jacobi, aponta para o fato de que o

...processo de construção da cidadania é permeado de paradoxos, na medida em que se explicitam três dinâmicas concomitantes: o reconhecimento e a construção das identidades diferentes dos sujeitos sociais envolvidos; o contexto da inclusão das necessidades expressas pelos diferentes sujeitos sociais; e a definição de novas agendas, visando a estender os bens a amplos setores da população (2000:20).

Isso nos traz mais reflexões sobre as relações Estado e sociedade. Seria esta uma relação necessariamente de “soma-zero”? Ou pode a ação governamental favorecer a mobilização, a ação coletiva? O que é necessário para que se estabeleça uma sinergia entre governo e sociedade potencializadora do alargamento da cidadania?

Para tanto é necessário que na sociedade civil surjam interlocutores coletivos – grupos comunitários, movimentos sociais e, na medida do possível, atores sociais desarticulados mas motivados para o engajamento em práticas participativas – que viabilizem uma participação ativa e representativa, sem que o Estado exija nenhum tipo de dependência administrativa e financeira. Isso cria, portanto, as condições para romper com as práticas tradicionais- populismo, autoritarismo, clientelismo, assistencialismo, mandonismo, patrimonialismo e privatização da política nas suas diversas

acepções. A participação na gestão da coisa pública, enquanto corretivo das limitações da democracia representativa, possibilita, pelo menos em tese, o engajamento da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no controle das ações governamentais e dos negócios públicos (Jacobi, 2000:31).

Ou seja, é necessário que tenhamos uma sociedade civil forte e governos abertos à construção de formas participativas de gestar o público. A sociedade civil engajada fortalece a capacidade de implementação de políticas sociais inclusivas pelas instituições estatais. Por outro lado, instituições estatais eficientes e participativas podem ajudar a criar um ambiente mais propício àquilo que Putnam chama de “engajamento cívico”. Ou seja, as ações de instituições públicas podem fornecer os incentivos à participação social, podem facilitar o estabelecimento da confiança e de redes de engajamento cívico entre os cidadãos.

No entanto, é importante que não caiamos numa reificação do papel do Estado na construção da cidadania, tendo sempre como norte que o Estado é

...instrumento essencial, embora subsidiário. A instrumentação mais significativa é a equalização de oportunidades, o que o torna o lugar estratégico de enfrentamento das desigualdades sociais, desde que haja controle democrático. Aquela não decorre do Estado em si, mas do controle democrático, configurando o que Habermas (1990) denomina soberania popular descentralizada e pluralizada (Jacobi, 2000:33).

Nesse cenário de crescente precarização do trabalho, onde a idéia do pleno emprego é cada vez mais uma ficção, e onde o crescimento da informalidade se apresenta como o único refúgio da população economicamente ativa dada a impossibilidade da ordem capitalista em absorvê-la como mão-de-obra assalariada, a experiência dos catadores de papel da ASMARE, apoiados pela Pastoral de Rua e pelo poder público local, oferece uma rede de proteção ao conjunto de seus associados, possibilitando a afirmação de identidades individuais e a construção de uma identidade coletiva, através da reinserção

social pelo trabalho, contribuindo, enfim, para o alargamento da cidadania. No entanto, essa experiência da ASMARE não pode ser vista como uma redenção, mas apenas como uma possibilidade. Vinculada a um mundo que desaparece, situada no limiar entre o velho e o novo, a ASMARE parece estar tanto na “contramão da história”, quanto, ao mesmo tempo, significar a possibilidade de construção de uma “cidadania ativa”. A capacidade do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE, em consolidar e ampliar a sua dimensão cidadã repousa no equacionamento de alguns desafios que discutiremos a seguir.

3.7. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Escorel, nos fala que os indivíduos podem ser privados dos direitos de cidadania em variadas situações sociais como: no despotismo, no caso dos estrangeiros, em situações sociais onde inexitem leis para determinados grupos (minorias étnicas e sexuais, apátridas) e

...nas condições em que existem leis iguais para todos mas o exercício dos direitos é fortemente obstado para determinados grupos (pobres). ... Mas as situações de ‘destituição de direitos’ dos pobres, mesmo que trabalhadores, revelam a impossibilidade de instituir uma regra igualitária de reciprocidade. O território da infracidadania mostra que a experiência (exercício cotidiano) da igualdade guarda uma certa autonomia do âmbito jurídico formal de sua configuração. São os ‘inestrangeiros de Buarque: ‘nacionais politicamente, estrangeiros socialmente’, no interior de ‘uma ‘cidadania partida’ que parece ser estendida a todos, mas se apresenta de forma diferente conforme a posição social do indivíduo (Buarque, 1994).’ (Escorel, 1999:78)

O desenho do Projeto de Coleta Seletiva tendo como parceiro prioritário o catador de papel vem contribuindo para a construção e fortalecimento da cidadania desses indivíduos que sempre habitaram o “território da infracidadania” a que se refere Escorel. No entanto, a busca de alternativas à situação de carência social tende muitas vezes a revelar uma face corporativista dos grupos e movimentos que lutam pela cidadania. É quando a idéia do direito assume uma dimensão de

atraso, pois visto enquanto privilégio de grupos sociais mais ativos e organizados. Doimo, explicita bem esse risco ao alertar para o fato de que nada impede de que no

...âmbito dessas possibilidades de democratização do acesso às decisões de poder, não se desenvolvam elementos perversos, pois se é verdade que o crescimento do Estado conduziu à ampliação das possibilidades de acesso direto do cidadão comum às coisas da política, é igualmente verdadeiro que neste virtual espaço se encontra uma base social volátil e sujeita a influxos morais de diversas ordens (1995:60).

Assim é que um grande desafio a essa política pública de coleta seletiva em parceria com os catadores, é a sua capacidade de se estender para além da comunidade organizada dos catadores de papel. Ora, existe um limite em relação ao potencial gerador de renda da reciclagem que se remete à uma série de questões, entre elas a ausência de uma política nacional e mesmo municipal de fomento à essa indústria, os limites relativos ao potencial de fortalecimento de empreendimentos associativos quando se pulveriza demais o investimento, as oscilações constantes no mercado da reciclagem e o predomínio de verdadeiros cartéis nesta área.

É necessário aprofundar os elementos de extensão dos benefícios dessa política pública já presentes na experiência. É necessário, também, superar uma série de limites relativos à estrutura deficitária do projeto de coleta seletiva no âmbito da SLU e em relação aos próprios impasses vivenciados hoje pelo projeto face ao contexto de agravamento da questão social, que vem provocando uma competição enorme em relação aos recicláveis, refletindo-se no índice crescente de violação dos containeres para “roubo” do material, entre outros problemas já mencionados no capítulo 2 dessa dissertação.

Neste sentido, foi constituído, no final do ano passado, um Grupo de Trabalho Interinstitucional com a seguinte representação: dentro da SLU das gerências de mobilização, técnica, de normatização e monitoramento, e de algumas gerências de limpeza urbana regionais; da Secretaria Municipal de Coordenação de

Políticas Urbana e Ambiental, da Gerência de Desenvolvimento Econômico e representantes da Pastoral de Rua e ASMARE, cujo objetivo é avaliar o estágio atual do projeto e propor uma redefinição do mesmo frente aos desafios enfrentados. Este GT vem trabalhando na seguinte perspectiva:

- Enxugamento da estrutura operacional da ASMARE, visando obter uma relação custo-benefício do projeto mais favorável. A desativação de alguns galpões de triagem (como visto no cap.2) é uma das ações empreendidas como parte dessa estratégia;
- Consolidação da ASMARE na região centro-sul da cidade, com implantação de novas formas de coleta seletiva (inclusive de um piloto de coleta seletiva porta-a-porta). Não obstante a concentração do seu raio de atuação na regional centro-sul, a ASMARE e a Pastoral estarão atuando, sempre que necessário, na assessoria sócio-pedagógica do processo de organização de outros grupos de catadores nas outras regionais;
- Implantação de uma empresa social de reciclagem de embalagens de plástico PET pela ASMARE, articulando a rede regional de comercialização solidária dos municípios onde a ASMARE vem atuando em termos de capacitação das organizações de catadores de papel. Neste sentido, a Brandt Engenharia já elaborou o escopo de um estudo de viabilidade técnico-financeira, que aguarda liberação de recursos para sua execução.

Esse processo de redefinição do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE, depende tanto de um compromisso de governo no sentido de investir nesse projeto, quanto da própria capacidade da ASMARE em se constituir numa experiência auto-sustentável. Em relação à segunda questão, é claro que não se pode aplicar à ASMARE o mesmo nível de exigência de sustentabilidade financeira que se aplica às empresas. Sendo assim, a questão da auto-sustentabilidade se apresenta quase como um “fetiche”, principalmente quando se leva em consideração o “background” do público alvo dessa política. O que se quer pontuar aqui é a importância de não se perder de vista os objetivos de maior autonomia econômico-financeira da associação, não somente em relação ao poder público, mas também no que concerne à outras agências de cooperação, para que a ASMARE não esteja excessivamente dependente de fundos externos.

Daí a capital importância da ASMARE se voltar para o domínio da cadeia produtiva da reciclagem.

Só que para isso é preciso ter acesso a linhas de crédito específicas para este segmento social, algo que a pulverização e o isolamento das experiências de catadores, tanto a nível regional quanto nacional vinha impedindo. A constituição do Movimento Nacional de Catadores pode cumprir uma lacuna em relação à capacidade de pressão desse segmento neste sentido. De fato, tem sido intensa a movimentação dos catadores em várias capitais do país, em relação à introdução de emendas ao Anteprojeto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em tramitação no Congresso Nacional, no sentido do reconhecimento da profissão e do estabelecimento de incentivos e linhas de crédito às cooperativas de catadores.

Já pontuamos, no capítulo 2, as dificuldades- inerentes ao próprio déficit cumulativo de abandono desse segmento- em relação ao aprimoramento dos processos produtivos e gerencial. Muito já se avançou, mas muito há que avançar ainda para que os catadores possam se firmar nesse mercado altamente competitivo da reciclagem. Isto vem colocando a necessidade de se dar um salto em termos da postura dos catadores em relação à sua parceira mais orgânica: a Pastoral de Rua. Estando presente na gênese mesma da associação, através do seu trabalho sócio-pedagógico, o papel desempenhado pela Pastoral foi fundamental.

A presença do universo simbólico da Igreja perpassa todo o discurso das principais lideranças da ASMARE. São as imagens e metáforas como “povo em movimento”, “nova terra, novo mar”, “somos o povo de Deus, Povo da Rua!”, “Nós também temos direitos”, presentes nos cânticos e lemas, que vêm aglutinando os catadores em torno da luta pelo direito ao trabalho e da construção da cidadania, catalisando, impulsionando o “movimento”. A presença da Pastoral é tão marcante, que às vezes as duas se confundem, conforme atesta a fala de Dona

Geralda: “ASMARE e Pastoral de Rua, às vezes é uma coisa só, mas é separado”¹⁷⁸.

Se por um lado, esta presença marcante e solidária cumpre este importante papel motriz, por outro carrega consigo também alguns problemas. Não é nossa intenção aprofundar esta discussão em relação à impregnação dos códigos ético-políticos da Igreja na experiência, já que isso demandaria todo um arcabouço teórico no campo da antropologia das religiões que foge ao escopo dessa dissertação, mas apenas pontuar em que medida esta presença incide sobre a própria questão da capacidade dos catadores de “andar com suas próprias pernas”. O que se nota é que ainda predomina, entre os catadores, uma imagem da Pastoral enquanto “mãezona” que vai estar sempre lá para “acolher e socorrer o filho”. Este é um risco a que os agentes pastorais estão atentos já há algum tempo, estando os mesmos extremamente empenhados em radicalizar o processo dos catadores em assumir cada vez mais o gerenciamento do seu “negócio social”.

Creio termos vistos não todos, mas alguns dos mais significativos desafios que se apresentam à esta política pública, tanto do lado do governo municipal, quanto daqueles referenciados à ASMARE. Os problemas são muitos, mas também as potencialidades. Os conflitos e paradoxos são elementos constitutivos do “real” dessa parceria. Ou seja, estamos num campo de “um projeto em construção”, com todas as vicissitudes que a realidade dinâmica, constantemente mutável coloca tanto aos gestores públicos, quanto à sociedade civil nesse processo de construção de um espaço verdadeiramente público. Como nos lembra Guimarães Rosa: *O real não está na saída, nem na chegada. Ele se dispõe pra gente é no meio da travessia.*

¹⁷⁸ Encontro de Planejamento Estratégico da ASMARE, em 26/02/02.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do papel das políticas públicas no fortalecimento de uma ambiência favorável ao associativismo e ao alargamento da cidadania, foi o eixo motriz da discussão desenvolvida ao longo desta dissertação. Procuramos discutir tanto os efeitos positivos da contribuição dada pelo poder público sobre a ASMARE, através do provimento de incentivos (como infra-estrutura operacional, uniformes, vales-transporte, etc) à participação e ao associativismo, quanto os efeitos sobre o poder público decorrentes da parceria com uma associação combativa como a ASMARE. Ou seja, procuramos mostrar que tanto a sociedade civil pode influenciar positivamente a gestão pública, quanto o poder público pode exercer uma influência fortalecedora da sociedade civil.

No capítulo 1, vimos a natureza dispersa e fragmentada do trabalho dos catadores e como os mesmos eram vulneráveis às “ações saneadoras” do poder público no período pré-1993. A auto-imagem desses indivíduos refletia o estigma de “não sujeitos” a eles imputado. O surgimento da ASMARE problematizou esta condição trazendo à cena “novos sujeitos sociais”. Um novo contexto sócio-político, a partir de 1993, inaugura a passagem do catador de “inimigo nº 1 da limpeza pública” para parceiro prioritário da coleta seletiva da cidade.

Pudemos ver como o catador de papel, em Belo Horizonte, sai das “sombras” e do lugar de marginal que ocupava, para se incorporar ao cenário urbano enquanto agente ambiental. As características dessa política pública, que incorpora o sujeito catador de papel no co-gerenciamento do programa de reciclagem municipal, foi o objeto de discussão do segundo capítulo.

O capítulo 3, discutiu os limites e avanços dessa parceria na construção da cidadania. Dos limites à ampliação do potencial de alargamento da cidadania, destacamos a ausência de integração multisetorial, refletida, especialmente, na articulação deficitária do Projeto no campo do desenvolvimento econômico - inexistência de uma política municipal de fomento à indústria da reciclagem e, no campo da regulação urbana, a omissão em relação à atividade dos depósitos de recicláveis na cidade. A superação desses limites poderia ampliar o potencial de

extensão dessa política enquanto alternativa de geração de renda, inclusive para outros segmentos.

Vários são os avanços. Se no passado, as ações do poder público em relação a este segmento foram, quase que predominantemente, estigmatizadoras e violentas, o que distinguiria as ações pós-1993 das anteriores a este período, no que tange os catadores? Em primeiro lugar, a intervenção do governo junto ao segmento se enquadra num duplo marco: (1) o das chamadas “gestões democráticas inovadoras”, portadora de uma visão de sociedade inclusiva e participativa; e (2) dentro do marco da discussão sobre desenvolvimento sustentável, que na área dos resíduos sólidos consubstanciou-se no que vem sendo chamado de Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos com forte dimensão cidadã, expressa na busca da universalização dos serviços de limpeza urbana, na presença da noção de governança e na preocupação com a geração de trabalho e renda para os setores mais carentes.

Outro importante diferencial, é a existência de uma associação representativa dos catadores, que orientados por agentes pastorais engajaram-se na construção da cidadania deste segmento, através da luta pelo direito ao trabalho. A existência de uma entidade representativa marca a passagem do catador da “cultura de rua”, para aquilo que anteriormente chamamos de “cultura pública”, permitindo-lhe a aprendizagem do universo de direitos, mas também de deveres que a participação cidadina implica. A lógica de funcionamento do poder público, implica que o diálogo estabelecido por este deva se dar com sujeitos políticos organizados e não com indivíduos atomizados. Ou seja, a existência da ASMARE potencializou a capacidade de ação do poder público na regulação da atividade de catação na cidade.

Assim, observa-se, nesta parceria, que houve uma convergência da vontade política de uma nova gestão pública de caráter democrático-popular com a capacidade organizativo-mobilizatória dos catadores de papel. Tal sintonia permitiu um arranjo institucional no âmbito do Projeto de Coleta Seletiva da SLU que conseguiu estabelecer canais concretos de influência mútua, fortalecendo,

portanto, a noção de espaço público, no seu sentido mais abrangente, quer dizer não limitado à esfera estatal.

Para isso foi, sem dúvida importante, o estabelecimento de rotinas e fóruns de cooperação (representados pelos Fórum de População de Rua, Coordenação Colegiada da ASMARE, Grupo de Trabalho Interinstitucional da Coleta Seletiva, entre outros) entre ASMARE e SLU, para que o desejo de influenciar e ser influenciado pudesse concretamente se dar.

Também importante, foi o comprometimento dos técnicos da SLU, alguns com vínculos de solidariedade pré-existentes com os catadores, e que souberam canalizar o capital social interno à SLU para a coleta seletiva em parceria com a ASMARE.

Assim, a ação do poder público contribuiu no fortalecimento da entidade representativa dos catadores de papel, através do provimento de incentivos à participação que estimularam o processo associativo e a construção da auto-estima e do senso de pertencimento à comunidade de cidadãos da categoria. Além disso, a intervenção pública contribuiu na ressignificação do lugar ocupado pelo catador no imaginário da população.

Por outro lado, a participação cidadina dos catadores representou a possibilidade de constituição de uma nova cultura institucional na SLU, em particular, e na Prefeitura como um todo, representando o engajamento da sociedade civil na formatação de políticas públicas e no controle social da ação governamental.

Em suma, o que a parceria ASMARE/SLU vem procurando propiciar é a mobilização das capacidades e iniciativas dos indivíduos (catadores), da organização social (a Associação de Catadores) e do espírito de empreendedorismo (a ASMARE, enquanto empreendimento social). Isto, através de um arranjo de uma política pública (a coleta seletiva) mobilizadora, catalisadora do processo de construção da cidadania, que vem permitindo conectar indivíduos e grupos sociais numa rede de sociabilidade e integração social.

É importante salientar, que esta experiência da ASMARE vem tendo repercussão na organização de outras associações de catadores no Estado e mesmo a nível nacional, colocando a figura do catador como protagonista de sua história. A ASMARE, se tornou a nível nacional, uma referência, “um importante espaço de trabalho e vitrine para a atuação do catador como trabalhador da limpeza urbana e agente ambiental”.¹⁷⁹

Se por um lado, esta dissertação resgatou os elementos constituintes dessa política pública tendo como parceiro a ASMARE, examinando seus limites e avanços no que tange à construção da cidadania, por outro, deixou, com certeza, muitas pistas abertas para aprofundamento posterior.

Uma discussão que mereceria aprofundamento é a relação entre espaço e movimentos sociais, a partir da análise da ampliação do raio de atuação da ASMARE e do seu papel na criação e consolidação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Harvey, já havia observado a “...capacidade dos movimentos sociais de dominar melhor o lugar do que o espaço...” e como ao se apegarem à identidade de lugar, os mesmos se tornam “...parte da própria fragmentação que um capitalismo móvel e uma acumulação flexível podem alimentar...” (1992:272). Uma reflexão a se fazer é: qual a capacidade real desse nascente movimento em mudar as “qualidades objetivas do espaço e do tempo”, através de sua luta social? Em que medida podemos falar de produção do espaço urbano, no sentido colocado por Lefebvre (1979) enquanto pré-condição “para mudar a sociedade”, a partir deste Movimento?

As questões pontuadas em relação às dificuldades dos catadores no tocante à rotinização do trabalho, mereceriam também uma reflexão mais aprofundada a partir do campo da sociologia do trabalho.

Também fundamental, é uma análise aprofundada no que diz respeito à questão da sustentabilidade financeira do empreendimento ASMARE, considerando-se o

¹⁷⁹ “Catadores de Vida”, publicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de estudos sobre a População de Rua –Edição 1/2002.

papel desempenhado pelos convênios (tanto com o poder público, quanto com agências de cooperação técnica) e pela comercialização de recicláveis, algo que não nos foi possível fazer nesta dissertação.

Outro aprofundamento possível, é o estudo da presença institucional da Igreja na experiência da ASMARE, examinando o seu papel e as ambiguidades decorrentes da impregnação de seus valores ético-religiosos. A riqueza de enfoques por desbravar é múltipla e não se esgota aqui.

Esperamos ter demonstrado o investimento feito pelo poder público local na ASMARE, enquanto estratégia de qualificação de um interlocutor político capaz de exercer uma ação propositiva em termos de política pública, ou seja uma ação cidadã, bem como o esforço de qualificação dos técnicos empreendido no âmbito do próprio poder público, através de uma política de comunicação interna na SLU, capaz de criar e fortalecer uma cultura democrática e permeável à participação social na gestão pública.

Contudo, é importante ressaltar que não devemos cair numa reificação do papel do poder público na construção da cidadania. Por outro lado, é bom, também, estarmos atentos para a não reificação do próprio conceito de cidadania, como se o mesmo “...tivesse vida própria para redimir as relações de exclusão social” (Doimo,1995:218).

No entanto, uma questão ainda permanece: é possível reproduzir esta experiência em outros lugares? É claro que a reprodução fiel dessa parceria é discutível, pois dependeria de uma série de fatores que vão desde a composição das forças políticas presentes nos governos locais à existência de entidades representativas dos catadores com poder de barganha suficiente, entre outros fatores. No entanto, é possível sim, que as administrações locais concebam a gestão dos seus resíduos sólidos dentro do marco de uma política para o setor que tenha, entre outros indicadores, a integração, a democratização e a inclusão social como componentes básicos, como alguns municípios em várias partes do Brasil já vêm experimentando. O poder público em conjunção com um movimento social forte pode criar as condições de multiplicação do capital social.

As possibilidades estão delineadas. Os desafios e limites estão postos. Resta-nos ter sempre em mente, que se é impossível fixarmos o futuro, nos é, contudo, possível estarmos atentos ao novo, ao diferente, que o presente teima em nos apontar.

ABSTRACT

The question of public policy's role on the strengthening of a favourable ambience to associativism and citizenship empowerment, is the main theme of this dissertation. The main argument is that the relationship between the State and civil society is not a "zero-sum". That is, not only can civil society exert a positive influence on the State, but also that the State can influence civil society positively. The main purpose is to discuss the achievements and limitations of the Selective Waste Collection Project of Belo Horizonte City in partnership with the Waste Pickers' Association, as regarding citizenship empowerment. The dissertation was based: on documentary analysis of the Superintendency of Public Cleansing's internal communications (covering the period between 1979 to 1992) about the actions of removal of waste pickers from the streets; on semi-structured interviews with the waste pickers and the public cleansing agency's workers and consultation of institutional documents. What could be observed, is that the infrastructure of operational support and the financial resources provided by the municipality, helped the waste picker's association in providing incentives that reflected on the increase on associativism, on the improvement of the associate's life and working conditions and on their empowerment as citizens. On the other hand, the waste picker's participation in this public policy contributed to the creation of a more democratic culture within the Superintendency of Public Cleansing, having, also, helped to strengthen the institution's regulatory capability in the field of waste picking. The ability of this policy to extend and to consolidate its citizenship dimensions, lies on the equation of limits referring to its lack of integration within a broader policy for development of a local recycling industry and of a more comprehensive regulatory urban policy towards the activity of junk shops that operate on illegal and polluting basis.

Key-words: citizenship, public management, waste management, selective waste collection, waste pickers.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA Jr., J.M.G. Desenvolvimento sustentável: a universidade e a ética do planeta harmônico e da cidadania plena. *Educação Brasileira*. Brasília. V.15. Nº 31. 2º sem. P.37-55, 1993.
2. ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
3. AZEVEDO, S. & MARES GUIA, V. R. Orçamento Participativo em Belo Horizonte: a importância estratégica da questão institucional. In: *I Congresso de Direito Urbanístico*. Belo Horizonte, 13-15 dezembro de 2000.
4. BACHELARD, G. *A poética do espaço. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
5. BAVA, S. C. Dilemas da gestão municipal democrática. In: *Curso de gestão urbana e de cidades*. EG/FJP. Belo Horizonte, 12 a 24 de março de 2000.
6. BEALL, J. Thoughts on Poverty from a South Asian Rubbish Dump: Gender, Inequality and Household Waste. *IDS Bulletin*. Vol. 28, Nº 3, p.1-18, 1997.
7. BENEVOLO, B. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
8. BIRKBECK, C. Self-Employed Proletarians in an Informal Factory: The Case of Cali's Garbage Dump. In: *World Development*. Vol.6, Nº. 9/10, p.1173-1185, 1978.
9. BODDY, M. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VALLADARES, L., PRETECEILLE, E. (org.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, p.44-58, 1990.
10. BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
11. BRESCIANI, M. S. M.. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
12. BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua – nômade, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
13. CALDEIRA, T. P. do RIO. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*, São Paulo, n.47, p.155-176, mar. 1997.
14. CALVINO, I. *The road to San Giovanni*. New York: Vintage Books, 1994.
15. CARVALHO, M.C.A.A. Participação social no Brasil hoje. In: *Pólis Papers*. N.2. p.1-21, 1998.

16. CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
17. COELHO, F. D. Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: BAVA, S. C. (Org.). *Desenvolvimento local*. São Paulo: Pólis, 1996.
18. COHN, A. Os governos municipais e as políticas sociais. In: SOARES, J. A. & BAVA, S.C. (Orgs.). *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.
19. COLEMAN, J.S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: the Belknap Press of Harvard University Press, 1994.
20. COSTA, H. S.M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. A.1, n.2., p. 55-72, Recife: ANPUR, 2000.
21. COSTA, João Bosco Araújo. A resignificação do local – O imaginário político brasileiro pós-80. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo. Vol.10, n.3., p.113-118, 1996.
22. DIAS, S.M.; COSTA, H.S.M.; MARTINS, A.M. Coalizões para a mudança: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte em parceria com a Associação dos Catadores de Papel. *I Congresso de Direito Urbanístico*. Belo Horizonte, 13-15 dezembro de 2000.
23. DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular – Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
24. DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
25. DOWBOR, L. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, S. C. (Org.). *Desenvolvimento local*. São Paulo: Pólis, 1996.
26. DOWNS, M & MEDINA, M. A Brief history of scavenging. In: *Comparative Civilization Review*. Spring issue, no. 42, p. 23-44, 2000.
27. ESCOREL, S. *Vidas ao Léu – Trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
28. _____. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
29. EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the evidence on Synergy. In: *World Development*, vol.24. n.6. p.1119-1132, 1996.
30. FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. In: *Terra Livre*. São Paulo, Nº 15, p.39-58, 2000.

31. FRUGOLI Jr., H. *São Paulo: Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
32. FUREDY, C. Socio-political aspects of the recovery and recycling of urban wastes in Asia. *Conservation and Recycling*, vol.7, no. 2-4, p.167-173, 1984.
33. FUREDY, C. Working with the waste pickers – Asian Approaches to Urban Solid Waste Management. *Alternatives*, vol.19, no. 2, p. 18-23, 1993.
34. HADENIUS, A & UGGLA, F. Making Civil Society Work, Promoting Democratic Development: What Can States and Donors Do?. *World Development*, vol.24, no.10, p. 1621-1639, 1996.
35. HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
36. HOGAN, D. J. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, D. J., VIEIRA, P. F. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
37. HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente. In: Cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 24, p.243-253. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
38. JACOBI, P. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
39. KOTTARI, R. Environment, technology, and ethics. In: ENGEL, J.R. & ENGEL, J.G. (eds.). *Ethics of Environment & Development – Global Challenge, International Response*. Tucson: University Press, 1990.
40. LARDINOIS, I & FUREDY, C. *Source Separation of Household Waste Materials – Analysis of Case Studies from Pakistan, The Philippines, India, Brazil, Argentina and the Netherlands*. Gouda, 1999, Urban Waste Series 7.
41. LARDINOIS, I & KLUNDERT, A. Integrated sustainable waste management (ISWM). In: LARDINOIS, I & FUREDY, C. *Source Separation of Household Waste Materials – Analysis of Case Studies from Pakistan, The Philippines, India, Brazil, Argentina and the Netherlands*. Gouda, 1999, Urban Waste Series 7.
42. LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. In: FREIBERG, J (Ed.). *Critical sociology: european perspective*. New York: Irvington Publishers, 1979.
43. LESBAUPIN, I. *Poder local x Exclusão social – A experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
44. LIEBERHERR-GARDIOL. Waste, waste, nothing but waste – from 12th-19th century Paris to 20th century developing countries. In: *Skat WasteNet Infopage*. Nº 2, October, 1997.
45. MARICATO, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

46. MARICATO, E. Cidades no Brasil: qual gestão urbana? In: *Governo e cidadania*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
47. MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
48. MARTINEZ-ALLIER, J. *De la economia ecológica ao ecologismo popular*. Barcelona: Icaria, 1995.
49. MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
50. MASSEY, D. 1994. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minneapolis Press.
51. MEDINA, M. Collecting recyclables in Metro Manila. *Biocycle*, June, p. 51-53, 1993.
52. MELO, MARCUS ANDRÉ B.C. de. Ingovernabilidade: desagregando o argumento. In: VALLADARES, L.; COELHO, M.P. *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
53. NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
54. OLIVEIRA, M. V. *A população de rua e suas relações de trabalho: os catadores de papel em Belo Horizonte 1988-1989*. Belo Horizonte: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, 1998. 120p. (Monografia).
55. PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n.35, p.167-198, jan.-abr. 1999.
56. PAULA, JOÃO ANTONIO de. & et al. Fundamentos Históricos e Metodológicos da Questão Ambiental. In: PAULA, J.A. de (coord.). *Biodiversidade, População e Economia*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997.
57. PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
58. RAGO, M. L. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 2nd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
59. RIBEIRO, L.C.Q. A (in) governabilidade da cidade? Avanços e desafios da reforma urbana. In: VALLADARES, L., COELHO, M.P. *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
60. ROCHA, G. & OLIVEIRA, S. S. Cidade à Deriva. In: *Cadernos de ciência sociais*. Belo Horizonte, v.5, n.8, p. 35-65, dez., 1997.

61. RUSCHEINSKY, A. *Metamorfoses da cidadania – sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade*. São Leopoldo: Ed. Da Unisinos, 1999.
62. SANCHIS, P. Os catadores de papel no mundo do trabalho. In: MUÑOZ, J. V. (org.). *O catador de papel e o mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Nova, 2000.
63. SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.
64. SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.
65. SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM-ESTAR SOCIAL (SEBES/SP). *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1992.
66. SIMON, DAVID. Development revisited: thinking about, practising and teaching development after the Cold War. In: SIMON, D. & NARMAN, A. *Development as theory and practice*. London: Longman, 1999.
67. SNOW, D. & ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.
68. SOARES, J. A.; GONDIM, L. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, J.A. & BAVA, S. C. (Orgs.). *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.
69. SOUZA, M. L. Orçamentos participativos e sua espacialidade – uma agenda de pesquisa. *Terra Livre*. São Paulo, Nº 15, p.39-58, 2000.
70. SPINK, P. A democratização do poder local: gestão social na ótica subnacional. In: RICO, E. de M.; DEGENSZAJN, R. R. (Orgs.). *Gestão social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.
71. TELLES, V. S. *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza – Um estudo sobre o trabalho e família na Grande São Paulo*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese de doutorado).
72. -----Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
73. VAILLANCOURT, J-G. *Sociology of the Environment: from human ecology to ecosociology*. (Apostila do curso de sociologia do meio ambiente/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida) Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1997.
74. VIEIRA, L. Cidadania e controle social. In: PEREIRA, L. C. B. & GRAU, N. C. *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

75. VIEIRA, P. F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, D. J., VIEIRA, P. F. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
76. VIEIRA, P.F. & et al. (Orgs.) *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil – A contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.
77. VIOLA, E. A multidimensionalidade da globalização , as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In: VIOLA, E. (org). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.
78. VIOLA, E.J. & LEIS, H.R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J., VIEIRA, P. F. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- “O Povo da Rua Renasce”, folder da Pastoral de Rua da Arquidiocese.
- “Diagnóstico da Coleta Seletiva dos Materiais Recicláveis Papel, Metal, Plástico e Vidro”, documento da Gerência de Coleta da SLU, set. 2001.
- “A ASMARE em 1998”; ASMARE.
- “ASMARE – Relatório das Atividades Desenvolvidas em 1999”; ASMARE.
- “ASMARE – Relatório Anual de 2000”; ASMARE.
- “Programa Nacional de Mobilização, Comunicação e Capacitação dos Catadores e Recicladores”; ASMARE, COOPAMARE e Federação dos Recicladores do Rio Grande do Sul.
- “Relatório de Atividades com Catadores de Papel- 1993”; SLU.
- “1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte”, Secretaria Municipal de Planejamento, agosto de 1998.
- “Diagnóstico Participativo realizado na ASMARE”, Graal, Pastoral de Rua e CDHC/PBH.
- “Fórum da População de Rua- encontro de metodologia”.
- “Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Belo Horizonte Período 2000-2004”; SLU.
- “Coleta Seletiva de Materiais Inorgânicos de Belo Horizonte: intervenção catadores de papel- Balanço 1993/1996”; SLU.
- “Programa de Comunicação Social e Gestão Ambiental Participativa da central de Tratamento de Resíduos Sólidos de Capitão Eduardo”; SLU.
- “Pesquisa Catadores de Material reciclável- Relatório Parcial”, INAPP, 1994.
- “Pesquisa e relatório feita pela equipe de assistentes sociais”, Secretaria Municipal de Ação Comunitária”, 1988.
- “Balanço do Pilar: Participação Social no Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte 1997/2000”, SLU, dez. 2000.
- “Carta Aberta à cidade de Belo Horizonte”, ASMARE, 22/08/88.
- “Relatório Anual de Inserção da População de Rua de Belo Horizonte na ASMARE”, Secretaria Municipal de Assistência Social, 2000.
- “Relatório de Estatística”, SLU, set.2001.
- “Catando Notícias”, boletim informativo da ASMARE, Ano II – Nº 5, dez.2000.

LISTA DE ENTREVISTADOS

Cristiano Pena, arte-mobilizador do grupo teatral *Cênica Balaiuô* que presta assessoria à ASMARE; em 10/08/01.

José Aparecido Gonçalves, agente da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, administrador da ASMARE; em 10/07/01.

Luiz Henrique da Silva, catador da ASMARE, membro da diretoria e coordenador do Galpão de triagem da Rua Curitiba; em 21/08/01.

Maria das Graças Marçal, a Dona Geralda, catadora - coordenadora geral da ASMARE; em 14/08/01.

Cláudio Francisco Teixeira, catador, membro da diretoria e coordenador do Galpão da Rua Itambé; em 21/08/01.

Marco Túlio Palhares, funcionário da SLU, ex-chefe da Divisão de Limpeza Pública Sul; em 14/03/01.

Ali Rachid, funcionário da SLU, ex-chefe da Divisão de Limpeza Pública Leste; em 14/03/01.

Vicente José de Lima, funcionário da SLU lotado na Divisão de Limpeza Pública Centro à época das “operações limpeza” e atual chefe desta divisão; em 15/03/01.

João Mello, funcionário da SLU, ex-chefe da Divisão de Limpeza Pública Venda Nova, atual assessor técnico; 17/03/01.

Ademir Roberto, funcionário da SLU, ex-chefe da Divisão de Limpeza Pública Centro.

ANEXO 1 – FOTO DE LEVS

ANEXO 2 – FOTO GALPÃO DO TRIAGEM

ANEXO 3 – PUBLICAÇÃO INTERNA DA SLU

ANEXO 4 – INFORMATIVO DA SLU

ANEXO 5 – FOTO DO CARNAVAL DOS CATADORES

ANEXO 6 – FOTO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE CATADORES

ANEXO 7 – FOTO CATADOR COM CARRINHO DE TRAÇÃO HUMANA

ANEXO 8 – NORMA DE FUNCIONAMENTO DO GALPÕES

